

KARINE LUCERO CARVALHO

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE INTERVENÇÃO DO
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO TERCEIRO
SETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho Final de Graduação apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social do
Curso de Serviço Social da Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof. Dra. Elisângela Maia
Pessôa

**São Borja
2010**

KARINE LUCERO CARVALHO

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE INTERVENÇÃO DO
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO TERCEIRO
SETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho Final de Graduação apresentado
à Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais
Aplicadas.

Trabalho defendido e aprovado em 14 de dezembro de 2010.
Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elisângela Maia Pessôa
Orientadora
Serviço Social – Unipampa

Profa. Ma. Fabiana Aguiar de Oliveira
Serviço Social - Unipampa

Dedico este Trabalho Final de Graduação aos meus pais Atanázio Carvalho e Maria Tereza Lucero por terem acreditado no meu sonho.

AGRADECIMENTOS

No princípio fora um sonho, que ao alcançá-lo me pus de joelhos a agradecer a Deus pela oportunidade que abriu diante dos meus olhos, enfim a graduação se tornava realidade. Hoje no final desta jornada cheia de conquistas e aprendizagens elevo meu pensamento ao alto mais uma vez e te oferto Senhor uma oração em agradecimento pela sua mão guia constante em cada passo dado durante estes quatro anos.

“A educação é a única coisa que podemos te deixar” foi com esse pensamento que meus pais Atanázio e Maria Tereza se propuseram a me apoiar neste processo. Quando no meio do caminho, o chão me faltou e eu fiquei sem direção, meus pais me abriram os braços e me apoiaram com todo seu amor, e não permitiram que eu me perdesse, ergueram comigo cada “tijolinho” desta construção, a vocês meus amados pais, dedico este trabalho em forma de agradecimento. Aos meus colegas de graduação meu agradecimento por cada experiência dividida.

“Amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito, dentro do coração” Nenhum verso seria melhor pra expressar o meu carinho às minhas amigas que a Universidade me presenteou: Mariele, Aline, Letícia, Alene, Bárbara e Carol, meninas à vocês o meu agradecimento por cada minuto que passamos juntas, as horas de estudos, os trabalhos em grupo, os debates “ferrenhos”, os materiais emprestados, os e-mails trocados, os slides “enfeitados” e é claro o lazer após as aulas, as festas aos finais de semana, as jantas, os almoços, os lanches na “rua”, as “junçõezinhas” pra hora do DVD, os meus flashes que tanto incomodavam pra permitir que aqueles momentos ficassem eternizados, tudo isso banhado de risadas, gargalhadas, e muitos segredos confidenciais.

A vocês minhas amigas a certeza que tudo isso vai deixar saudades!

Agradeço a toda equipe de professores incansáveis do Curso de Serviço Social, que acreditaram na Unipampa e vieram nos brindar com seus conhecimentos e ensinamentos de vida, a vocês mestres e doutores os meus aplausos e vivas.

Porém não posso deixar de agradecer em *especial* às minhas “mestres com carinho”, independente de doutorado ou mestrado, mas no sentido de *Mestre*, por me ensinarem muito pra minha vida extra-acadêmica com seus exemplos de vida. Professora Sheila Kocourek, que acreditou em mim, na minha capacidade de leitura e compreensão do mundo para que eu pudesse fazer a diferença me oportunizando bolsas de estudo para o custeio do meu ensino, sem o qual não poderia continuar na Universidade, bem como adentrar no mundo da pesquisa, do ensino e do Trabalho e gestão acadêmica, a você professora o meu agradecimento de coração.

Professora Elisângela Pessôa, exemplo de profissional a ser seguida, competente, dedicada, responsável, e acima de tudo humana, que não há o que argumentar se existisse mais “Elisângelas” profissionais espalhadas por aí, o coletivo teria dado o primeiro passo a mudança. A você Elis o meu agradecimento em especial por ter apostado junto comigo no meu sonho de estágio, onde as coisas somente aconteceram pela sua dedicação e empenho, também te agradeço pelos

muitos livros e apostilas ofertadas e muito mais pela sua paciência comigo, desse meu jeito “molecona” de ser.

E o que falar da Professora Fabiana Oliveira, uma “quase” Doutora, que para mim já é uma “PhD”, “decola Fabiana!”, obrigada *querida* pelas horas de aprendizagem, as orientações, as puxadas de orelhas, a oferta de todo o seu referencial teórico-metodológico ao meu alcance, e é claro as horas de convívio e teu “riso” que levarei comigo sempre, a lição de vida que me passou quando mais precisei, inclusive o abraço confortante e a lágrima dividida.

E como não lembrar dos meus colegas de estágio João e Suelen pelos “bate-papos cabeças”, os estudos de casos divididos, o plantão social compartilhado, as visitas domiciliares e os pareceres repartidos, os materiais emprestados, os cafés e os chimarrões, às angústias e os risos abafados, obrigada amigos e tenham certeza que fizemos a diferença na vida de nossos usuários, que nos permitiram conhecer e levar conosco um pouquinho da história de vida deles.

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos à presidência da Associação Espírita José Ferreira de Moraes e a toda sua equipe de trabalhadores que oportunizaram a realização do meu estágio curricular por meio do “Projeto Reviver” que ofertou muitas aprendizagens científicas e de vidas principalmente com os usuários. Agradeço também as cinco instituições do terceiro setor são-borjense participantes da pesquisa que resultou neste trabalho, pois sem a participação destas não haveria construção de conhecimento.

Ao finalizar este processo, deixo aqui também registrado meus agradecimentos aos Bixos 2010, que me oportunizaram momentos de alegria e incentivo a cada linha e capítulo que fora sendo construído, a vocês futuros colegas desejo que o “brilho dos olhos” que enxergo em vocês agora nunca se perca, pois é essa esperança de dias melhores que nos faz levantar a cada manhã e começar tudo outra vez, dialeticamente falando: “tudo em transformação constante”, fazendo cada minuto VALER À PENA.

Se consagrássemos à educação das massas e à vulgarização dos princípios soberanos apenas um quarto do que gastamos com obras de destruição e de morte, a face do mundo mudaria rapidamente, o progresso seria mais rápido no funcionamento das obras sociais e a humanidade caminharía com passo mais seguro em direção a tempos melhores.

Léon Denis (1846-1927).

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação – TFG diz respeito à pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida durante o oitavo semestre do Curso de Serviço Social da Unipampa – Universidade Federal do Pampa/Campus São Borja, realizada junto a entidades do terceiro setor do município de São Borja, tendo como amostra as instituições sem fins lucrativos com assento no Conselho Municipal de São Borja. Apresenta-se como objetivo geral, analisar como está estruturado o trabalho das Instituições do terceiro setor no município de São Borja, com vistas à proposição de possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social. Para nortear esta questão buscou-se investigar quais são as instituições do terceiro setor em São Borja com assento no Conselho Municipal de Assistência Social; verificou-se o contexto histórico onde se deu a fundação das instituições do terceiro setor bem como as dificuldades enfrentadas pelas instituições. A partir destas descobertas delimitou-se as possibilidades de atuação do profissional do Serviço Social neste setor. O método de pesquisa utilizado foi o Método Dialético Crítico composto pelas categorias: historicidade, totalidade e contradição para compreensão da realidade que se desdobrou durante o processo tendo como foco a pesquisa qualitativa. O suporte a coleta de dados deu-se por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Já a análise de dados foi embasada por meio de análise de conteúdo na técnica organizada pela autora Gagneten (1987) denominada MSP - Método de Sistematização de Prática. A partir da análise dos resultados obtidos observou-se que o terceiro setor é fundamental no município de São Borja para enfrentamento das expressões da questão social por meio da qualidade dos serviços assistenciais e projetos sociais que ofertam. O terceiro setor é um espaço que desafia o assistente social frente à gestão e a formação continuada, bem como possibilita uma práxis profissional balizada no projeto-ético político que a torna eficiente.

Palavras-chave: Filantropia, Terceiro Setor, Serviço Social.

ABSTRACT

Este proyecto de graduación - TFG se refiere a la investigación documental y la literatura se desarrolló durante el octavo semestre de Servicio Social Unipampa - Universidad Federal de Pampa / Campus de San Borja, llevó a cabo con entidades del tercer sector en el municipio de San Borja, y una muestra de las instituciones sin fines de lucro con asiento en el Consejo Municipal de San Borja. Se presenta como un objetivo general se estructura para analizar cómo el trabajo de las instituciones del Tercer Sector en el municipio de San Borja, con el fin de proponer posibilidades de intervención profesional de los servicios sociales. Para guiar a este tema hemos tratado de investigar cuáles son los sectores sociales en San Borja a sentarse en el Consejo Municipal de Servicios Sociales, que fue el contexto histórico que dio a la fundación del sector social y las dificultades que enfrentan las instituciones. A partir de estos resultados se redujo las posibilidades de la práctica profesional del trabajo social en este sector. El método de investigación utilizado fue el método dialéctico se compone de las categorías fundamentales: la historia, y contrario a todo entendimiento de la realidad que se desarrolló durante el proceso con un enfoque en la investigación cualitativa. Apoyo para la recolección de datos se realizó mediante el uso de las técnicas de investigación bibliográfica y la observación. El análisis se basó en los datos mediante la técnica de análisis de contenido Gagnetten organizada por el autor (1987) llama MSP - Método sistemático de la práctica para descubrir la realidad cuestionada. A partir del análisis de los resultados mostró que el tercer sector es crucial en el municipio de San Borja para hacer frente a las expresiones de las cuestiones sociales a través de la calidad de los servicios de la salud y proyectos sociales que ofrecen. El tercer sector es un área que los retos del trabajador social en contra de la gestión y la formación continua, sino que facilita una práctica profesional inmersa en el proyecto ético-político de lo que es eficiente.

Palabras clave: Filantropía, Tercer Sector, Servicios Sociales.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1: Data da fundação das instituições	59
Quadro 2: Formas de gestão	70
Quadro 3: Recursos	73
Quadro 4: Funcionários	77
Quadro 5: Público-alvo	80

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questões Norteadoras para as instituições	123
APÊNDICE B – Questões Norteadoras para observação participante	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrinq – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ABAMEC – Associação Brasileira de Analistas de Mercados de Capitais
ABERJ – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATES – Assistência Técnica e Extensão Rural
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CF 88– Constituição Federal de 1988
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIVES – Associação de Empresários pela Cidadania
CUT – Central Única dos trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB – Organização de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER – Associação Rio Grandense de Empreendedorismo de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA – Escritório Técnico de Agricultura
ETHOS – Instituto de Empresas e Responsabilidade Social
ESF – Estratégia Saúde da Família
FABS – Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade.
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fides – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FMI – Fundo Monetário Internacional
Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

MSP – Método de sistematização de Prática

ONGs – Organizações Não Governamentais

SESI – Serviço Social da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TFG – Trabalho Final de Graduação

UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	14
2. TRAJETÓRIA HISTORICA E DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL	19
2.1 Desenvolvimento e Proliferação do terceiro setor brasileiro	20
2.2 O terceiro setor enquanto garantia da cidadania à sociedade civil?.....	32
2.3 Financiamento do Terceiro Setor e a refilantropização como estratégia de minimização das responsabilidades do Estado	36
3. PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	43
3.1 Problema de Pesquisa	44
3.2 Método Dialético-Crítico e suas categorias	46
3.3 Tipo de pesquisa e Coleta de dados	52
3.4 Análise dos dados	55
4. TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESTE ÂMBITO.	58
4.1 O contexto que se deu a fundação do terceiro setor no município de São Borja	58
4.1.1Gestão e quadro de funcionários	70
4.1.2 Participação no Conselho Municipal de Assistência Social	83
4.1.3 Desafios e impactos dos serviços prestados no município	88
4.2 O Serviço Social no terceiro setor no município de São Borja	93
4.2.1. A instrumentalidade, desafios e possibilidades do Serviço Social no terceiro setor	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	122
ANEXOS	124

1. INTRODUÇÃO

A filantropia e ações caritativas ao outrem sempre estiveram presentes em todas as civilizações. Realidade também encontrada no contexto brasileiro onde estas ações eram realizadas de forma paternalista, onde a prioridade era assegurar os meios de sobrevivência por meio de doações de roupas e alimentos, logo passou também à entidades que viriam a se encarregar de abrigamentos e cuidados com a higienização e saúde. Muitas destas instituições eram de origem religiosa sendo providos os recursos da Igreja mantenedora, tanto católica como de outras religiões.

O público-alvo da caridade destas instituições bem como das ações solidárias de famílias abastadas da sociedade eram sempre as famílias e pessoas “pobres”, que não tinham recursos materiais para a sua sobrevivência, em sua maioria escravos, trabalhadores rurais, mulheres, crianças, idosos e os “doentes” da sociedade.

No Brasil a industrialização teve expansão no início do século XX, em meados da década 1920, paralelamente a este “progresso” que as expressões de desigualdades ganham outra forma. Com a chegada das indústrias nas cidades, houve o fenômeno denominado êxodo rural, onde as famílias que viviam na zona rural e sobreviviam dos produtos e alimentos por meio da agricultura e da pecuária, bem como os empregados das fazendas cansados da exploração juntamente com suas famílias migram para as zonas urbanas com a utopia de terem um modo de vida mais digno e ofertar um futuro melhor para seus dependentes. Porém ao se estabilizarem nas cidades, estas não estavam estruturalmente preparadas para o crescimento exacerbado da população urbana.

Estas famílias se veem em uma nova realidade, moram em locais impróprios, com habitações precárias, sem saneamento básico, com aglomeração de famílias em um único ambiente, e ainda convivem diariamente com formas desumanas de trabalho que lhe eram impostas. Nesse sentido inicia a proliferação das desigualdades, desrespeitando o sujeito na sua integralidade, iniciando uma nova fase desse processo. Esse fenômeno se dá principalmente pelo tratamento dado aos trabalhadores das indústrias e suas famílias que vivem na cidade, ou seja resultado da exploração sem controle do uso da sua mão de obra, incorporando

inclusive a mão de obra infantil e a feminina. Nesse período, o início do século XX (final da década de 1920 e início da década de 1930) não estavam consolidados os direitos trabalhistas, sendo que os próprios direitos civis não eram respeitados.

É nessa conjuntura que inicia os primeiros processos de mobilização coletiva pela garantia de formas mais dignas de vida à população. A sociedade buscava reivindicar condições mais humanas de trabalho, como a diminuição da jornada de trabalho que inicialmente passava das quatorze horas independente de ser adulto, criança ou até mesmo mulheres e ainda grávidas. Nesse período a Igreja já não suporta encarregar-se sozinha das expressões da questão social. Então o Estado brasileiro sobre o governo de Getúlio Vargas é “convocado” a intervir junto à população amenizando tais expressões da questão social que se evidenciavam nesse cenário.

Carvalho (2004) relata que a partir de 1930, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, sendo de relevância o avanço dos direitos sociais. Consolida-se vasta legislação trabalhista e previdenciária, finalizada em 1943 com as Leis Trabalhistas. A partir desse forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação.

Desse período em diante (governo Getúlio Vargas) a assistência social passou a ser responsabilidade do Estado, e em cada governo moldava-se às características das formas de governar da Presidência e seus representantes. Porém a característica principal da assistência até sua consolidação como política social em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, a assistência sempre fora executada de forma paternalista e clientelista, ou seja, buscava-se assistir ao que a família ou sujeito necessitava em primeira instância, atendendo de forma imediata sua necessidade básica.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a assistência social passa a ser vista como política social, promovida como dever do Estado e direito de todo cidadão que dela vir a necessitar. Inserida no tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social constitui o Sistema de Proteção Social Brasileiro, constituindo-se como ferramenta de provimento de bem-estar social. Possui legislação própria, e parâmetros para sua operacionalização, sendo uma das suas características a descentralização, com isto o município é a primeira instância a

promover serviços assistenciais e programas com vistas a minimizar as expressões da questão social da população usuária desta política.

A década de 90 (século XX), no Brasil é marcada pela inserção das ideias neoliberais nos governos presidenciais, com isto o Estado passa a expandir o setor econômico do país em vistas ao total desenvolvimento e crescimento do capital brasileiro. Vistas como forma de “gasto público”, os recursos das políticas sociais financiadas pelo Estado (principalmente as que formam a Seguridade Social) são remanejadas, sendo abertas o seu financiamento ao mercado, ou seja, a saúde e a previdência podem agora serem ofertadas por organizações privadas, passam a ser comercializados serviços de saúde e planos privados de aposentadorias e planos de saúde.

A assistência social por sua vez passa a ser organizada pela sociedade civil, porém financiada pelo governo “minimamente”, concretizando a expansão e proliferação das organizações sem fins lucrativos, com isto o Terceiro Setor têm sua culminância e solidificação no cenário brasileiro na conjuntura da incorporação do neoliberalismo. Defina-se a organização da sociedade com a retirada gradativa da responsabilidade do Estado que passa a apoiar, legalizar e junto com o mercado financiam tais ações como “parceiros”, passando as instituições viabilizar responsabilidades e deveres do Estado.

Preenchida a lacuna deixada pelo Estado frente à assistência social, também pelas ações do mercado, forma-se o que vários autores denominam de *refilantropização* ou *responsabilidade social*. Quando o mercado por meio de suas diversas formas e corporações (empresas, indústrias, fábricas, organizações cooperadas, união de várias empresas) assumem a amenização das expressões da questão social da população, que proliferaram-se pelas desigualdades trazidas pelo sistema capitalista. A responsabilidade social solidifica-se por projetos sociais, programas e serviços financiados pelo mercado.

O Serviço Social atrelado às mudanças históricas, tendo como objeto de trabalho as expressões da questão social, visualiza nesse campo de trabalho, um espaço fértil (e também contraditório) de atuação na área social para somar a luta pela efetivação dos direitos da população consolidados nas mais diversas legislações em vigência no território brasileiro, bem como identifica neste setor uma ferramenta para o controle social eficaz, mediando o diálogo do Estado com a sociedade civil e ainda visualiza formas de resistência e rebeldia junto à população,

incentivando formas de geração de trabalho e renda além de incentivo político junto aos usuários.

Todo esse aparato de dados na conjuntura brasileira foram os principais fatores que inquietaram a questionar se estas configurações da constituição do Terceiro Setor, também se realizava no município de São Borja. Indagando-se sobre a estrutura deste setor no município desde as fundações até os dias atuais, sobre a ideologia neoliberal e ainda identificar as possibilidades e os desafios da inserção do profissional do Serviço Social.

A pesquisa foi realizada sobre orientação do Método Dialético Crítico organizado pelo cientista Karl Marx (século XIX). Segundo Faleiros (1985) a dialética busca compreender o movimento do real enquanto processo dinâmico e contraditório, e não como uma série de etapas rígidas preestabelecidas. Nesse sentido, do ponto de vista dialético, a metodologia não é um conjunto de regras, mas uma consciência dos processos globais historicamente dados numa relação contraditória e globalizadora. O Método aqui referido foi escolhido por compreender-se que a concretização do Terceiro Setor faz parte de um contexto histórico sempre em transformação.

As categorias explicativas da realidade focaram a questão do Terceiro Setor e o Serviço Social que permeou todo processo de pesquisa. As coletas de dados foram realizadas por meio da pesquisa bibliográfica, documental e por meio da observação participante, já a análise de dados foi delineada sobre a técnica da pesquisadora Gagneten (1987) denominada MSP - Método de Sistematização de Prática para desvendar a realidade questionada.

O desdobramento deste trabalho se deu em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a introdução do tema que se propôs a pesquisar e exposição da estrutura do trabalho. O segundo capítulo explana-se a trajetória histórica e desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil, desde seu surgimento à sua proliferação e ainda debate a garantia da cidadania e como se dá o seu financiamento.

O terceiro capítulo delimita o processo metodológico da pesquisa, relata-se o problema da pesquisa, o Método Dialético-Crítico, suas categorias e a análise dos dados colhidos. Já o quarto capítulo delineou-se o Terceiro Setor no município de São Borja, juntamente com as possibilidades e os desafios do Serviço Social neste âmbito que configurou-se durante o processo. Por fim apresenta-se as

considerações finais embasadas pelas notas de relevância descortinadas pela realização da pesquisa.

O presente trabalho se torna de relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade são-borjense em geral, por se tratar de um estudo inédito, proporciona dados qualitativos referente a um Setor que vem ganhando espaço no município de São Borja, que atua de forma direta na minimização das expressões da questão social da população, media o acesso dos cidadãos às políticas sociais e aos seus direitos, e oferece ainda um espaço de participação popular. Bem como oportuniza aos profissionais e acadêmicos de Serviço Social visualizar as possibilidades e desafios de inserção no terceiro setor.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

O segundo capítulo deste trabalho realiza reflexão histórica quanto ao surgimento do Terceiro Setor brasileiro. A discussão tem como ponto de partida as primeiras formas de assistência social ligada à filantropia junto às classes em vulnerabilidade social no Brasil. Logo debate-se os diversos fatores que levaram a novas expressões da questão social, as formas como os governos se direcionaram a minimização destas e a incorporação da ideologia neoliberal nas ações do Estado. Fatores que resultaram no desenvolvimento e proliferação de instituições sem fins lucrativos que compõem o Terceiro Setor.

Para compreensão da trajetória do Terceiro Setor até a culminância nos dias atuais, é necessário um breve resgate histórico nas formas de assistência social na antiguidade, delineada por valores religiosos e caritativos, passando a responsabilidade do Estado e mais tarde no final do século XX, a retomada desta sociedade civil organizada em instituições sem fins lucrativos e/ou movimentos sociais.

Este capítulo está dividido em três itens. O primeiro tem por título: *Desenvolvimento e Proliferação do Terceiro Setor Brasileiro*, onde se contextualiza a história brasileira da política de assistência social desde seus primórdios quando era realizada de forma assistencialista até sua sistematização como política social. As ações caritativas permeiam as fundações das instituições do Terceiro Setor e ainda estão presentes nos dias contemporâneos, sendo de relevância esse debate para compreensão, da necessidade destas atividades na sociedade atual.

O segundo item tem como título: *O terceiro setor enquanto garantia da cidadania à sociedade civil?*, onde reflete-se os elementos que fortalecem a sociedade civil enquanto possibilidade de resistência e alienação política. Contextualizam-se possibilidades da sociedade civil acessar direitos, principalmente os segmentos excluídos que vivenciam diversas vulnerabilidades sociais. O terceiro item tem por título: *Financiamento do Terceiro Setor e a Refilantropização como estratégia de minimização das responsabilidades do Estado*, que norteará o debate sobre a retirada do Estado da responsabilidade de garantir e formular ações para a

promoção da cidadania e o encorajamento do segundo setor (mercado) ao assumir tal compromisso para amenizar as sequelas da questão social.

Apresenta-se reflexão sobre o Terceiro Setor tendo como centralidade políticas sociais, principalmente voltadas a assistência social. Ressaltando o debate acerca do Terceiro Setor ser permeado por transversalidades de instituições privadas e públicas sem fins lucrativos tendo entre outros objetivos o de mediar ações voltadas ao bem estar coletivo, garantir a cidadania, motivar o fortalecimento de resistência e rebeldia dos sujeitos em vulnerabilidade social e dialogar e questionar o Estado a assumir suas responsabilidades com a sociedade.

2.1 Desenvolvimento e Proliferação do Terceiro Setor Brasileiro

No Brasil as instituições que hoje constituem o Terceiro Setor, foram criadas durante os três primeiros séculos do descobrimento¹ da nação, sendo fundadas nesse momento como instituições filantrópicas praticamente ligadas em sua maioria a Igreja Católica, sendo então permeadas por valores da caridade cristã, a partir das características do catolicismo que se implantou no país, bem como de suas relações com o Estado (SALVATORE, 2003)

Assim em termos históricos: “tivemos a Igreja Católica como o berço das ações assistenciais e filantrópicas no país, no que se refere ao reconhecimento e legitimação da área assistencial” (SALVATORE, 2003, p. 18). A partir deste cunho religioso, há que se considerar a tradição de generosidade ou de solidariedade cristã fortemente baseada em valores assistencialistas e paternalistas existentes na sociedade brasileira “nesse contexto, misturam-se o público e o privado, o confessional e o civil” (SALVATORE, 2003, p. 17).

Conforme Salvatore (2003) é apenas no período pós-colonial (após a independência do Brasil – 07 de Setembro de 1822), que se rompe a simbiose Igreja e Estado, consolidando-se com a Proclamação da República (15 de novembro de 1889). Destaca-se que a promulgação da Constituição de 1891 estabelece liberdade de culto, proíbe subvenções governamentais aos templos e à educação religiosa,

¹ Data do descobrimento: ano 1.500 (século XVI), os próximos três séculos onde se deu a fundação das primeiras instituições de caridade, séculos XVII e XVIII e XIX.

legaliza o casamento civil e seculariza a educação. Relata o referido autor que somente em 1930, com o Governo de Getúlio Vargas o Estado passa a assumir para si a responsabilidade por uma ação mais efetiva na área social, como direitos e seguridade. Destaca-se que estas alterações vieram a ser impressas também pelo fato de movimentos sociais reivindicarem direitos de cidadania.

Nesse sentido no Brasil, a Assistência Social teve em seus primórdios uma forte ligação com o assistencialismo e a filantropia provindas de pessoas abastadas, organizações e instituições da sociedade brasileira, bem como auxílio internacional². Toda a assistência social nesta época era feita de forma não sistemática, sem qualquer teorização a respeito, com apoio em justificativas religiosas e ideológicas (ESTEVÃO, 2006).

Esse breve histórico leva a compreensão que o ato de “ajudar o próximo, servir a outrem, amenizar suas dores”, sempre esteve presente na sociedade brasileira desde seus primeiros séculos de fundação, ora por pessoas abastadas focadas em questões religiosas, ora por entidades filantrópicas criadas com as mesmas finalidades, sendo apenas no século XX, passada para o Estado o dever de assistir a parte da população empobrecida. A assistência social teve como primeira instituição pública importante a LBA – Legião Brasileira de Assistência em 1942, organizada por Darcy Vargas³, criada para assistir às famílias dos soldados brasileiros que foram combater o “nazi-fascismo”. Em outubro do mesmo ano a LBA torna-se instituição voltada a finalidades não econômicas para congregar as organizações de “boa vontade”, caracterizando a assistência social como ação social, ato de vontade e não direito de cidadania. Amplia-se para além do apoio às famílias dos pracinhas para entendimento de famílias da grande massa de trabalhadores não assistidos pela previdência (SPOSATI, 2007).

Couto (2006) afirma que a LBA foi uma estratégia do governo Vargas na busca de legitimidade junto à população pobre, logo a assistência às famílias dos pracinhas, dirigiu-se atenção à população pobre, principalmente com programas na área materno-infantil. Representando assim “o braço assistencialista do governo” (COUTO, 2006, p. 103), traço clientelista vinculado à benemerência que se

² Aliança para o Progresso (1960) – Alimentos para a Paz. Junto com os alimentos chegavam dos Estados Unidos aos países classificados de “Terceiro Mundo” o desenvolvimento (ESTEVÃO, 2006).

³ Na ocasião primeira dama – esposa do então presidente Getúlio Vargas, período denominado “ditadura Vargas” (1937-1945) (COUTO, 2006).

apresentou persistente por muitos anos na política assistencial brasileira. O perfil das políticas sociais do período de 1937-1945 foi marcado segundo Couto (2007), pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias.

Os governos que se sucederam de 1946 a 1964 tiveram como orientação política, características democráticas trabalhistas de orientação populista, mantiveram o Estado de cunho liberal e priorizaram um trabalho voltado para a política de expansão da indústria e para políticas dirigidas às oportunidades educacionais. Ocorreu nesse período a criação do sistema “S”: Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que buscavam organizar o atendimento à saúde dos trabalhadores e criar sistemas educacionais voltados para a necessidade técnica do processo de industrialização.

A criação desse sistema canalizava recursos oriundos dos empregadores e dos trabalhadores para a criação de um tipo específico de formação profissional, aquela requerida pelo processo econômico brasileiro, e, além disso, conformava o perfil de trabalhador que seria útil ao sistema (COUTO, 2006, p. 105).

Já o governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), na lógica de manter a regulamentação e preocupado com a realidade social, estabeleceu como meta em 1948, planificações atuações na área da saúde, alimentação, transporte e energia. “Esse é o primeiro plano governamental que introduz a perspectiva de atendimento à questão social nas preocupações do governo, incorporando, no campo do planejamento, políticas de cunho econômico e social” (COUTO, 2006, p. 107). Em 1951, Getúlio Vargas retornou ao governo, pela primeira vez por meio do voto direto, mas bastante pressionado pelo espectro de alianças que o elegeram: de um lado, os partidos conservadores e, de outro, grande parcela da população, que votou no “pai dos Pobres”, esperando ver cumprida a promessa de criação de programas na área social. Porém nesse governo Vargas continuava a usar um forte esquema repressivo para amenizar as opiniões divergentes, o que resultou na morte de um oficial do exército. Em agosto de 1954 Vargas suicida-se em virtude dessas pressões (COUTO, 2006).

Baseados no nacionalismo desenvolvimentista constituiu-se os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart (1955-1961). Definiram-se por orientação político, econômica e social para o desenvolvimento do país, pretendendo desenvolver 50 anos em cinco. Sendo que conforme Couto (2006) a grande preocupação deste governo era a área econômica. Observa-se que por muito tempo (séculos XVIII e XIX) a assistência social era focada ao assistencialismo e a caridade, não havendo nos primeiros governos após monarquia interesse de assegurar o bem estar social às famílias, principalmente as empobrecidas que vivenciam no seu cotidiano expressões da questão social, neste sentido as instituições filantrópicas assumem essa responsabilidade.

O governo Goulart foi marcado por vários movimentos sociais, onde em 1962 cria-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), surgindo de embriões autônomos dos trabalhadores, que acabou dando origem na década de 1980, à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Comando Geral dos Trabalhadores teve presença forte nas discussões com o governo acerca das necessidades dos trabalhadores para garantir a qualidade de vida. No mesmo ano de sua criação, Goulart formou um grupo de estudos para reformar as leis trabalhistas e instituir o décimo terceiro salário, posteriormente em 1963 institui-se também o salário-família, sendo todos esses direitos vinculados somente aos trabalhadores urbanos (COUTO, 2006).

Conforme Couto (2006) esse período do governo Goulart foi pródigo em movimentos sociais e muitas greves eclodiram no país, o governo negociava com trabalhadores, buscava apoio da Igreja, dos estudantes e de parcela do exército e anunciava reformas sociais para enfrentar as péssimas condições de vida do povo brasileiro, várias instituições não governamentais acompanharam esse processo reivindicatório. Porém as reformas pretendidas eram indesejáveis para os partidos de cunho liberal, as oligarquias rurais e o exército, sendo:

[...] essas forças reunidas, apoiadas por forte movimento anticomunista da classe média brasileira, que deram sustentação ao golpe militar de 1964, que conduziu o país a uma realidade bastante adversa na área dos direitos, sejam eles políticos, civis ou sociais (COUTO, 2006, p. 115).

Torna-se importante ressaltar que de 1930 a 1964, por mais que os governos se declaravam “populistas”, nenhum realmente voltou-se ao asseguramento dos direitos civis e políticos, muito menos sociais da população, principalmente as famílias expostas às diversas demandas da questão social. Vale ressaltar que os direitos sociais quando defendidos eram somente voltados à pequena parcela de trabalhadores urbanos. Conforme Couto (2006) configurou-se assim um sistema de proteção social formulada a partir do Poder Executivo e orientado por uma política voltada ao trabalho urbano-industrial, dessa forma as políticas sociais podem ser caracterizadas como políticas de recorte seletivo, pois dirigiam-se a um grupo específico, e fragmentadas pois respondiam de maneira insuficiente as demandas.

De 1964 a 1985, os militares assumiram o governo brasileiro com a proposta de acabar com o período do governo populista, erradicar o fantasma do comunismo e transformar o Brasil em uma grande potência econômica. Nos governos militares, a utilização da força e da repressão foram às estratégias mais utilizadas como forma de garantir o projeto que pretendia transformar o Brasil em grande potência econômica e realocar as condições necessárias à manutenção de sua relação com o capitalismo internacional (COUTO, 2006). Os meios de informação, censurados, não permitiam à classe média brasileira e ao povo em geral conhecer realmente os atos arbitrários cometidos pelos governos e anunciavam ufanisticamente as realizações, especialmente no campo social, como produtos concretos do compromisso do governo com a população principalmente a “pobre” (COUTO, 2006).

É nesse momento (durante a ditadura militar) que na história política brasileira, estrutura-se e intensifica-se a organização da sociedade por meio de representações, sejam por meio de movimentos ou entidades sociais, ambas com objetivos de representar a população principalmente às classes excluídas que não possuíam “voz” nas escolhas e direções que o país se dirigia. Essas características atravessam toda a ditadura militar que teve início em 1964 e finalização em 1984. A década de 80 para a autora Couto (2006) mostrou um país com enormes dificuldades geradas pela grande concentração de renda e por uma política econômica restritiva do ponto de vista da participação da população na riqueza nacional, que se já não apontava o crescimento do “bolo” como estratégia de acumulação da riqueza, proposta pelos governos militares, muito menos falava em sua distribuição, revelando ser uma sociedade extremamente desigual. Ao mesmo tempo foi uma década pródiga por movimentos sociais e em participação da

sociedade, organizando-se, por meio de entidades, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos, para participarem do movimento pré-Constituinte, bem como para denunciar o descumprimento das propostas por parte do governo.

Essa década segundo Gohn (2003) é marcada, como a era da participação, havendo além das lutas pela democracia, direito e evolução da sociedade civil, uma nova roupagem aos movimentos sociais, denominando esse processo como os *novos movimentos sociais*, tal fenômeno acontece porque passa a se buscar uma nova estrutura para a realidade dos movimentos diante do desgaste destes. As mudanças na conjuntura política no início dos anos oitenta conforme relata Gohn (1997), deram forças para os movimentos sociais tais como o das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios, etc. Ganharam expressão, embora sejam lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos setenta. Neste íterim passou-se a priorizar a questão da construção da identidade coletiva dos grupos e a deixar as questões das contradições urbanas e dos meios coletivos de consumos.

Ainda cita a autora que nos primeiros anos da década de oitenta, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da conjuntura político-econômica da época, movimentos que diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos (movimento operário) como também dos “novos” movimentos sociais surgidos nos anos 70, populares e não populares, entre eles os movimentos dos desempregados e das Diretas Já, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. A importância é dada pelo papel que desempenharam na política brasileira, devido a questões complexas que surgirão ao final dos anos oitenta, relativas ao plano da moral, da ética na política, presentes embrionariamente nestes movimentos. O das “Diretas Já” surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da constituinte (GOHN, 1997).

Nesta mesma década conforme Montañó (2008) acontece paulatinamente um deslocamento de natureza ideológica na ofensiva do capital e na posição dos trabalhadores que passam a privilegiar a conjuntura da crise econômica, em detrimento do embate em torno de “projetos societais”, que passam a reivindicar a defesa das suas necessidades imediatas e ideologias práticas. Dá-se então nesse contexto de expansão capitalista globalizada, a incorporação das demandas dos

trabalhadores no interior dos seus projetos econômicos, num momento de crise e em um clima de inibição de lutas, de perda de poder sindical, de falta de apoio popular às lutas de sindicatos, porém a mesma crise que obriga o capital a se reestruturar e a diminuir custos de produção coloca o trabalho numa atitude defensiva, campo fértil para o capital processar a desconstrução e reversão dos ganhos e conquistas trabalhistas e sociais desenvolvidas ao longo da história (MONTAÑO, 2008).

Neste íterim observa-se que o governo brasileiro após 1985 vem sendo conformado por propostas democráticas, que do ponto de vista do discurso oficial, buscavam romper com clientelismo e com a assunção patrimonialista do Estado e propunham mudanças no sistema político, econômico e social, que teriam como consequência o crescimento e o desenvolvimento do país. Pode-se dizer que o governo Sarney (1985-1990) possuiu como característica principal a transição democrática, que teve como resultante a Constituição de 1988 e por outro lado pelo processo de articulação das forças conservadoras que tornaram pela sua pressão, inacabada a reforma prevista pela constituição, iniciando o percurso do Brasil que teve como agenda econômica, política e social as orientações de recorte teórico neoliberal (COUTO, 2006).

Após a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, com a estabilização do Estado democrático, novas preocupações seriam pautadas nas discussões sobre direitos e políticas, no sentido de alcançar a toda população. A década de 90 (século XX) é caracterizada então pelo início formal da democracia e da organização social do país. Nesta conjuntura o Terceiro Setor, representado principalmente pelas ONGs nesse momento vêm ao encontro do Estado, propondo a união das forças comunitárias entre o Estado e o povo, a fim de mediar direito de acesso a todos (GOHN, 2003). O Estado passa a ver estas organizações, bem como as instituições sem fins lucrativos, que já existiam e que vem a surgir nesse contexto, como face complementar das novas políticas sociais da contemporaneidade. Transferindo a estas responsabilidades, ou seja, passam em grande parte a gerir e atuar políticas frente às comunidades, constituindo assim, uma desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo (GOHN, 2003) por meio do estabelecimento de convênios e pactos de cooperação mútua.

Destaca-se que após a aprovação da Constituição Federal de 1988 asseguram-se os direitos sociais a população e uma sociedade democrática. Passando à Assistência Social ao status legal enquanto política pública, para todo cidadão que dela necessitar, desvinculando a obrigatoriedade da contribuição à seguridade social, que tem por finalidade assegurar os direitos sociais em relação à saúde, assistência social e a previdência social (COUTO, 2006). Conforme Simões (2008) a Constituição de 1988, institui a assistência social como política social pública e, portanto, como direito social, sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem-estar brasileiro, tendo por pressuposto o reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, no contexto da assistência social, “define-se, assim, como política de proteção social, articulada com as demais políticas de garantia dos direitos sociais” (SIMÕES 2008, p. 185). Nesse contexto tendo entre os seus objetivos o de expandir a democratização e assegurar a cidadania, as organizações sem fins lucrativos proliferaram a partir de 1980, tendo um vasto campo de expansão nas décadas de 1990 com a abertura de espaço oportunizado pela ausência do Estado.

Torna-se ainda importante considerar que Gohn (1997) relata que no decorrer dos anos oitenta os movimentos sociais no Brasil passaram da fase do “otimismo” para a perplexidade e depois para a descrença, sendo que vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação. O consenso, a generalização e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social, resultaram no crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos oitenta, esses fatores possibilitaram o surgimento de novas instituições não governamentais dirigidas por lideranças de movimentos sociais ou sindicais. Refere-se que a absorção de grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado, resultou no surgimento de grandes centrais sindicais, no aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, e fundamentalmente no surgimento e o crescimento ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGS – organizações não governamentais (GOHN, 1997).

Esse tipo de organização é a transformação do núcleo dos movimentos sociais, que, como ONGs poderiam focalizar-se na busca por direitos na perspectiva de auxiliar o bem-estar de uma comunidade, frente às políticas sociais propostas pelo Estado (ROBALO, 2010, p. 101).

A afirmação de Robalo (2010) vem somar as contribuições de outros autores que afirmam que a organização e proliferação do Terceiro Setor brasileiro dá-se inicialmente no final das décadas de 80, mas primordialmente na década 90. No Brasil conforme Gohn (2003) o termo ONG refere-se a um tipo peculiar de organização da sociedade, tratando-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas. Enfatiza-se que, após 1982, houve um período de grande expansão de ONGs no Brasil, conseqüentemente proliferando o Terceiro Setor brasileiro, “coincidindo” com uma fase nacional onde dois elementos ganham destaque: de um lado a reordenação das forças político-sociais em blocos partidários na luta pelo acesso ao poder (desde as Câmaras, Assembléias Legislativas e demais cargos executivos) e de outro o discurso e a prática efetiva por parte do governo central, em termos de políticas de desestatização, “o crescimento das ONGs criou também um campo específico de interlocução com a sociedade civil” (GOHN, 2003, p. 62).

Ainda referente à questão do surgimento do Terceiro Setor ressalta-se que no final da década de oitenta acontece a chamada *reforma do Estado*, articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação de capital, retira a legitimação sistêmica e o controle social da “lógica democrática”, passando para a “lógica da concorrência” do mercado (MONTAÑO, 2008). Com isto as ações do governo, inclusive as políticas sociais, flexibiliza-se as ideologias do neoliberalismo, havendo incentivo a descentralização de ações que deveriam ser estatais para as ONGs. Um marco nessa transição foi a entrada no governo brasileiro de acordos feitos no *Consenso de Washington*, realizado em novembro de 1989, com o intuito de orientar os países periféricos às ideias do neoliberalismo⁴. Participam desta

⁴ Neoliberal é uma ideologia que determina reformas estatais orientadas para o mercado, em volta a liberalização comercial, privatização, desregulação, que deveriam ser apoiadas politicamente por

reunião, organismos de financiamento internacional de *Bretton Woods*⁵ (constituído por FMI – Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, com vistas a avaliar as reformas econômicas da América Latina, em volta das seguintes áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (MONTAÑO, 2008).

Na contramão, no Brasil, fica bem delimitado que a década de 80 (século XX) caracteriza-se um período de “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas, que culmina na Constituição Federal de 1988. No entanto a década de 90 (século XX) representa o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores da esquerda resignada aderem as premissa do Consenso do Washington (MONTAÑO, 2008). Já em 1994 com o início do Governo de Fernando Henrique Cardoso de forma aberta acontece a soma as ações do governo as diretrizes econômicas na perspectiva neoliberal.

A partir dessa conjuntura há uma “retirada” por parte do Estado do controle econômico de esferas estratégicas da produção/comercialização – “impostas e aceitas” - colocadas no *Consenso de Washington*, abrindo o livre comércio com o apoio do Estado, sendo que essa desresponsabilização estatal das respostas às refrações da “questão social” diminui os fundos públicos para o financiamento de políticas, de serviços sociais e assistenciais, privatizando-as também (MONTAÑO, 2008).

A década de 1990 (século XX) também conhecida como “aliança-social-brasileira” é onde se articula o centro-direita e a centro-esquerda (governos e

políticas sociais compensatórias direcionadas para a redução do Estado ao mínimo e para o pleno controle da economia do mercado (MONTAÑO, 2008).

⁵ Bretton Woods foi o nome dado a um acordo de 1944 no qual estiveram presentes 45 países aliados e que tinha como objetivo reger a política econômica mundial. Segundo o acordo de Bretton Woods as moedas dos países membros passariam a estar ligadas ao dólar variando numa estreita banda de +/- 1%, e a moeda norte-americana estaria ligada ao Ouro a 35 dólares. Para que tudo funcionasse sem grandes sobressaltos foram criadas com o acordo Bretton Woods duas entidades de supervisão, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Assim, com o acordo de Bretton Woods, o dólar passou a ser a moeda forte do sistema financeiro mundial e os países membros utilizavam-na para financiar os seus desequilíbrios comerciais, minimizando custos de detenção de diversas moedas estrangeiras (Disponível em <http://www.clubeinvest.com> Acessado em 07 de novembro de 2010).

lideranças políticas de ideologias convergentes), partindo-se do pressuposto que em um grande número de áreas, em especial a social e a científica, o Estado pode ser mais eficiente, *“desde que” por meio de instituições e estratégias gerenciais*, e utilize organizações públicas não estatais para executar os serviços por ele apoiados (MONTAÑO, 2008). A sociedade civil passa a reagir intensificando organização em entidades, organizações e instituições para promoção de direitos sociais, bem como no sentido de “cobrar” do governo, a elaboração e efetivação das políticas sociais.

Vale ressaltar, no entanto que a organização da sociedade civil em entidades sem fins lucrativos é a culminância de movimentos sociais que já vinham se mobilizando anteriormente à década de 1960 (século XX) no Brasil. O efervescimento destes movimentos podem ser identificados como células fundadoras do perfil das ONGs, sendo reconhecidos como a união de grandes grupos distintos, que tiveram como núcleo orientador o enfrentamento das repressões, tendo como principal meta a luta pela garantia dos direitos sociais (ROBALO, 2010).

As ONGs antes de se tornarem uma instituição de apoio às atividades propostas pelo Estado, eram em sua história embrionária os famosos movimentos sociais, que nasceram na ditadura militar, e que lutavam contra o Estado de repressão que se instalou no país. Os movimentos sociais são a semente desse processo que, depois das inúmeras conquistas, necessita de mudanças e de novas lutas e horizontes e, por fim, renova-se por meio de suas novas conquistas (ROBALO, 2010, p. 98)

O Terceiro Setor passa a ser utilizado como nomenclatura para identificar a atuação da sociedade civil de maneira organizada, atuando com o objetivo paralelo ao governo brasileiro de redemocratização, porém com inúmeras atualizações a partir da necessidade de um novo movimento para a ação junto às comunidades, amenizando as expressões da questão social vivenciadas pela população. Assim o nascimento e/ou surgimento dos movimentos sociais logo após o golpe militar de 1964 (século XX), tiveram como norte, o desejo de modificar, participar e recriar os direitos e a democracia frente as divergências do contexto que se apresentava, mantendo-se fortes e presentes durante algum tempo (ROBALO, 2010), “o terceiro setor é força armada das comunidades juntas ao Estado, na luta contra as desigualdades sociais” (ROBALO, 2010, p. 98).

O conceito terceiro setor, tem sua origem nos Estados Unidos em 1978, codificado por John D. Rockefeller III, sendo indicado no Brasil na mesma época por um funcionário da Fundação Roberto Marinho (MONTAÑO, 2008). Porém data-se desde 1946, o surgimento de entidades civis sem fins lucrativos, de direito privado, com o cunho de realizar trabalhos em benefício da coletividade (ROBALO, 2010).

Destaca-se que o termo foi construído a partir de um recorte do social em esferas: sendo “o primeiro setor” – o Estado; o “segundo setor” – o mercado e o “terceiro setor” – a sociedade civil (MONTAÑO, 2008). Expressão utilizada com uma definição mais simplista segundo Komeyama (2000) dir-se-ia que se tratar de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem os propósitos de atender o interesse público, assim chamado porque o Estado seria o primeiro e o mercado o segundo setor, porém destaca-se que “ao tentar entender o que é esse setor, e qual o seu papel, as diferenças são enormes” (KOMEYAMA, 2000, p. 204).

Montaño (2008) configura o Terceiro Setor por ONGs – organizações não governamentais; as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais, etc. Esse autor não analisa este setor como um conceito de fator isolado, mas por ter como ponto de partida para estudos o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, alcançando este setor como um fenômeno partícipe das transformações gerais, como produto delas. Para Fernandes (APUD KOMEYAMA, 2000, p. 206), o Terceiro Setor é constituído pelas organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando assim continuidade às práticas tradicionais de caridade, filantropia e mecenato, expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Ruth Cardoso (APUD KOMEYAMA, 2000, p. 207) no ano 2000 atuava como Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, por sua vez, descreve o Terceiro Setor como um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social, sendo o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas de sentido público, enriquecendo e tornando complexa e dinâmica social.

O terceiro setor vem ao encontro da comunidade visando prestação de serviços sem fins lucrativos, viabilizando acesso aos direitos do cidadão,

preservando a sua cidadania e dignidade, encontrando formas de fortalecimento e resistência, ressaltando porém que há necessidade que as instituições que o constituem o terceiro setor não obscureçam as responsabilidades do Estado.

2.2 O terceiro setor enquanto garantia da cidadania a sociedade civil

Segundo Faleiros (1997) as instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos, ocupando um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil, lançado pelas classes dominantes para reunir o conjunto da sociedade. Fomentando neste sentido a estrutura do terceiro setor brasileiro.

Entende-se por sociedade civil, conforme Simionatto (2001) que este é conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas, porém estão nesta esfera, também presentes os interesses da classe burguesa (que exerce sua hegemonia por meio de seus aparelhos “privados”, reprodutores de sua ideologia, representados hoje, ora pelos meios de comunicação, ora pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção), quanto os interesses das camadas das classes, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham as parcelas minoritárias detentoras do poder. O que afirma a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares.

Busca-se assim de maneira organizada espaço para reivindicar e defender direitos, principalmente os sociais, direitos estes que sempre foram poucos promovidos pelos governos brasileiros, apesar de defendido na última Constituição Federal, no entanto pouco efetivados em prática no cotidiano social. Os direitos garantidos e colocados em práticas além de caracterizar exercício legal da cidadania, é uma forma de defesa à população contra negligência e violência, bem como fornece autonomia para a população lutar por igualdade, equidade e justiça, onde todos possam ter o mesmo direito de acesso ao progresso que a sociedade e o sistema vigente fornece.

A Constituição Federal de 1988 além de assegurar os direitos sociais, legaliza a Assistência Social como política social que será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, sendo as ações governamentais nesta área realizadas com recursos do orçamento da seguridade social. Já a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (promulgada em 07 de dezembro de 1993, sob o Nº. 8.742) sistematiza os dispositivos legais para a efetivação desta política, ao qual se torna direito do cidadão e dever do Estado, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas.

O cenário (décadas de 80 e 90) de desregulamentação dos direitos abre margem para sociedade formalizar maneiras de contribuir na amenização das expressões da questão social, permitindo criação de fundações, entidades, instituições, projetos entre outras. Referente a instituições sem fins lucrativos, em novembro de 2005 o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a regulamentação do artigo 3º da LOAS que define o que é considerado entidade e organização de assistência social que vem também compor o Terceiro Setor brasileiro:

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos (LOAS – LEI Nº 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993).

Legaliza-se a atuação dessas instituições e/ou organizações da sociedade (ONGs, movimentos sociais, entidades filantrópicas entre outras) em prol da garantia da cidadania e prestação de serviços assistenciais. Segundo Robalo (2010) o Brasil é um país em desenvolvimento, que mais possui instituições ligadas ao Terceiro Setor na atualidade. Tal organização deu-se no país diante da modificação social e política que ocorre a partir da década de 60, onde aconteceu o golpe militar, refletindo em mudanças no cenário político, que venho a proporcionar um grande desgaste na sociedade diante das inúmeras injustiças e das tão presentes repressões. No entanto as mudanças na sociedade em todas as esferas (sociais, políticas e econômicas) nunca cessaram, e muitos acontecimentos refletiram para

que a sociedade busca-se motivação e organização no intuito de encontrar formas de resistência e rebeldia.

Em expansão desde as décadas 80 e 90 (século XX) o Terceiro Setor supostamente, teria vindo para resolver um problema de dicotomia entre público e privado. O público identificado sumariamente como sendo ações do Estado e o privado considerado como o mercado – concepção claramente de inspiração liberal. Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem o outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O Terceiro Setor seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: o “público porém privado”, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado, e/ou a suposta superação entre o público e o Estado: o público “não estatal”, e seria também o espaço “natural” para esta atividade social. Neste sentido o conceito Terceiro Setor se expande recentemente, nas décadas de 80 e 90, a partir da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal (MONTAÑO, 2008, p. 54).

Em suma, segundo Simões (2008), passou-se a denominar de Terceiro Setor o conjunto de atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dedicam a prestação de serviços sociais básicos como assistência, saúde, educação, habitação, ou seja organizações voltadas aos segmentos sociais entre eles cidadãos em vulnerabilidade social ou que tem negligenciado algum direito ou ainda vítimas de violência entre outras expressões da questão social da sociedade contemporânea. Vindo a somar aos esforços da luta pela garantia da cidadania, acesso e efetividade dos direitos, principalmente os sociais a toda população.

Caracteriza-se as atividades deste setor, como um novo espaço para a solução dos problemas sociais decorrentes da organização da sociedade civil, face aos órgãos governamentais, com relação à sua obrigação de oferecer serviços sociais (SIMÕES, 2008). O Terceiro Setor brasileiro além de assim se caracterizar vem possibilitar a participação dos sujeitos atendidos principalmente quando a instituição fundou-se por meio de movimentos sociais.

Ressalta-se que não se pretende afirmar que as lutas sociais são concebidas a partir das contradições entre classes e interesses sociais, com independência dos espaços onde elas se processam, não sendo lutas da sociedade civil contra o Estado, mas lutas dos trabalhadores contra o capital (ou particularmente contra sua

estratégia neoliberal), desenvolvidas ora no Estado, ora na sociedade civil, ora no mercado, ora no espaço produtivo.

Da mesma forma, as lutas específicas contra a exclusão de gênero, de idade, de religião, de etnia e raça, pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, pela preservação do meio ambiente, e até pelo saneamento numa comunidade, pela redução da passagem de transporte coletivo etc. Sendo elas derivações, desdobramentos ou articulações das contradições entre capital e trabalho [...] pelas contradições de uma vida emancipada e uma vida alienada (SIMÕES, 2008, p. 276).

Observa-se na sociedade atual, união à luta por uma causa onde os sujeitos se veem autores compelidos à mudança a encontrar formas para se alcançar um estado de bem viver, podendo adotar modo de vida digno. A sociedade em geral tem necessidade de exigir, acessar e gozar direitos para a transformação, encontrando meios de um estado de bem estar para toda a população ora por meio de entidades e por organizações ora por representações junto ao poder público, recorrendo às instituições do Terceiro Setor pelo fato das mesmas demonstrarem menor burocracia ao acesso a serviços. Este trabalho em conjunto para o resgate da cidadania é de suma relevância nos tempos atuais, onde são “gritantes” as diferenças sociais, os distanciamentos das classes sociais e a crescente pauperização da população. Martinelli afirma que a conjuntura contemporânea leva a um novo tempo e a um conceito de cidadania e sua relação com a família:

Estamos vivendo um momento em que há novos arranjos familiares, estamos reinventando os modos de vida, precisamos, portanto, incorporar uma nova leitura do conceito de cidadania, e, neste contexto, um outro elemento muito importante é uma nova relação com o poder [...] Diante desse quadro político que temos hoje, recuperar essa noção de cidadania como pertencimento é recuperar acesso pleno a direitos, é recuperar, inclusive, a possibilidade de plenitude de vida, porque se bem observarmos, estamos perdendo qualidade vida. Não adianta a medicina prolongar a vida e nós a perdemos nas lidas cotidianas (MARTINELLI, 1998, p.143).

Neste sentido o Terceiro Setor também acompanha as mudanças históricas, se tornam espaço de respeito ao sujeito na sua totalidade, vindo ao encontro deste na luta e na defesa por seus direitos, onde se sinta inserido, não no sentido de trazer

esse sujeito para a coletividade, para pertencer a sociedade capitalista, mas sim no sentido do caminho inverso, desta mesma sociedade dar condições deste gozar direito a boa saúde, alimentação, educação, a moradia, a formas de geração de trabalho e renda de maneira igualitária e justa, onde todas as pessoas independente de raça ou classe tenham as mesmas condições (sociedade idealizada).

2.3 Financiamento do Terceiro Setor e a refilantropização como estratégia de minimização das responsabilidades do Estado

Para compreender o processo de refilantropização, reflexo de todo um processo de financiamento ora por parte dos poder público ora pelo poder privado a instituições sem fins lucrativos, torna-se relevante é necessário um breve histórico da década onde se deu tal processo que culminou na expansão desta ação. No início das décadas de noventa, o eleito à presidência Fernando Collor de Mello, anunciou um projeto de Estado democrata, mas suas iniciativas foram implementadas na esteira do projeto neoliberal. Suas propostas de campanha que continham retóricas como “amigo dos pobres”, “descamisados” e “perseguidor das elites econômicas ou dos marajás” indicavam prioridade ao resgate da dívida social, o que na realidade não se confirmou nas ações de seu governo (PEREIRA apud COUTO, 2006).

No período que vai de 1990 a 1992, ressalta Couto (2006), que podem se dar destaque como marcas do governo Collor a sua decisão de intervir na economia por meio de planos; a abertura do mercado brasileiro e o caráter populista, clientelista e assistencialista dos programas sociais de seu governo. Logo o governo de Fernando Henrique Cardoso mantém a mesma agenda adotada pelo governo Collor, aprofundando, no entanto a dependência e a subordinação em relação às instituições financeiras. O Estado passa a ser *mínimo* para o social e *máximo* na medida em que se torna o promotor da competitividade e o indutor da desregulamentação das relações de trabalho (KOMEYAMA, 2000).

Segundo Komeyama (2000) para enfrentar uma situação de “crise econômica” difícil, a política social adotada pelo governo FHC- Fernando Henrique Cardoso, caracteriza-se de caráter residual ou assistencial, ou seja, toda preocupação por definir proporções é marginalizada, sendo determinada pelo

mercado. Neste contexto os serviços sociais ficam submetidos às mesmas leis naturais da oferta e da procura, ou seja, tudo tem seu preço, assim os casos de extrema pobreza resultante das incorreções do mercado são solucionados assistencialmente via transferências diretas de bens de um cidadão ou grupos de cidadãos a outros mais desprotegidos, caracterizando assim a transferência em si, altruísta e caracterizada como dádiva (KOMEYAMA, 2000).

O processo de transferência da execução das políticas para o Terceiro Setor se dá diante da impossibilidade de o Estado estar à frente de todas as políticas sociais de atendimento. O processo de parceria entre o público-estatal e o público não estatal, possibilita que o terceiro esteja de certa forma trabalhando para o Estado, podendo se dizer que de certa forma se torna produto do Estado (ROBALO, 2010). Isso fica evidenciado segundo Gohn (2003) quando se observa que os projetos sociais duradouros desenvolvidos pelas instituições e organizações sem fins lucrativos, são mantidas quase que 100% pelo Estado.

A mesma autora refere-se que as instituições sociais são independentes e não vinculadas a órgãos governamentais, respondem pelos seus atos, podem contratar servidores e têm giro de capital e receita como uma empresa, são também beneficiadas pelas verbas e auxílios dados diretamente por entidades privadas que ao repassarem os auxílios, tem seus impostos deduzidos junto ao Estado. No processo de constituição do terceiro setor, este vem realizar atividades sociais que eram prioritárias do Estado, isto se dá pela ideologia do projeto neoliberal onde a responsabilidade social às refrações da questão social deixa de ser privilegiada pelo Estado, passando a ser de auto responsabilidade dos próprios sujeitos, portadores de carecimento e da ação filantrópica de organizações e indivíduos:

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa a ser agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo e um não-direito do portador de carecimentos, o “cidadão-pobre”(MONTAÑO, 2008, p. 240).

Para este autor, o Estado se retira do seu dever de assegurar direitos por meio de ações em voltas as políticas sociais, permitindo que para isso a população

em geral, principalmente as classes menos favorecidas e a classe empresarial encontre formas para um bem estar coletivo, ofertando serviços assistências para necessidades básicas, assim a desresponsabilização estatal das respostas às sequelas da questão social é compensada “supostamente” pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários (chamado Terceiro-Setor) (MONTAÑO, 2008).

Simões (2008) refere que esta situação propicia a disseminação da ideia de uma corrente privatista de defensores do Terceiro Setor que o contrapõe-se ao Estado, sob a alegação de ineficiência e incapacidade para cumprir os seus desígnios sociais, acusando-o geralmente de desvio da finalidade dos impostos recolhidos pelos cidadãos e à pretensa omissão estatal com relação aos referidos serviços. Tendo em vista desvincular o conteúdo político de suas atividades face ao Estado, por isso mesmo priorizando a privatização e pretendendo livrar-se de qualquer controle público.

Porém para Simões (2008) esta crítica, no entanto, não procede, pois a maioria das entidades e organizações depende fortemente de financiamentos estatais. O Terceiro Setor pode contemporanizar-se facilmente, quer com o autoritarismo do Estado, quer com as imposições do mercado. De um lado certas organizações e entidades são organismos que podem revelar-se, segundo certas condições, mais aptos do que o Estado para tais atividades, pois têm rica experiência social e contato direto com população vulnerável. Podem receber subvenções estatais ou atuam em parceria com o governo ou órgãos internacionais, intermediados pelo governo, propiciando o desenvolvimento social sustentado, “na verdade, essas organizações têm suas contas pagas, quase na totalidade, pelos cofres públicos, apesar dos discursos acirrados contra a omissão governamental” (SIMÕES, 2008, p. 455).

Neste sentido o Estado torna-se parceiro, viabilizador e fiscalizador das instituições sociais, porém estas não devem esquecer o seu papel de luta pela garantia de direitos e efetivação das políticas sociais públicas que são em primeira instância dever e obrigação do Estado frente a sociedade, cobrando por meio do controle social e da participação popular a realização destas em busca do bem estar coletivo.

Nesta perspectiva identifica-se uma ação que vem ganhando espaço nesse “jogo de deveres” para a garantia de direitos, a chamada *refilantropização* da

assistência, caracterizada modernamente como responsabilidade social ou solidariedade. Refilantropização vem a ser a volta ou retorno à noção de filantropia, enquanto contraponto moderno e humanista da caridade religiosa que enfatiza o aspecto da doação de si para outro. No entanto a filantropia aqui contrapõe-se à caridade na medida em que a doação no sentido bíblico, é feita por amor a Deus e obediência na repartição dos próprios bens com os irmãos pobres, quando é mais uma ação desprovida no sentido religioso e, conseqüentemente, de amor à Deus e fraternidade entre seus fiéis (KOMEYAMA, 2000).

Komeyama (2000) afirma que a partir dos anos 80 (séc. XX), as empresas também passaram a desenvolver ações sociais externas ou filantropia empresarial voltada principalmente para as áreas de educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, meio ambiente, etc, visando maior retorno em imagem e publicidade para os acionistas e/ou produtos. Com a expansão da filantropia empresarial, aumenta-se o investimento social em projetos considerados de interesse público, criando novas demandas para os profissionais do Serviço Social e conseqüentemente novos requisitos na qualificação profissional que extrapolam o campo empresarial, pois envolvem capacitação para planejamento, coordenação, articulação, gestão, assessoria e, inclusive, para atuar em equipes interdisciplinares nesta área.

Privatizam-se políticas sociais ampliam-se a relação entre Estado, o setor lucrativo e o setor não lucrativo na produção e oferta de bens e serviços, tratando-se de transferência de responsabilidades para a sociedade civil, que ocorre através de parcerias. No final dos anos 90 inaugura-se uma nova forma de parceria entre a sociedade e o Estado, baseada em resultados que conjugam autonomia, flexibilidade e responsabilidade na produção e oferta de bens e serviços, o Estado passa a assumir o *financiamento total ou parcial*, e as organizações sociais qualificadas pelos resultados pactuados através de contratos de gestão (KOMEYAMA, 2000, p. 207).

Este ciclo segundo Robalo (2010) onde está inserido órgãos do Terceiro Setor, gera benefícios a todos os presentes: ao Estado que se abstém do direito de estar à frente das políticas, diminuindo, com isto, seu processo de trabalho e fiscalização; às empresas privadas que com o auxílio abatem impostos e melhoram suas imagens diante da sociedade, e ao Terceiro Setor que passa a ter a possibilidade de arrecadar verbas para criação de distintos projetos, que ao final

atingem as comunidades ou grupos mais seletos e distintos com propostas de melhoramento de suas realidades.

Para Sucupira (2010) a década de 1990 (século XX) é o período de consolidação do discurso da responsabilidade social no Brasil. Este autor ressalta entre os fatores que contribuíram para esse fato: a produção acadêmica que começa a dar respostas, por meio de diversas monografias e teses de mestrado que surgem nos novos cursos de especialização e mestrado no referido tema, a criação de instituições específicas para discutir e promover o tema, como a Fundação Abrinq (1996); o Instituto Ethos (1998); o Fórum Permanente de Discussão do Balanço Social (1999) e o Prêmio Balanço Social das Empresas, promovido pelo Ibase, Ethos, Fides; Associação Brasileira de Analistas de Mercados de Capitais – ABAMEC e Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – ABERJ, Associação de Empresários pela cidadania – CIVES entre outras entidades.

Komeyama (2000) ressalta ainda o pensamento de Landin (1993) quando este afirma que na filantropia empresarial nota-se um consenso sobre a exigência de que os investimentos ocorram como uma política da empresa, e não somente como compromisso pessoal do empresário, podendo assim considerar a filantropia empresarial como uma evolução dos donativos de caridade para doações estruturadas, ou investimentos em projetos sociais. Nesse período (década de 1990), expande-se o terceiro setor organizada pela sociedade, financiada por instituições privadas de forma direta e indiretamente por meio do fundo público, fortalecendo a luta pela efetivação da cidadania.

A assistência social no contexto neoliberal, incorporada pelo terceiro setor passa a refletir a ideia de refilantropização, ou seja, o privado financia serviços assistenciais a comunidade, em sua maioria famílias e segmentos sociais em vulnerabilidade social⁶ de forma sistematizada.

⁶ O PNAS – Plano Nacional de Assistência Social (2004) classifica a população que vive em situação de vulnerabilidade social, que vivenciam situações de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem (BRASIL, 2004).

Em decorrência das premissas anteriores alguns movimentos e organizações do “Terceiro Setor” desenvolveram uma prática “não política”, mas harmônica, integradora, de parceria, sob o discurso do bem comum e não aos interesses de classe – assim as ONGs “cidadãs”, as empresas “cidadãs” ou “participativas”, os indivíduos (cidadãos) solidários, vinculam-se ao Estado “parceiro” (MONTAÑO, 2007). O que se observa na verdade, segundo Simionato (1998), é a revisão do papel do Estado como prestador de serviços públicos, diminuindo mecanismos de proteção social e estabelecendo parcerias entre o público e o privado na prestação de serviços sociais, o que reflete uma redução dos investimentos em políticas públicas. Dando margem a cultura do “anti Estado”, ou seja, do “Estado mínimo” para a população, principalmente à parcela que mais necessita ter acesso as políticas sociais, que asseguram os direitos sociais como saúde, educação, assistência social entre outras e do “Estado Máximo” para o capital, transferindo-se para a sociedade civil as responsabilidades inerentes ao espaço estatal.

A refilantropização da questão social faz repensar a necessidade da volta do assistencialismo, agora financiado pelo setor privado e público, por meio da organização da sociedade civil, no momento que se torna visível que o Estado já não supre e assegura a todos os direitos sociais destinados a população em especial aos que estão expostos às diversas expressões da questão social presentes na atual sociedade.

Por fim observa-se com a “retirada” do Estado da responsabilidade social (asseguramento da cidadania e da prestação de serviços sociais a população que dela necessita), a população mais exposta às situações de vulnerabilidade social se viu “chamada” a organizar-se, ora ofertando os serviços assistenciais permeando os benefícios eventuais, ora representando-os junto as autoridades judiciais e estatais em busca da execução e efetividade pelos seus direitos, bem como à participação democrática, encontrando formas de resistência e rebeldia as expressões da questão social por elas vivenciadas.

3. PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Um dos fatores que incentiva a realização de pesquisas na sociedade contemporânea é a busca incessante pela evolução. A pesquisa tornando-se instrumento que contribui na ação do homem, uma vez que realiza novas descobertas, novas teorias, sendo este movimento de ir e vir possibilidade de renovação de aprendizagens. A pesquisa segundo Chizzotti (2006) investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem, porém para esta investigação, o pesquisador recorre à observação e a reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta. Trata-se da experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se de instrumentos adequados à sua ação, intervindo no seu mundo para construí-lo adequadamente à sua vida. Afirma-se que:

A opção pela realização de uma pesquisa pode ser motivada pela busca de novos conhecimentos, acerca de um problema a ser investigado. Pesquisa é a busca, ilimitada e sem preconceitos, da sistematização do conhecimento em qualquer área. É a verificação sistematizada por meio de abordagens planejadas, objetivos definidos, hipóteses e teorias que devem ser articuladas para explicar os fatos (PESSÓA, 2007, p. 49).

Porém o ato de pesquisar faz-se de maneira organizada, utilizando métodos e técnicas para se alcançar o resultado a que se propõe, ou seja a definição de um problema, que posteriormente servirá de base para novos estudos. Esta organização de procedimentos diz-se a “metodologia da pesquisa”. Entende-se por metodologia segundo Minayo (2007) o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, capacidade pessoal e sensibilidade), ocupando um lugar central no interior destas. Neste sentido neste item delimita-se o percurso metodológico da pesquisa realizada.

Goldenberg (2005) destaca que a metodologia é originada do grego *méthodos* + *lógos*, sendo a primeira palavra “método” que significa organização e a segunda “logia” que quer dizer estudo sistemático. Assim metodologia vem a ser etimologicamente o estudo dos caminhos a serem seguidos, dos instrumentos usados para fazer ciência.

A metodologia faz um questionamento crítico da construção do objeto científico, problematizando a relação sujeito-objeto construído. Diante de uma objetividade impossível, a metodologia busca uma subjetividade controlada por si mesma (autocrítica) e pelos outros (crítica) (GOLDENBERG, 2005, p.105).

Entende-se que a metodologia vem auxiliar o pesquisador, no momento que lhe instiga a ter uma “visão global”, analisando todos os passos. Pode fazer uma crítica, refletindo sobre o que vai se desdobrando no decorrer dos procedimentos, ou seja, o pesquisador é instigado no decorrer de toda ação de pesquisar pelas realidades que vão se desdobrando no desenvolvimento do processo. Estas características são encontradas de forma acentuada nas Ciências Sociais, onde as pesquisas são realizadas a partir do movimento da ação humana, sendo esta diferenciada, dependendo da região, da cultura, da instrução, o contexto político, econômico, das expressões da questão social vivenciadas por estes entre outros fatores. Para tanto a metodologia deve indicar possibilidade de alcance da resposta ao problema levantado bem como ao alcance dos objetivos propostos conforme item a seguir.

3.1 Problema de Pesquisa

Toda pesquisa possui uma finalidade, ela é construída na direção de questionamentos pessoais que inquietam um sujeito, neste caso o pesquisador, além de contribuir com a sociedade, trazendo novos paradigmas para discussão no coletivo, norteia ações com vistas a melhorar as relações em sociedade. É preciso

então especificar o tema que se pretende estudar, delimitando um problema a ser pesquisado.

No processo de investigação social, a primeira tarefa é escolher o problema a ser pesquisado, que irá provocar indagações, como: Por que pesquisar? Qual a importância do fenômeno a ser pesquisado? Que pessoas ou grupos se beneficiarão com os resultados? (GIL, 2007, p. 50). Definir e formular o problema é uma etapa na qual se elege um núcleo particular (problema de um tema geral, assunto) (CHIZZOTTI, 39).

O pesquisador, desde a escolha do problema, recebe influência de seu meio cultural, social e econômico (GIL, 2007). Para Chizzotti (2006) essa questão – assunto de pesquisa – pode nascer de leituras, de reflexões, de problemas reconhecidos, da atividade profissional, de fontes de informações, ou seja:

quando alguém decide investigar um assunto determinado, sua escolha, em geral, é feita em função de um interesse atual, da intuição e reflexão pessoal, da formação antecedente, de meios exequíveis (tempo, recursos financeiros e humanos, equipamentos, etc.) de informações documentadas etc (CHIZZOTTI, 2006, p. 39).

O pesquisador por meio da sua indagação pessoal procura contribuir com o coletivo. Na pesquisa aqui apresentada o problema de pesquisa definido se deu a partir de uma inquietação pessoal da pesquisadora após leituras sobre a expansão do Terceiro Setor brasileiro, assim busca-se investigar este setor no município de São Borja tendo como problema de pesquisa a seguinte questão: Como está estruturado o trabalho das Instituições do Terceiro Setor no Município de São Borja no 2º semestre de 2010?

A pesquisa teve o seguinte objetivo geral: Analisar como está estruturado o trabalho das Instituições do Terceiro Setor no município de São Borja, com vistas à proposição de possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social. Já de objetivos específicos delineou-se: a) Identificar quais são as instituições do Terceiro Setor em São Borja com assento no Conselho Municipal de Assistência Social para formatar um banco de dados com os principais serviços disponibilizados a comunidade; b) Verificar o contexto histórico onde se deu a fundação das instituições do Terceiro Setor para que se compreenda a necessidade dos serviços

ofertados por estas à comunidade; c) Identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelas instituições do Terceiro Setor em São Borja para realização de um trabalho em rede para indicação de possibilidades de melhorias nos serviços prestados.

Para alcançar os objetivos explanados, foi utilizada as seguintes questões norteadoras: Como está estruturado o trabalho das instituições do terceiro setor do município de São Borja? Há profissionais do Serviço Social inseridos nas instituições do Terceiro Setor de São Borja? c) Quais as possibilidades de intervenção do Assistente Social nessas instituições? d) Quais são as instituições do Terceiro Setor estruturadas em São Borja? Em que contexto histórico se deu as a fundação das instituições do Terceiro Setor do município de São Borja? e Quais são dificuldades enfrentadas pelas instituições do Terceiro Setor em São Borja para realização de um trabalho em rede?

O percurso metodologia da pesquisa deve expressar um método teórico escolhido pelo pesquisador, bem como as categorias de suporte ao mesmo conforme suas concepções de mundo. No item a seguir explana-se o método utilizado na presente pesquisa.

3.2 Método Dialético-Crítico e suas categorias

O estudo aqui referido balizou-se pelo Método Dialético-Crítico, composto por três categorias teóricas que dão suporte as categorias explicativas da realidade, “o método dialético-crítico visa analisar os dados desvelando as interconexões entre os fenômenos, as relações das partes com a totalidade, o movimento, a historicidade e suas contradições” (PESSÔA, 2007, p. 51). De acordo com Triviños (2006) para realizar-se uma pesquisa na linha teórica no materialismo dialético deve-se ter presente no estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer.

Estes princípios básicos do marxismo devem ser completados com a ideia de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, o que significa que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto secundário, o derivado (TRIVIÑOS, 2006, p. 73).

Com isto torna-se imprescindível para o pesquisador da área social que utiliza a concepção marxista como suporte a análise da realidade a compreensão dos principais conceitos do materialismo histórico, direcionados ao capital, sendo este sistema predominante na sociedade de hoje, desde as relações sociais até os modos de produção, influenciando no modo de vida do coletivo. Neste ínterim ressalta-se que o pesquisador adota postura de construção e evolução. O seu pensamento constantemente altera-se devido a suas observações, descobertas e experiências, ou seja, “o intelectual materialista dialético evolui em suas concepções com respeito ao mundo e ao homem, de acordo com as conquistas que concretiza o pensamento científico” (TRIVIÑOS, 2006, p. 23).

O materialismo dialético apóia-se na ciência para configurar sua concepção do mundo. Assim pode-se dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que de acordo com as leis do movimento, se transforma, sendo anterior à consciência na realidade objetiva “estas ideias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético” (TRIVIÑOS, 2006, p. 23).

Torna-se importante definir a palavra dialética, visto que é citada desde a Grécia Antiga por vários filósofos, tendo a questão principal que originaria enquanto explicação do movimento, da transformação das coisas, considerando todas as coisas em movimento, relacionadas uma com as outras. Para Platão a dialética era um método de ascensão ao inteligível, método de dedução racional das idéias (pesquisa). Com esse duplo movimento do método permite-se primeiro a multiplicidade para a unidade e, segundo, discriminar as ideias entre si, não confundi-las (GADOTTI, 1983).

Na contemporaneidade, Minayo (2007), explana que a dialética trabalha com a valorização da quantidade e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. Ao encontro desta afirmativa Gadotti (1983, p. 21) ressalta que “que a dialética considera cada objeto com suas características próprias, o seu devir, as suas contradições”.

Chizzotti (2006) afirma que a dialética insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento, não se detém no vivido e nas significações subjetivas dos atores sociais, valorizando a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens. Para este autor, o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, ou seja, para Chizzotti (2006) a orientação dialética visa analisar como o sujeito reage dentro de uma estrutura, como se dá a sua forma de resistência analisando como se dará a sua relação social com os outros atores sociais do seu meio e do coletivo.

Richardson (2008) traz a ideia que a dialética está vinculada ao processo dialógico de debate entre posições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso, tendo como núcleo a investigação das contradições da realidade, pois são essas as forças propulsoras do desenvolvimento da natureza. Refere que o sujeito busca formas e estratégias para reagir dentro de estruturas e contextos contraditórios. No século XVIII, a contribuição do idealismo clássico alemão fez uma diferença considerável para a consolidação da dialética e, em seguida do materialismo dialético. Os idealistas alemães entenderam a realidade não só como objeto de conhecimento, mas também como objeto da atividade (TRIVIÑOS, 2006).

Sobre as bases da dialética hegeliana, porém rejeitando o conteúdo idealista das mesmas, e colocando a concepção materialista do mundo, da história e do pensamento, apoiando-se nas conclusões da ciência, Marx e Engels elaboraram o materialismo dialético: “Neste sentido [...] não é só uma dimensão ontológica, mas também gnosiológica⁷, já que estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas” (TRIVIÑOS, 2006, p. 53). Segundo Triviños (2006), Engels a define como a ciência das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento, bem como traz o pensamento de Lênin que a define como a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta da unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano que reflete a matéria estando em eterno desenvolvimento.

⁷ Sinônimo de epistemologia, ou seja, indica o estudo da origem e do valor do conhecimento humano em geral ou para significar o estudo das ciências (físicas e humanas), dos princípios sobre o qual se fundam, dos critérios de verificação e de verdade, do valor dos sistemas científicos. (Disponível em: <http://www.ibmcomunidade.com.br>. Acesso em 23 nov.2010).

Estas particularidades indicam que a dialética está sempre em movimento, “destruindo” sínteses, para a construção de novas teses, que irão dar suporte na busca de formas de enfrentamento de estruturas e contextos políticos, sociais e econômicos onde estão inseridos sujeitos que necessitam de acesso a direitos. Vinculada a um método, a dialética junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. Trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos (MINAYO, 2007).

Codificado pelo pesquisador Karl Marx (séc XIX e XX) o método dialético-crítico é considerado uma ciência por seus seguidores, realiza interpretação dos fenômenos sociais apresentando princípios, leis e categorias de análise, tendo como referencial teórico o materialismo histórico (RICHARDSON, 2008). Segundo Triviños (2006) o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, da evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou: “uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana” (TRIVIÑOS, 2006, p. 51).

Triviños (2006) aponta alguns conceitos que o materialismo histórico utiliza, sendo eles: *ser social* (relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva, independentemente da consciência); *consciência social* (são as idéias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas, etc.); *meios de produção* (tudo o que os homens empregam para originar bens materiais como máquinas, ferramentas, energia, matérias químicas entre outros); *forças produtivas* (são os meios de produção, os homens, sua experiência de produção, seus hábitos de trabalho).

O método dialético-crítico utiliza categorias teóricas para embasamento de estudos. Nesta pesquisa foram utilizadas as categorias: Totalidade, Historicidade e Contradição. Entende-se por *categorias*: os conceitos básicos que refletem os aspectos essenciais, propriedades e relações dos objetos e fenômenos (RICHARDSON, 2008). Possuem:

simultaneamente a função de intérpretes do real e de indicadores de uma estratégia política. As categorias são o instrumento metodológico da dialética para estratégia política. As categorias são o instrumento metodológico da dialética para analisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Portanto, são fundamentais para o conhecimento científico e indispensáveis nos estudos de qualquer ciência e na vida social (CURY 1985 apud RICHARDSON 2008, p. 50).

Consideradas como conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações, surgem da análise e multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade, devendo corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar (CURY, 2000). Referente a categoria *totalidade*, é preciso compreender que para a dialética a natureza se apresenta como um todo coerente, onde objetos e fenômenos são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente, entendendo-os numa totalidade concreta. Porém isto não significa compreender que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que este todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (GADOTTI, 1983).

Os fenômenos e acontecimentos provindos da ação do homem, não podem ser vistos separados e sim reflexos e resultados de um sistema balizado em culturas, crenças, sistemas econômicos, políticos e sociais, como afirma Guimarães (2007, p. 88) “a totalidade referencia-se ao olhar que não fragmenta a realidade, o que não significa que o estudo, ou melhor, que as teorias, dão conta de problematizar todas as tramas de relações complexas constitutivas do real”, nesse ínterim, “a totalidade não está baseada na soma de fatos isolados, mas na interconexão entre eles” (GUIMARÃES, 2007, p.88).

A historicidade é o devir (vir a ser) considera-se o que todas as coisas possuem, ou seja, parte-se do princípio que tudo se transforma, tornando o movimento uma qualidade inerente a todas as coisas, onde a natureza e a sociedade não são entidades finalizadas ou concluídas, mas em continua transformação, jamais estabelecidas definitivamente (GADOTTI, 1983). Ressalta-se que:

A historicidade diz respeito ao desvelamento processual do movimento constitutivo do real, pois a realidade é sempre um “devir”, significando movimento que visa reconstruir, a partir de sucessivas aproximações, o reconhecimento da processualidade dos fenômenos e das estruturas (GUIMARÃES, 2007, p. 88)

Esses dois autores concordam entre si quando dizem que a historicidade compreende o movimento, a transformação das coisas, desde a natureza ao próprio homem, que refletirá na evolução de uma sociedade por meio do conhecimento, da ciência e do que diz respeito da própria matéria. Essa categoria como as demais, revelam a transformação da atual sociedade em seu contexto de inserção, bem como o movimento de resistência e rebeldia perante esta realidade da sociedade civil na busca de garantia de cidadania.

A contradição, segundo Gadotti (1983) é considerada a essência ou a lei fundamental da dialética, onde a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição, é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais, “os elementos contraditórios coexistem numa realidade estruturada, um não podendo existir sem o outro [...] A existência dos contrários não é um absurdo lógico, ela se funda no real” (GADOTTI, 1983, p. 26).

Para Triviños (2006) a categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva, estabelecendo uma interação entre aspectos opostos. Distingue os tipos de contradições (interiores e exteriores, essenciais e não essenciais, fundamentais e não fundamentais, principais e acessórias), determina o papel e a importância que ela tem na formação material e ressalta que a categoria da contradição é a origem do movimento e do desenvolvimento.

As categorias ora apresentadas segundo Gadotti (1983) podem ser aplicadas tanto à matéria, como à sociedade humana e aos próprios conhecimentos dos pesquisadores. Por estas características essenciais – ao entendimento da realidade de vida dos sujeitos – o método dialético-crítico foi o método escolhido que embasou a presente pesquisa, articulando as categorias explicativas da realidade: Terceiro Setor e Serviço Social, uma vez que analisa como está estruturado o trabalho das Instituições do Terceiro Setor no município de São Borja, com vistas à proposição de possibilidades de intervenção ao profissional do Serviço Social.

Caracterizado como um novo espaço para o Serviço Social no atual contexto com uma grande expansão desde as décadas 80 e 90 (século XX), o terceiro setor, expressão pouco utilizada no Brasil, segundo Komeyama (UnB, 2000) trata-se de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem os propósitos de atender o interesse público, assim chamado, porque o Estado seria o primeiro e o mercado o segundo setor. Porém “Ao tentar entender o que é esse setor, e qual o seu papel, as diferenças são enormes” (KOMEYAMA, 2000, p. 204). Ressalta-se que para o Serviço Social sobrecari um desafio referente ao terceiro setor: qualificar-se referente às demandas destas instituições sociais. E estar apto a assessorar: “na formulação, coordenação e gestão dos projetos de ação comunitária; inserção em equipes multiprofissionais; [...] determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas, na divisão sociotécnica do trabalho, que demanda uma requalificação principalmente no aspecto intelectual” (KOMEYAMA, 2000, p. 212).

Torna-se imprescindível articulação entre o método teórico escolhido a o tipo de pesquisa utilizado, para que haja transversalidade entre ambos, conforme explana-se a seguir.

3.3 Tipo de pesquisa e Coleta de dados

A coleta de dados aconteceu por meio da pesquisa documental e bibliográfica junto às instituições com suporte da pesquisa qualitativa, visto que os gestores foram convidados a esclarecer questões referentes as instituições. Referente a pesquisa documental, ressalta-se que a fonte de coleta de dados foi restrita a documentos, escritos, constituindo o que se denomina de fontes primárias (LAKATOS, 2007).

Para Chizzotti (2006), a pesquisa documental é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática e precede ou acompanha os trabalhos de campo. Visa “mostrar a situação atual de um assunto determinado ou intentam traçar a evolução histórica de um problema” (CHIZZOTTI, 2006, p. 18). A reunião dos documentos torna-se indispensável oportunizando conhecer o que já foi investigado, o que falta investigar, os problemas ainda controversos, obscuros, inadequadamente estudados ou que ainda persistem, reclamando novos estudos. Na pesquisa aqui referida efetuou-se

pesquisa documental por meio do acesso aos documentos da instituição, como por exemplo: estatutos, regimentos, ofícios, relatórios, oriundos de cartórios, memorandos, planos, projetos sociais, atas entre outros a partir de um roteiro norteador (Apêndice A).

Sobre a pesquisa bibliográfica, classificada por Deslandes (2007) “como a que deve dar conta do “estado” atual do conhecimento sobre o problema, espera-se que o pesquisador saiba dizer o que é consenso sobre o assunto em debate, o que já é tido como conhecido e o que ainda pouco se sabe”. Neste estudo realizou-se por meio de livros, artigos, sites da internet, monografias, dissertações de mestrado e doutorado, revistas, jornais, gravações de áudio; gravações em vídeo; filmes; pesquisas entre outras fontes.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, que deu suporte as duas técnicas anteriores citadas porque entende-se que responde questões muito particulares do estudo. Acredita-se que a realidade não pode ou não deveria ser apenas quantificada, frente a isso a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. O universo da produção humana que pode ser resumido nas relações, das representações e da intencionalidade e é objeto desse tipo de pesquisa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2007).

Pessôa (2007) afirma que pesquisa qualitativa deve primar pela abordagem descritiva dos fatos, pois estes possuem significados com uma totalidade de expressões que interagem no contexto pesquisado, sendo que conforme a autora o pesquisador preocupa-se também com o processo investigatório, não somente com os resultados obtidos, pois os dados coletados são concretos, relacionado-os a um suporte teórico, para não apenas desvendá-los no senso comum.

Por meio da observação participante, frente às conversas informais com os gestores e/ou funcionários das instituições levantaram-se reflexões, logo as compreendendo de forma qualitativa (Apêndice B). Esse conjunto de fenômenos “é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2007, p. 21).

Referente à observação participante, destaca-se que consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação

determinada, fazendo com que este assuma até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí afirma-se: “que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo” (GIL, 1987, p. 107). Chizzotti (2006) traz para reflexão que observação trata-se do ato de ver e registrar, sistemática e fielmente, fatos e circunstâncias em situações concretas que foram definidas de antemão e que estejam ligados ao problema em estudo. Sendo ainda, para este autor a observação participante, proposta para que o pesquisador “participe como membro ativo dos fatos, apreendendo o significado que as pessoas atribuem aos seus atos” (CHIZZOTTI, 2006, p. 44).

Opta-se por uma amostra intencional, selecionada quando o pesquisador quer obter a opinião de pessoas determinadas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele, ou seja, na pesquisa aqui explanada as instituições foram selecionadas intencionalmente pelo investigador, considerando-as com características típicas ou representativas da população correspondentes ao tema da pesquisa (MARSIGLIA, 2001). As instituições sociais mapeadas para participarem da pesquisa são as inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social do município de São Borja, correspondendo a cinco instituições sociais que possuem acentos no Conselho, sendo elas: Asilo São Vicente de Paula; APAE – Associação de Pais e Amigos dos excepcionais; Pastoral da Criança; EMATER/RS - ASCAR (Associação Rio-grandense de Empreendedorismo de Assistência Técnica e Extensão Rural) e Centro de Formação Tereza Verzeri.

Quanto à divulgação do resultado da pesquisa, realizar-se-á pela elaboração e publicação de um artigo científico com os dados obtidos e divulgação dos resultados por meio de um encontro de representantes das instituições participantes desta pesquisa junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de São Borja, bem como forma de agradecimento pela colaboração que implicou nos resultados desta, auxiliando na luta constante pela construção de uma sociedade com mais acesso às políticas sociais e garantia da cidadania dos usuários destas do município São-borjense.

Após a coleta de dados, há uma fase do processo da pesquisa que exige atenção e um olhar crítico, bem como embasamento teórico para a realização da análise dos dados coletados, saber codificá-los, interpretá-los, saber separar o

relevante e assim trazer para entendimento o que se propôs buscar. A realização desta etapa delinea-se no próximo subitem.

3.4 Análise dos Dados

Quanto à análise dos dados coletados, Pessôa (2007) diz que esta ação constitui uma etapa essencial para finalização da pesquisa, pois nessa fase os dados relevantes são desdobrados, no intuito de possibilitar entendimento ou não do problema de pesquisa a ser considerado. Para dar suporte a análise dos dados desta pesquisa optou-se pela técnica análise de conteúdo.

Entende-se por análise de conteúdo, segundo Richardson (2008), uma técnica de pesquisa onde há um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversos. Utilizada para estudar material de tipo qualitativo – aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas – sendo assim deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam.

Conforme Richardson (2008) pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Entre os vários autores que utilizam análise de conteúdo, a que orientou esta pesquisa foi a sistematizada pela pesquisadora Gagneten (1987) denominada MSP - Método de Sistematização de Prática, que utiliza uma técnica constituída de sete passos, sendo estes: reconstrução, análise, interpretação, conceitualização, generalização, conclusão e elaboração de propostas.

Referente à reconstrução esta implica a leitura completa das falas dos sujeitos que será dividida em pequenos fragmentos significativos, para que estes apontem indicativos relevantes para o conhecimento e esclarecimento das falas obtidas, conforme os objetivos e questões norteadoras da pesquisa (PESSÔA, 2007). Na pesquisa aqui referida esta etapa consistiu em ir ao encontro dos documentos e das referências inerentes às categorias da realidade que dão suporte ao estudo, com vistas a delimitar a procedência da estrutura do terceiro setor são-borjense.

Diz-se da análise a ação de entender o todo por meio do estudo das partes, ou seja após leitura dos fragmentos, o pesquisador deverá estar atento às contradições e tensões que as falas expressam, de forma direta ou indireta. As falas são ordenadas segundo sua reiteração, o que mais se repete na entrevista, a ressonância, aponta-se o que chama atenção do pesquisador e a partir da estratégia, que parte-se das falas que apresentam indícios de futuras intervenções ou melhoria da condição estabelecida no cotidiano do entrevistado (PESSÔA, 2007).

Quanto à interpretação refere-se às partes da fase anterior que agora são interpretadas com fundamentação teórica. Esta etapa possibilita ao pesquisador a oportunidade de dar sentido às falas escolhidas, nesse sentido, o ato de interpretar requer conhecimento teórico sobre a temática discutida, sendo que os objetivos e as questões norteadoras da pesquisa deverão estar presentes de forma clara, para que o entrevistador possa “dialogar” com os dados coletados, no sentido deste estar aberto para o reconhecimento de pontos essenciais a serem considerados (GAGNETEN 1987).

A conceitualização trata da unificação das diversas interpretações surgidas na pesquisa, tornando-a em um todo coerente. Para Pessôa (2007) esta etapa age como fator de unificação entre as falas dos sujeitos com os termos teóricos que norteiam a pesquisa, sendo que esses deverão interagir com as categorias escolhidas. A generalização é a etapa onde se busca utilizar apenas o mais importante das fases anteriores, assim as particularidades extraídas da fala dos sujeitos a partir das conceitualizações realizadas são articuladas com a conjuntura histórica, política e cultural que se estabelece no tempo do acontecimento dos fatos, para possibilitar observações internas e externas da prática (GAGNETEN, 1987).

Já a conclusão baseia-se no levantamento tanto dos pontos positivos como os negativos da questão pesquisada e a elaboração de propostas visa propor soluções alternativas para a mudança da realidade encontrada.

Para Gagnetem (1987) a sexta fase, titulada “proposição”, é o momento onde após passagem e leitura por cada uma das fases anteriores, sendo esta mais articulada com a última “conclusões”, é o instante onde se propõe soluções e alternativas para posterior planejamento de aplicação na prática, com vistas a interagir com a realidade social levantada pela pesquisa.

Para Pessôa (2007, p. 64) as duas últimas etapas do método de Gagnetem (1987), interação de forma: “recíproca e constante”, podendo o pesquisador grifar

indicadores que remetem a essas considerações, já no momento de reconstrução. A autora salienta que essas etapas são essenciais, pois possibilitam ao entrevistador dar materialidade a sua pesquisa, podendo considerar a experiência, os entraves, as conquistas do processo, avaliando se os objetivos foram alcançados.

Com este intuito a partir da realidade encontrada nas instituições do terceiro setor participantes desta pesquisa, delimitou-se após o levantamento de dados e análise da realidade, propostas e possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social com vistas a somar qualidade e eficiência na prestação dos serviços desta a comunidade.

Na opinião de Pessôa (2007) o pesquisador não pode desconsiderar que os sete passos devem ser aplicadas de forma harmônica e consistente, para que realmente os dados coletados tenham um tratamento oportuno e os resultados sejam analisados de forma coerente, reportando-se constantemente ao enfoque dialético-crítico, escolhido pela pesquisadora.

Para Gagneten (1987) estes passos orientam a análise dos dados da pesquisa que se realiza, buscando compreender o contexto onde esta se desenvolve, propondo ao final do processo ações interventivas. Neste conjunto de proposições a pesquisa aqui referida se realizou balizada por métodos e técnicas que visaram observar, compreender, analisar a estrutura do terceiro setor são-borjense, bem como propor possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social para assegurar os direitos da população, principalmente dos usuários dos serviços oferecidos por estas instituições e organizações.

4. TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESTE ÂMBITO.

O presente capítulo deste trabalho tem por finalidade apresentar os dados levantados durante a realização da pesquisa, oportunizando reflexões e debates sobre a organização do Terceiros Setor no município de São Borja. Desmistificando a qualidade dos serviços prestados, os atores sociais que oportunizam o acesso ao atendimento, o público-alvo com suas características, as vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos usuários, as ações efetuadas para a minimização das expressões da questão social e o comprometimento das instituições.

Pontua-se a inserção do Serviço Social no âmbito do Terceiro Setor são-borjense, revelando a práxis cotidiana deste profissional, o comprometimento com o usuário, a família e a comunidade, as possibilidades e os desafios deste espaço de trabalho enquanto garantia de mudança, minimização das desigualdades sociais e garantia de acesso ao gozo de direitos. Destaca-se o profissional do Serviço Social enquanto sujeito que atua no movimento de luta por uma sociedade justa, onde todos sejam tratados com igualdade nas suas particularidades.

4.1 O contexto que se deu a fundação do terceiro setor no município de São Borja

Entre os documentos disponibilizados pelas instituições relacionadas à pesquisa, o mais utilizado foi o Estatuto Social da instituição, seguido pelos relatórios anuais de atividades. O Estatuto Social é utilizado pelas sociedades em ações e entidades sem fins lucrativos, é certidão de nascimento da instituição, disciplinando-a pelas cláusulas do seu conteúdo, expressa o relacionamento interno e externo da instituição, atribuindo-se identidade ao empreendimento. Em suas cláusulas identificam-se a sua qualificação, tipo jurídico de sociedade, a

denominação, localização, seu objeto social, forma de integralização do capital social, prazo de duração da sociedade, data de encerramento do exercício social, foro contratual, entre outros dados. (Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>> Acesso em 22 out. 2010).

Dentre as instituições pesquisadas houve as que não possuíam o estatuto ou cópia em sua sede, estando este nas entidades mantenedoras em outras cidades. No entanto indicou-se outros materiais como por exemplo: relatório de prestação de contas, relatório de ações sociais, projetos sociais, projeto pedagógico social, jornal da instituição, análise institucional e o FABS - Folha de acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade. Nenhuma instituição possibilitou análise do livro de atas de reuniões.

Observou-se neste contato com os documentos institucionais, que em sua maioria, estão organizados, arquivados, porém não há acesso a eles aberto à comunidade, inclusive no decorrer da pesquisa, alguns participantes mostraram “certa relutância” em ofertá-los ao manuseio e observação externa, como se a presença da pesquisadora fosse mais de fiscalização do que levantamento de dados para contribuir na busca de conhecimentos. Acredita-se ser de relevância a disponibilização dos documentos da instituição para que as atividades e os objetivos desta sejam visualizadas, contribuindo para um trabalho transparente e convidativo aos usuários e contribuidores para que os mesmos tornem-se parte do conjunto, com direito a participar. Analisando os documentos a disposição, levantou-se a data de fundação das instituições participantes da pesquisa. Para uma melhor visualização foram organizados os dados da seguinte forma no quadro abaixo:

Quadro 1. Data de Fundação

Instituição	Ano de fundação
Centro de Formação Tereza Verzeri	1936
Asilo São Vicente de Paula	1944
EMATER/ RS – ASCAR	1966
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	1969
Pastoral da Criança – sede do Bairro do Passo	1985

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora por meio da coleta de dados, 2010.

Partindo desse referencial, observa-se que a primeira das instituições participantes, hoje denominada Centro de Formação Tereza Verzeri foi fundada em 1936 (séc. XX) (BERNARDI, 2006). Na década de 30 do século passado, o Brasil era governado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. As características dessa década denotam um período reconhecido como populista, porém um governo segundo Couto (2006) de caráter autoritário. As principais características deste período são as reformas trabalhistas que regulamenta as relações entre capital e trabalho, entre elas instituição do salário mínimo e jornada de trabalho; na área social se estabelece critérios para inclusão ou exclusão nos benefícios sociais como posição ocupacional e o rendimento (atingindo apenas os trabalhadores da zona urbana); houve avanços no campo previdenciário; há ainda ações no sentido da proteção da mulher e do “menor”; não era permitido direito ao voto aos analfabetos e mendigos; e obriga o Estado a promover o ensino pré-vocacional e o educacional.

Esse breve histórico caracteriza a fundação do Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus, que iniciou o processo de abrigamento de crianças e adolescentes do sexo feminino, provindas de famílias em vulnerabilidade social vindas da zona rural, sendo que no Brasil neste período esta população não havia proteção social em nenhuma instância. Em 1936 com a denominação Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus, devido o fato que as freiras, entre elas a Madre Maria Antônia Perini, recentemente chegada da Itália passa a acolher no convento três

irmãs trazidas pelo pai, recentemente viúvo e com dificuldades financeiras para manter a si e as suas filhas, que não via outra saída senão pedir para as irmãs as abrigarem. Assim as freiras iniciam o trabalho de acolhimento, abrigamento em regime de internato e assistência social de forma caritativa a crianças do sexo feminino, órfãs ou providas de famílias em vulnerabilidade social, ações que se deram de 1936 a 1986. Em função de mudanças sociais e organizacionais, a partir do ano de 1987, o atendimento passa a ser feito no turno inverso à escola, continuando a ser direcionado a meninas (CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI. Disponível em <http://www.verzeri.org.br>. Acessado em 18/10/2010).

Em reordenamento das ações e em atenção ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a instituição, no ano de 2000, passou a atender crianças e adolescentes de ambos os sexos, favorecendo, assim, à formação integral e à inclusão social. Passando a denominar-se Centro de Formação Teresa Verzeri, continuando o atendimento no turno inverso à escola e incrementado pela oferta de oficinas e cursos, extensivos às famílias dos educandos da instituição e comunidade em geral. Para contribuir, efetivamente, no enfrentamento da realidade de exclusão social, o Centro de Formação Teresa Verzeri tem como objetivo primordial: acolher e educar para a cidadania crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, procurando despertar potencialidades para os valores humanos, sociais e espirituais, com interesse por atividades que viabilizem a criatividade e a rentabilidade futura (Disponível em <<http://www.verzeri.org.br>> Acessado em: 18 out. 2010).

Observa-se que a instituição Centro de Formação Tereza Verzeri iniciou suas atividades na década de 1930 (século xx), com ações caritativas e assistencialista, com referencial na religião católica, com ênfase em práticas de “boa ação”, “ações humanas”, visando dar condições de vida e sobrevivência as crianças órfãs ou abandonadas que lhe eram asseguradas.

Passados mais de setenta anos, a instituição hoje vem assegurar aos seus educandos, familiares, e comunidade em geral por meio de ações complementares, ampliar o universo cultural de famílias, crianças e adolescentes, desenvolvendo a sociabilidade, conhecimentos, fazeres, valores e habilidades, utilizando-se de atividades lúdico-pedagógicas, culturais e esportivas. É oportunizado ainda Serviços de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto, Orientação e Apoio Sócio-Familiar, Produção e Geração de Trabalho e Renda (Disponível em <<http://www.verzeri.org.br>> Acessado em: 18 out. 2010).

A segunda instituição analisada tem como data fundação, o ano de 1944 (século XX), década esta marcada pela Criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Criação do sistema “S” – Sesi – Serviço Social da Indústria, Sesc – Serviço Social do Comércio, Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria. Observa-se que a área social ainda é pouco desenvolvida e que os governos ainda voltam-se para o crescimento econômico do país. Nesse contexto, nasce o Asilo São Vicente de Paula, em 12 de dezembro de 1944, tendo como fundadora a Sr^a Glasfira Corrêa Vargas, denominando-se associação de caráter filantrópico-beneficente, sem finalidade de lucro.

É fundada com intuito de assistir aos idosos provindos de famílias em vulnerabilidade social, ou abandonados pelas mesmas sem condições de prover a sua própria subsistência. Possui por objetivo proporcionar casa, alimentação, vestuário, assistência médica, e consolos espirituais aos idosos que estejam em situação de vulnerabilidade social e realizar ações de saúde e atendimento direto e gratuito ao público, na área de fisioterapia e reabilitação (ASILO SÃO VICENTE DE PAULA, 2008).

O ato de ajuda ao próximo presente na fundação desta instituição juntamente com as ações de corrigir/prevenir os “males sociais” são fatos que levam o homem a construir seu próprio bem-estar, esse fenômeno existe desde o aparecimento dos seres humanos sobre a Terra (VIEIRA, 1989). A assistência ao outrem é prática antiga na humanidade, não se limita segundo afirma Sposati (2003), nem à civilização judaico-cristã nem às sociedades capitalistas, sendo a solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, inscrito sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Destaca-se que:

[...] na antiguidade, não podemos dizer que não existissem pobres e miseráveis. A pobreza era o estado daqueles que não contavam com meios de subsistência, ou porque eram velhos ou doentes ou porque não tinham arrimo para sustentá-los, como viúvas e as crianças órfãs ou abandonadas (VIEIRA, 1989, p. 27).

O idoso então aparece como sujeito constante de ajuda e auxílio desde as primeiras civilizações, pelo fato de que dependendo de suas condições físicas não poder prover seu próprio sustento e não contribuir para a economia do coletivo. O sistema socioeconômico daquele contexto era baseado na pecuária e na agricultura que oferecia trabalho e formas de subsistência para todos os membros da tribo ou clã, a miséria só aparecia em época de crise econômica, causada por invasões, guerras, catástrofes, que destruía cidades, habitações e lavouras, resultando na falta de alimentos. A assistência aos pobres, aos velhos, abandonados constituía, então, responsabilidade da família, clã ou tribo, cada um tomava conta dos seus e a maneira de assisti-los variava de uma tribo para outra, conforme usos, costumes e crenças, que norteavam não apenas as ações de auxílio, mas também na maneira de considerar as causas e os efeitos dos males sociais (VIEIRA, 1989).

É apenas na civilização judaico-cristã que a ajuda, como afirma Sposati (2003) toma expressão de caridade e benemerência ao próximo, como força moral de conduta. Muitos são os exemplos históricos de solidariedade e compromisso a partir desses valores, a vida terrena era considerada transitória e o consolo dos aflitos a forma de transcender essa transitoriedade. Enfatiza-se que:

O advento do Cristianismo transformou o conceito de caridade: todos os homens, de qualquer nacionalidade ou raça, são irmãos. Ser pobre ou doente não constitui castigo de Deus, mas consequência da imprevidência individual ou das circunstâncias; a pobreza e a doença são consideradas como provação da qual se poderiam haurir grandes merecimentos. Ajudar o pobre, recebê-lo é meritório, pois ele apresenta a própria pessoa do Salvador. A caridade constituía, assim, para quem a dispensava, um meio de alcançar méritos para a vida eterna (VIEIRA, 1989, p.30).

Ao longo do tempo, grupos filantrópicos, bem como religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio. Esta ajuda se guiou pela compreensão de que na humanidade haverá sempre os mais frágeis, os doentes, etc., que não conseguirão reverter sua condição, carecendo de ajuda. (SPOSATI, 2003). Já na idade média, começam a surgir instituições de caridade, de cunho religioso e até pela caridade de grupos abastados. As ações vão sendo incorporadas como responsabilidade pública. Sendo com a expansão do capital e por consequência a pauperização da força de trabalho, a assistência começou a ser apropriada pelo

Estado e à rede de organismos de solidariedade social da sociedade civil, em especial aos organismos ligados a credos religiosos, que mantinham a compreensão da assistência como um gesto de benevolência e caridade para com o próximo (SPOSATI, 2003). Nesse contexto deu-se a fundação da instituição Asilo São Vicente de Paula no município.

Já a terceira instituição EMATER/RS – ASCAR – Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, foi fundada em São Borja no ano de 1966 (30 de dezembro), por meio de um convênio entre poder público municipal e o estadual, no mandato do prefeito José Pereira Alvarez, na época nomeado interventor federal pelo então presidente militar General Humberto Castelo Branco. A década de 60 iniciou com a presidência de João Goulart, e finaliza na ditadura militar, as principais características da década foram a proliferação e expansão de movimentos sociais; eclosão de greves e de manifestações populares, o governo federal instituiu o 13º salário, o salário-família e a Lei Orgânica da Previdência Social. Com o início da ditadura militar há utilização da força e da repressão como estratégias mais utilizadas como forma de garantir o projeto que pretendia transformar o Brasil em grande potência econômica e realocar as condições necessárias à manutenção de sua relação com o capitalismo internacional (COUTO, 2006).

Sobre este último enfoque que se deu a criação desta instituição, visto que é resultado da assinatura de um convênio entre os governos norte-americano e brasileiro para a criação do Escritório Técnico de Agricultura – ETA que visava à execução de projetos e desenvolvimento agropecuário do país, sendo esses projetos considerados como responsáveis pela instalação dos serviços de extensão rural na Região Sul (EMATER/RS – ASCAR, 2005). Entende-se trazer um breve histórico da fundação desta instituição no estado do Rio Grande do Sul para que possamos compreender a sua participação nesta pesquisa. Em 2 de Junho de 1955, nascia no estado a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR com a finalidade de executar o serviço de assistência técnica e extensão rural no estado do Rio Grande do Sul, tendo por fim levar conhecimento e orientação à família rural. A partir de 1977, esta instituição passa a atuar em conjunto com a EMATER/RS, igualmente uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos (EMATER/RS – ASCAR, 2008).

Desta união surge a denominação conjunta EMATER/RS – ASCAR, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que passa a executar atividades de assistência técnica e extensão rural - ATER no Rio Grande do Sul, também denominadas de ações de assistência social nas áreas rurais. Este trabalho é realizado de maneira a estimular o desenvolvimento, a atender aos interesses do público beneficiário, a melhorar a qualidade de vida, a intensificar a sustentabilidade e a democracia (EMATER/RS – ASCAR, 2008). A instituição possui por missão: “Promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável” (EMATER/RS – ASCAR, 2005, p.12). Inserindo a extensão em todas as atividades que possam promover o desenvolvimento, sejam agrícolas ou não.

Reconhecida pela excelência de seu trabalho na área de assistência técnica, tornando a agricultura familiar gaúcha modelo no País, a Instituição também é detentora de um legado de trabalho diretamente ligado ao social, guardando íntima relação com atividades de cunho voluntário. Ao desempenhar o papel de entidade filantrópica de assistência social rural, a EMATER/RS – ASCAR amplia o conceito de responsabilidade social neste novo milênio (EMATER, 2010, p. 7).

Com a realização de tais ações ressalta-se que a instituição apesar de possuir vínculo governamental é uma organização privada com ações de responsabilidade social e sem fins lucrativos, e devido a estas características possui acento no Conselho Municipal de Assistência Social. Desenvolve programas que envolvem a valorização da autoestima, da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente, passando pelo aprendizado de alternativas de geração de renda para grupos em situação de vulnerabilidade social, promoção da saúde e muito mais. “essas propostas ao trazerem um novo alento para o campo concretizam significativos avanços na esfera da inclusão social, contribuindo para fixar as famílias no meio rural com a perspectiva de um futuro digno” (EMATER, 2010, p.7).

Na conjuntura da ditadura militar, nasce a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/São Borja em 1969, organizada por um grupo de pais e de amigos destes que procuravam atender as necessidades especiais de crianças “excepcionais”, diante da carência no setor, acentuada em razão da inexistência de

políticas públicas voltadas para esta camada da população. Constitui associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, visando promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (APAE, 2009).

A ditadura militar, segundo Gohn (2003) foi campo fértil para ascensão de movimentos sociais, o que caracteriza a constituição desta Associação em âmbito nacional, paralelamente em São Borja. A ditadura militar brasileira que ocorreu entre os anos de 1964 a 1984, com duração de vinte anos, resultado do golpe militar de 1964, quando os militares brasileiros “tinham motivos para assumir o governo, julgavam-se preparados para fazê-lo e contavam com aliados”(CARVALHO, 2004, p.160).

Dado o golpe houve um conjuntura durante vinte anos de cessão de direitos civis e políticos da população, inclusive represálias com violência por parte do governo, muitos sindicatos sofreram intervenção do governo, em contrapartida o setor econômico foi bastante desenvolvido e os direitos sociais foram estendidos aos trabalhadores rurais CARVALHO, 2004). Porém os movimentos sociais continuavam suas articulações em bases não mais com muita frequência, com reuniões espaçadas, mas permanentes, que irão eclodir com força nas próximas décadas de 80 e 90 (século XX) no país.

Referente à Pastoral da Criança – sede bairro do Passo, teve sua fundação no município de São Borja no ano de 1985, tendo por característica principal, constituição enquanto sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos. Está ligada à instituição mantenedora religiosa⁸. O cenário de implantação da Pastoral da criança é caracterizada nesse período no Brasil, a tendência a *refilantropização* da assistência, ou seja a volta à noção de filantropia, enquanto contraponto moderno e humanista da caridade religiosa que enfatiza o aspecto da doação de si para outro (KOMEYAMA, 2000).

Neste período o contexto brasileiro se dava pela retomada do governo federal democrático em 1985, marcando um “período de transição” - até 1989 – que propunha resgatar a “dívida social” deixada pela ditadura militar, por intermédio de

⁸ Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

um esforço distributivo gerido pelo Estado. Esse esforço torna-se evidente ao se analisar os gastos sociais feitos então pelo governo federal (LOPES, 1998, p. 95). Em que pesasse os argumentos de que a “dívida social” era maior que a capacidade de gastos e investimentos do governo, a sequência dos fatos evidenciou que os gastos foram e são mal administrados, sobretudo pela defasagem percentual e absoluta que há entre os gastos efetivamente realizados pelo governo e a proporção de fundos que alcançam os cidadãos na proteção social (LOPES, 1998).

Outra característica desse período eram as repercussões acerca da promulgação da constituição brasileira de 1988 – considerada “Constituição cidadã” - elaborada sob e sobre as pressões diversas de segmentos sociais organizados e/ou espontâneos que se motivaram à participação, naquele momento, que nutria-se também do processo de reorganização dos movimentos sociais em desenvolvimento na sociedade, como da perspectiva das eleições diretas havidas em 1989, que motivaram segmentos sociais progressistas a convergir em torno dos candidatos de esquerda (LOPES, 1998). Nesta conjuntura a Pastoral da Criança inicia suas atividades no município com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento integral das crianças, promovendo em função delas, logo refletindo em suas famílias e na comunidade. Busca alcançar tal objetivo desdobrando-se por meio de programas alcançando as seguintes finalidades:

I – sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, com as ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria; II – formação humana e cristã das famílias, líderes comunitários e agentes voluntários; III – promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e redução da violência familiar e comunitária; IV – geração de renda para auto-sustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas, capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesmo; V – alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança; VI – documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil; VII – pesquisa nas áreas de referência programática (PASTORAL DA CRIANÇA, 2010, p. 01).

A Pastoral da Criança em âmbito nacional iniciou seu trabalho em defesa à vida, tendo como foco a criança, abrangendo ações desde a gestação até aos quatro anos de idade (PASTORAL DA CRIANÇA, Disponível em <http://www.pastoraldacrianca.com.br>. Acessado em 20/10/2010). Em São Borja suas

ações também são voltadas a este segmento social devido a pauperização crescente das famílias em vulnerabilidade social no município como aponta os dados a seguir.

Caracterizada como cidade da fronteira-oeste do estado com altos índices de famílias em vulnerabilidade social, como apontada na entrevista realizada com o Coordenador do Projeto Mapa Social⁹ desenvolvido no município no ano de 2008 e 2009. Os dados mostram o referente à renda *per capita* de São Borja a média é de R\$ 246,99 sendo que no Estado a renda *per capita* é R\$ 357,74, o que identifica no município um alto índice de pauperização.

Caracterizando este ponto da discussão destaca-se o item desemprego da pesquisa que mostra que em São Borja, o índice é 35.5% da população¹⁰, que corresponde um total de 22.701 habitantes. No que diz respeito ao Programa Bolsa Família 3.200 famílias recebem o benefício, sendo que há 8.300 pessoas cadastradas, ou seja, existem no município mais de 5000 famílias esperando pelo auxílio. Referente à média da faixa etária, São Borja conta atualmente com 12.281 (19% da população) crianças de zero á onze anos, 12.675 (20%) adolescentes de 12 a 18 anos de idade, 33.447 (52 %) pessoas em fase adulta de 20 a 60 anos, e com mais de 60 anos 6.466 (10%) habitantes. Estes dados correspondem apenas à zona urbana.

A escolaridade predominante na população é o ensino fundamental incompleto, e a pesquisa ainda revelou 10% de analfabetos (6.428 habitantes), 53 % possuem Ensino Fundamental ou desistiram dos estudos em uma dessas séries (34.375 habitantes), 25% com Ensino Médio Completo e/ou incompleto (16.215 habitantes), sendo apenas 12% da população com Curso Técnico, Ensino Superior, Pós Graduação e (Completo/cursando/incompleto) que corresponde a 7.783 habitantes.

Neste sentido os dados apontam altos índices de baixa renda e desemprego o que reflete no desenvolvimento da população infantil. Com isto a comunidade cristã ligada à Igreja Católica Imaculada Conceição do Bairro do Passo, organizou-se fundando em 1985 a Pastoral da Criança do Bairro do Passo.

⁹ Projeto de Pesquisa que iniciou em São Borja no ano de 2008 na área urbana, ligado à Secretaria de Assistência Social, com vistas a identificar no município dados socioeconômicos quantitativos que apontam onde estão as principais dificuldades sociais e de estrutura para posterior planejamento de programas.

¹⁰ O Mapa Social levantou uma população de 64.869 habitantes em São Borja.

Inicialmente com atividades vinculadas ao combate da mortalidade infantil e principalmente a desnutrição, o que dificulta o desenvolvimento da criança, no município se dava ações como pesagens, distribuição de leite, distribuição de "sopas" (alimento característico com legumes, carne bovina, massas, com feijão ou arroz).

Atualmente a Pastoral da criança mais que distribuição de alimentos e controle do peso da criança, busca atender este usuário na sua totalidade, compreendendo o seu histórico de vida, e o de sua família para promoção da sua qualidade de vida na íntegra, defendendo seus direitos como cidadão. Abrangendo ações de geração de trabalho e renda para fortalecimento desta família, bem como a pastoral por meio das visitas domiciliares oferece um acompanhamento e orientação social e religioso (PASTORAL DA CRIANÇA. Disponível em <http://www.pastoraldacrianca.com.br>. Acessado em 20/10/2010).

Em parecer geral as instituições pesquisadas em sua maioria possuem conforme estatutos, sede próprias. Em observação participante constatou-se que a maioria possui uma boa estrutura física. Destaca-se que nas instituições que há profissional do Serviço Social disponibiliza-se salas próprias para o atendimento, oportunizando atendimento individual com qualidade ao usuário, com ambiente de espera, móveis em bom estado de conservação, inclusive para arquivamento de materiais, ambientes higienizados, com boa iluminação e ventilação, bem como contam com equipamentos de informática para agilização de atendimentos e telefone disponível à profissional.

Em fim tendo em vista que a frequência das datas de fundações das instituições aqui relacionadas é a década de 1960, caracteriza assim que o município tem em sua conjuntura a ação do assistencialismo presente na sua história, sendo a maioria das instituições participantes fundadas com intuito de caridade, e assim permanecendo até os dias atuais com ações que ainda precisam ver organizadas a luz do Sistema Único de Assistência Social. Porém hoje alguns já adotam a assistência social como política social no sentido de fortalecer o sujeito, lhe oportunizando ferramentas para isso, além de reconhecê-lo cidadão de direitos, garantindo o seu pleno acesso e gozo.

O assistencialismo foi prática constante também em São Borja, ora no mérito da benevolência e caridade, ora organizadas em instituições sem fins lucrativos, passando ao Estado. As fundações das cinco instituições se deram em décadas

diferentes, porém todas possuem a característica de serem organizadas em função de assistencialismo aos seus usuários, finalidade esta que será encontrada na contemporaneidade como um dos grandes desafios das instituições sociais construídas antes das décadas de noventa, onde a Assistência Social ainda não era sistematizada como política pública.

4.1.1 Gestão e quadro de funcionários

Define-se por gestão, segundo Prates (1995), um processo que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando a consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações ou classes. Como espaço de atuação conforme a autora está intimamente vinculada às questões axiológicas e a um projeto político, explícito ou não, pois traz em seu conteúdo e na forma como se concretiza uma visão de homem (sujeito ou objeto), de sociedade (de igualdade ou exclusão), e finalidade (interesse de minorias ou da maioria).

Nas instituições sociais pesquisadas a forma de gestão organizada predominante é a presidência, sendo as outras formas diretoria e coordenação. A presidência aqui referida vem sempre seguida de vice-presidência, dos secretários, dos tesoureiros e ainda em algumas instituições subdivididas por departamentos como diretorias administrativas, técnicas, de patrimônio, financeiras e sociais, bem como estruturação em conselhos administrativos e fiscais (essas subdivisões dão-se como estratégia encontrada pelas atuais gestões para divisão de tarefas e responsabilidades assegurando qualidade nos serviços prestados ao usuário, sua família e comunidade). No quadro abaixo a estrutura de gestão presentes atualmente nas instituições pesquisadas:

Quadro2. Formas de gestão

Instituição/ Gestão	Centro de Formação Tereza Verzeri	Asilo São Vicente de Paula	EMATER/RS - ASCAR	APAE	Pastoral da Criança – Bairro do Passo
Presidente e vice- presidente		X	X	X	
Coordenadora					X
Diretor (a) e vice- diretor (a)	X				

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora por meio da coleta de dados, 2010.

No momento da realização da pesquisa, as gestões em sua maioria estão estabelecidas por um período de três anos, sendo apenas uma instituição com gestão anual. Torna-se importante salientar que uma das instituições mesmo tendo como princípio de escolha do gestor permeada por eleições, de forma popular participativa, onde a comunidade escolhe seus representantes por meio do voto, percebe-se de forma evidente a valorização no final da eleição de critérios “pessoais” como tempo de voluntarismo e de personalidade onde a escolha final é feita pela hierarquia da instituição.

Esta forma de deliberar a nova direção de uma instituição já sinaliza que a própria entidade vai contra os princípios de uma organização social que é favorável a democracia, neste sentido há necessidade que o sistema de gestão seja revisto. Para Faleiros (1985) esta característica seria uma forma de controle do social, onde as classes dominantes não permitem os dominados, encontrar formas de resistência e rebeldia, alienando-os, fazendo-se acreditar no que é melhor para eles, ou seja, apenas reproduz-se as ações que vem sendo praticadas pelas gestões seguidamente, mantendo os postulados que consideram ideia, pois “as classes dominantes necessitam de canais institucionais para dar vazão às demandas das classes dominadas, apaziguá-las e controlá-las” (FALEIROS, 1985, p. 36).

Referente às decisões das demandas encontradas pela instituição, ora burocráticas, financeiras, do cotidiano entre outras a maioria são decididas em reuniões com a presença de todo coro diretorial. Realizam-se de forma estrutura com pautas definidas, com datas previstas e regulares, sendo em sua maioria mensal, porém aponta-se uma instituição que a realizam quinzenalmente reuniões. Em questões breves e urgentes, convocam-se assembleias gerais em todas as instituições. Apenas duas coordenações buscam primeiramente sugestões com os familiares e com a comunidade, porém a decisão final sempre é da direção.

Estas duas últimas coordenações veem caracterizar a forma de gestão participativa. O tema *Gestão Participativa* (também conhecida como gestão para qualidade) surge no cenário da administração como uma das estratégias das empresas, onde envolve seus colaboradores no processo de produção e assim obterem por meio do processo de produção, vantagens competitivas. O indivíduo passa a ter um compromisso maior com essa organização, o que faz com que tenha muitas expectativas com relação ao seu próprio desempenho, envolvendo suas esperanças, suas motivações, seu profissionalismo, entre outros, sendo uma forma de colocar o colaborador “participar” das decisões da empresa, fazer com que se sinta implicado no processo de trabalho e tenha possibilidade de agir sobre esse processo (PREDEBON; SOUSA. Disponível em:< <http://www.unioeste.br/campi/cascavel>> Acessado em: 12 nov. 2010).

A participação do profissional de Serviço Social nas reuniões de diretoria das instituições participantes que possuem o profissional de Serviço Social, acontece em sua maioria apenas quando solicitadas, o que se torna um desafio a este profissional. Atualmente são chamadas para a captação de recursos para a instituição por meio de projetos sociais e, no entanto não participam das decisões burocráticas e da gestão. Destacam-se mediante a Lei de Regulamentação do profissional do Serviço Social no artigo 5º as atribuições privativas:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar a avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidades de Serviço Social; III – Assessoria e Consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social (CFESS, 1993, p. 13).

Estas ações estão regularizadas na Lei de regulamentação do Assistente Social como atribuições privativas deste profissional, porém ainda são campos a serem conquistados visto que nem todos os profissionais conseguem intervir com a liberdade necessária. Já nas reuniões das equipes técnicas o profissional praticamente é o coordenador de tais ações, organizando desde o espaço para realização, até os assuntos em pautas que serão tratados, em sua maioria estas reuniões são coordenadas por este profissional. Os participantes abrangem a equipe

técnica da instituição, onde se efetua um trabalho em conjunto com outros profissionais atuantes na instituição, aproveita-se a oportunidade para avaliação, relato de estudos de caso e pareceres dos usuários e suas famílias.

As instituições pesquisadas são caracterizadas por serem sem fins lucrativos, no entanto, estas possuem patrimônios, despesas materiais e com recursos humanos, sendo assim necessitam angariar fundos para a sua manutenção e continuidade dos serviços prestados à comunidade. Observa-se o quadro abaixo que trará para debate de onde provém os recursos das instituições:

Quadro 3. Recursos

Instituição/ Recursos	Centro de Formação Tereza Verzeri	Asilo São Vicente de Paula	EMATER/RS - ASCAR	APAE	Pastoral da Criança – Bairro do Passo
Governo Federal		X		X	
Governo Estadual		X	X	X	
Governo Municipal	X	X	X	X	
Instituição Mantenedora	X				X
Organizações Sociais nacionais e Internacionais	X			X	
Doações de pessoas jurídicas e físicas	X	X	X	X	X
Formas de trabalho e geração de renda da própria instituição.	X			X	X
Aposentadorias e Benefícios do Usuário		X			

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora por meio da coleta de dados, 2010..

Todas as instituições participantes afirmam receber contribuições de pessoas jurídicas e físicas por meio de doações financeiras, materiais, material permanente – máquinas e equipamentos – e suporte técnico (profissionais). Porém o auxílio principal dos recursos que irão dar a base para a continuidade da prestação de serviços à comunidade são os provindos da esfera pública, tanto federal, estadual como municipal. A esfera pública além de repassar recursos financeiros também provém às instituições quando necessário suporte técnico por meio de convênios,

que possibilitam o trabalho de profissionais de áreas específicas, sendo a principal a da educação.

Outra forma de angariar fundos para a sua manutenção e continuidade dos seus serviços, se dá por meio da venda de materiais confeccionados nos cursos de trabalho e geração de renda ofertados aos usuários, seus familiares e comunidade, entre eles cita-se cursos de artesanatos (mantas de lã, corte e costura, bordados, pintura em tecido, bijouterias e outros), produtos elaborados por meio de reciclagens de lixo seco e produção de alimentos (panificação, bolos e doces da cultura regional).

Duas instituições citam como forma de manutenção, fundos provindos de organizações sociais mantenedoras à qual são filiadas, salienta-se que devem responder perante a estas as suas ações sociais. Ainda foi citado como fonte de recursos a aprovação de projetos sociais em âmbito nacional e internacional que reflete em auxílio financeiro permitindo a execução de obras sociais por meio de editais. Uma instituição pauta que uma das suas principais fontes de recursos para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais origina-se nas aposentadorias e benefícios de seus usuários. Em observação participante verificou-se que não é utilizada toda a renda do usuário, apenas uma parte, o restante é reservada para despesas emergenciais com estes, como por exemplo, internações hospitalares, remédios que não estão disponíveis da rede pública e abono para acompanhante quando necessário, sendo que a instituição não possui funcionários para este fim.

Referente a busca por recursos, as instituições afirmam que é um processo sempre inconcluso, pois sempre há novos projetos sendo elaborados, novas formas de prestação de serviços junto aos usuários, suas famílias e a própria comunidade, enfocando a responsabilidade para com estes e a qualidade das ações institucionais. Paralelamente há sempre um trabalho contínuo de busca de novas parcerias, onde se busca dar visibilidade dos serviços prestados pelas instituições, da qualidade de vida oferecidas aos usuários e seus familiares, além do emprego destinado aos recursos conseguidos, o que desperta confiabilidade nestes, e reflete a seriedade da instituição.

Para Pereira (2003) todas providências destas instituições (Terceiro Setor) requerem pessoal e recursos materiais e financeiros, que são mobilizados e recolhidos de diferentes fontes dentre elas o Estado. Neste sentido destaca-se que “não é raro, pois, nas suas relações com o ‘setor informal’, o ‘setor voluntário’ contar

com a participação ou financiamento dos governos [...] quase sempre gozam de isenções fiscais e de suporte financeiro do Estado” (PEREIRA, 2003, p. 93). Tornam-se instituições com a finalidade de prestação de serviços à população com parcerias do Estado.

Pereira (2003) destaca nesta conjuntura ao controle direto e indireto exercido pelo Estado sobre este setor, traduzido em *credenciamentos, inscrições, registros, inspeções, prestações de contas*, o que induz o seu enquadramento a legislação, ou a sua identificação com uma área “neo-governamental”, limitando não só a autonomia do “setor voluntário”, mas a sua sobrevivência, porque tanto as subvenções quanto as contratações são altamente discricionárias e padecem de descontinuidades provocadas por mudanças econômicas e políticas. Desafiando as instituições no sentido de optar apenas parcerias para execução de algumas ações junto à segmentos em vulnerabilidade social, porém ressaltando o cuidado para não se tornar a única maneira de execução e efetivação das políticas sociais que o Estado tem como dever prover, por meio de projetos e programas governamentais (PEREIRA, 2003).

Todas as instituições realizam projetos sociais e serviços assistenciais, com vistas ao comprometimento institucional na garantia da cidadania. Segundo a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Para Böer (2001), projetos sociais são um conjunto de ações planejadas que ajudam a resolver um problema da comunidade, com a finalidade de provocar mudanças que melhorem as condições de vida. Devendo essas ações planejadas segundo o autor estarem comunicadas com clareza, para que a comunidade em geral e outras organizações possam também colaborar de alguma forma e/ou apoiar financeiramente. Já os serviços assistenciais entendem-se por atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações são voltadas para as necessidades básicas, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993).

Uma das instituições pesquisadas possui como serviço assistencial aos seus usuários provindo de famílias em vulnerabilidade social, um auxílio (bolsa de estudos) repassado pelo governo federal, para tal é feito parecer social pela assistente social e equipe técnica. Foram apontados ainda serviços assistenciais como consultas e tratamentos com especialistas, acompanhamento psicológico, medicação controlada gratuita, doação de vestuário, alimentos, transporte, moradia, cursos de trabalho e geração de renda.

A relação da assistência social como política social efetivada pelas entidades sem fins lucrativos pesquisadas é balizada pela NOB/SUAS – Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social¹¹. A NOB/SUAS busca disponibilizar e operacionalizar a gestão política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e a legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando:

[...] a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as Instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos (NOB/SUAS, 2004, p. 14).

¹¹ O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. O Suas engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso. (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/search?SearchableText=SUAS>. Acessado em 12/11/2010).

Conforme destaca-se acima, as entidades pesquisadas estão legalizadas perante a União, estando nas suas normatizações os princípios organizativos do SUAS, sendo as mais direcionadas: a direção da universalidade do sistema por meio de fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programas, projetos e ações de Assistência Social de provisão partilhada entre os entes federativos; garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem; articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas, em especial as de Seguridade Social; Integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos em rede hierarquizada e territorializada, pela complexidade dos serviços e em parceria com organizações e entidades de Assistência Social; Sistema de gestão de pessoas por meio, entre outros, da contínua capacitação de gestores e dos agentes operadores das ações de Assistência Social; e Articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais sistemas de defesa de direitos humanos entre outros (NOB/SUAS, 2005)

Concretiza-se assim as ações assistenciais do terceiro setor paralelas aos princípios do Sistema Único de Assistência Social, não no sentido de retirar do Estado as suas demandas e os seus deveres, mas somar como instrumento de acesso à cidadania, bem como ir de encontro as formas de negligência e violência contra o ser humano e ainda poder encontrar em conjunto meios de resistência e rebeldia do sujeito frente as vulnerabilidades sociais que vivencia no seu cotidiano.

O quadro de funcionários das instituições pesquisadas é bem diversificado, compreende contratados com carteira assinada, recibos de pagamentos à autônomos, cedidos pelo poder público, voluntários da sociedade civil incluindo profissionais voluntários de variadas áreas e estagiários, bem como as instituições estão abertas às prestações de serviços comunitários como medidas sócio-educativas. O quadro abaixo sistematiza os dados coletados:

Quadro 4 - Quadro de funcionários

Instituição/ Quadro de funcionários	Centro de Formação Tereza Verzeri	Asilo São Vicente de Paula	EMATER/RS - ASCAR	APAE	Pastoral da Criança – Bairro do Passo
Contratados com carteira assinada	X	X	X	X	
Cedidos pelo poder estadual ou municipal	X			X	
Pagamentos a autônomos				X	
Voluntários	X	X			X
Profissionais voluntários	X	X			
Estagiários	X	X		X	
Aberta a Prestação de Serviços Comunitários como medidas sócio- educativas.	X	X		X	

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora por meio de coleta de dados no 2º semestre de 2010.

Em sua maioria as instituições possuem receita necessária por meio da aquisição de recursos já especificadas para a contratação de técnicos e profissionais de áreas específicas (Fisioterapia, Neurologia, Médico Clínico-geral, Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Psicologia, Panificador, Serviço Social, Farmácia entre outros). Há instituições com profissionais cedidos pelo poder público estadual e municipal, principalmente da educação e da educação especial. Destaca-se que o Terceiro Setor é considerado um campo de trabalho a inúmeras profissões, independente do perfil têm campo de atuação, pois este atua diretamente com as comunidades, onde há a possibilidade de crescimento profissional, já que à frente das políticas propostas, está justamente a emancipação social e profissional dos atendidos. Assim os profissionais inseridos neste espaço são de certa forma, atendidos e atendentes, sendo que por meio do trabalho realizado, se vê emancipado e atuante na sociedade (ROBALO, 2010).

Uma característica apontada é o convênio entre as instituições e a entidade que encaminha adolescentes atores de ato infracional que devem cumprir medidas sócio-educativas com prestação de serviços comunitários. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais,

escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (BRASIL, 1990).

Das instituições pesquisadas, três possuem em seu quadro de funcionários, profissionais de Serviço Social, e respectivamente todas cumprem a função de supervisoras de estágio, garantindo oportunidade de campo de estágio para estagiários em Serviço Social provindos de convênio com o Curso de Serviço Social da Unipampa/Campus São Borja e com o Curso de Serviço Social à distância oferecido pela UNIDERP¹² – Universidade que oferece cursos de ensino superior à distância, em São Borja com sede na Escola Adventista. Identificou-se também em uma das instituições, estagiários técnicos em enfermagem, processo que se dá por meio de convênio com a Escola Técnica Sagrado Coração de Jesus neste município.

Conforme Böer (2001), estagiários são regulamentados por uma lei específica (LEI 6494, de 07/12/1977), não se confundem com contrato de trabalho ou contrato autônomo porque o trabalho, embora alguns sejam remunerados é parte do aprendizado do estagiário. Assim, o estagiário tem que ser estudante, regularmente matriculado em instituição de ensino registrada no Ministério da Educação, sendo necessário um convênio entre a entidade e a instituição de ensino, no qual se prevê a supervisão dessa última nos resultados do estágio e obrigatório também pagar um seguro para o estagiário.

Uma instituição das participantes desta pesquisa, possui em seu quadro de funcionários apenas trabalhadores voluntários, que por meio da observação participante revelou-se tratarem-se de pessoas engajadas na luta pela minimização das expressões da questão social de seus usuários, familiares e respectivamente da comunidade onde vivem. Porém há um dado descoberto durante a pesquisa de relevância, há no município hoje mais de 75 voluntários entre profissionais e da sociedade só nas instituições pesquisadas e outra característica em pauta, a maioria ligada à religião. Segundo Böer (2001), na sua maioria, voluntários tem várias atividades, dispõe de tempo parcial, se adapta a atividades pontuais, determinadas, que solucionam uma porção de atividades bem definidas dentro da organização.

¹² Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), Universidade que oportuniza ensino superior à distancia no estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande. Disponível em <http://www.uniderp.br>. Acessado em 20 nov. 2010.

No entanto uma instituição aponta em relação ao voluntariado, uma “questão delicada” delimitada por meio da observação participante. Ressaltou-se que pelo fato da instituição atender público-alvo em sua maioria composto por crianças caracterizadas como PCD - pessoas com deficiência, o vínculo emocional com os voluntários se faz rápido e intenso, o que muitas vezes não acontece reciprocamente. Os voluntários “simplesmente” não assumem compromisso com estes usuários, deixando de exercer as atividades sem nenhuma ressalva, interrompendo um processo de aprendizagem e socialização.

O voluntariado, ou trabalhadores voluntários, em seu sentido mais puro, são pessoas que não recebem remuneração pelo que fazem, ainda que possam ser reembolsadas pelos gastos que efetuam no exercício de suas ações. Não obstante, atualmente, o termo ‘voluntário’ tem sido também empregado para designar pessoal não profissionalizado que recebe uma pequena remuneração pelos seus serviços, comprometendo a continuidade e abrangência do trabalho na entidade (PEREIRA, 2003).

A falta de profissionalização de um trabalhador voluntário prejudica a qualidade da prestação dos serviços de uma entidade social, devido a falta de conhecimentos técnicos e/ou capacitação, toma-se como exemplo um recreacionista em uma creche, sem pedagogia ou curso normal, compromete o trabalho quanto ao desenvolvimento de uma criança. Por mais “boa vontade”, uma das características de um voluntário, indica-se ser designá-lo apenas para assessorar a equipe principal, evitando que a sua presença sirva de substituição. Um desafio que impõe a necessidade de buscar solução para o atendimento dos voluntários por meio de uma capacitação prévia ao engajamento dos voluntários à instituição, por meio de palestras e entrevistas dirigidas, com a finalidade de esclarecer o comprometimento que o voluntário deve ter com o usuário, tratando-o com respeito e seriedade.

Quanto ao público-alvo, ou seja, o sujeito-usuário dos serviços prestados pelas instituições, três possuem como foco assistidos em vulnerabilidade social. O quadro abaixo visualiza o público-alvo de cada instituição.

Quadro 5 - Público-alvo

Instituição	Centro de Formação Tereza Verzeri	Asilo São Vicente de Paula	EMATER/RS - ASCAR	APAE	Pastoral da Criança – Bairro do Passo
Público-alvo	Crianças e adolescentes de famílias em vulnerabilidade social	Idoso em vulnerabilidade social.	Família rural	PCD – Pessoa Com Deficiência	Gestantes e crianças de zero a quatro anos em vulnerabilidade social

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora por meio da coleta de dados.

Dois instituições direcionam suas atividades à criança e o adolescente que segundo o ECA – Estatuto da criança e adolescente (Lei nº 8.069/13/07/1990), criança é todo cidadão de zero a 12 anos de idade incompletos, e adolescente, aquele entre 12 e 18 anos. Possuem como direitos: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. E ainda defendem o artigo 5º (ECA – 8.069/1990), que afirma que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Uma instituição das participantes desta pesquisa se propõe também a ofertar atendimento a gestante, orientação e acompanhamento para que a criança nasça com mais qualidade de vida e a partir daí seja acompanhado o seu desenvolvimento.

Idoso é todo cidadão com idade igual ou superior a sessenta anos, goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurado por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003). Uma das instituições participantes desta pesquisa se propõe a garantia e acesso aos direitos deste usuário, em específico ao que vivencia situações de institucionalização, vulnerabilidade social, bem como negligência familiar e proteção contra violência.

É considerada PCD – pessoa com deficiência, todo ser humano que apresenta alguma deficiência, ou seja, toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o

desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999). A instituição assiste o PCD desde a tenra idade, no momento que é encaminhado por profissional médico, feita avaliação pela psicóloga e assistente social, na maioria dos casos antes do 6º mês de idade e oferece toda a assistência necessária a este usuário, bem como todo aparato necessário a família inclusive com vistas a oferecer qualidade de vida e garantia da cidadania para ambos.

Caracteriza trabalhador rural, todo e qualquer cidadão que exerce atividade e habita no meio rural, independente das seguintes formas: empregado, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial, paralelamente caracteriza-se a família rural cônjuges e dependentes (BRASIL, 2007). A instituição se propõe a oferecer assistência técnica e social, ao produtor e sua família, garantindo sua qualidade de vida, o direito de gozar e acessar os seus direitos, e ainda descobrir em conjunto formas de geração de trabalho e renda na perspectiva da sustentabilidade.

Por fim, observou-se por meio da observação participante e da pesquisa documental que as instituições sociais do município com base nos dados desta pesquisa, possuem especificadas em suas finalidades, comprometimento com a prestação dos seus serviços aos usuários, sempre em vistas a qualidade, eficácia e efetividade, dando continuidade e melhorando-as, expandindo as suas ações sociais aos familiares e a comunidade. Caracterizando o que Montaño (2008) contextualiza como terceiro setor, enfatiza-se que pode ser um fenômeno real inserido no capital e produto da reestruturação deste, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais, compreendendo um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade de voluntária e local, da autoajuda e da ajuda-mútua. A função social da resposta às refrações da “questão social” deixa de ser no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado e por meio deste do conjunto da sociedade e passa a ser agora de autorresponsabilidade dos próprios sujeitos.

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa a ser agora, sob égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não direito do portador de necessidades, “o cidadão pobre” (MONTAÑO, 2008, p.22).

A desresponsabilização das respostas às sequelas da questão social seria (supostamente) compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos), e filantrópico-voluntários (do chamado Terceiro Setor), estando o primeiro focado para as áreas da previdência, saúde e assistência e o segundo fundamentalmente à assistência social para a classe que não possui acesso ao primeiro a produtos ofertados pelo mercado (MONTAÑO, 2008). Considera-se que no município pesquisado – refletindo o contexto brasileiro – a sociedade também busca a prática do trabalho voluntário nas organizações sem fins lucrativos, ou seja, o Terceiro Setor são-borjense também conta com o trabalho voluntário, e se auto-sustenta como instrumento de garantia e acesso aos direitos, não no intuito de desresponsabilizar o Estado que possui como dever viabilizá-los por meio das políticas sociais, mas no sentido de ser mediador deste processo e ter voz de representar e de se comunicar com este.

4.1.2 Participação no Conselho Municipal de Assistência Social

Instituições sociais são entidades e/ou organizações sem a finalidade lucrativa que media o acesso da população e segmentos sociais específicos que dependendo do seu foco de atuação, ou seja, a expressão da questão social que se objetiva minimizar além de fortalecer o usuário frente sua realidade, que embora se apresentem como organismos independentes estão inseridos nas ideologias das relações entre Estado, sociedade e mercado. Para Faleiros o Terceiro Setor faz parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade(1985) e ainda afirma:

Mesmo quando privadas, as instituições são reconhecidas pelo poder público, ou recusadas por ele. Elas se organizam como aparelhos das classes dominantes para desenvolver e consolidar o consenso social necessário à sua hegemonia e direção sobre os processos sociais. As classes dominantes necessitam do consentimento das classes dominadas para exercer sua hegemonia (FALEIROS, 1985, p. 32).

Assim concretiza-se o controle social pela hegemonia de ideias entre Estado e instituições sociais, no sentido que a classe dominante pressupõe a organização, determinando os serviços prestados, as ideologias que serão repassadas à população e até mesmo o funcionamento destas, quando não o financiamento. As instituições não são um simples fenômeno superestrutural, mas organizações transversais a toda a sociedade e aparecem como mecanismos reguladores das crises do desenvolvimento capitalista em todos os níveis, assim “mesmo distantes de um empresa, elas podem ‘compensar’ desequilíbrios do processo produtivo” (FALEIROS, 1985, p.32).

As instituições segundo Faleiros (1985) adotam uma “face humanista”, condição que favorece sua aceitação pela classe dominada, também esconde o uso da violência, pela busca do consentimento, da aceitação, numa série de mediações organizadas para convencer, moldar, educar a compreensão e a vontade das classes dominadas. Processo que caracteriza a coerção no controle social, sendo que o usuário apenas recebe o benefício ou o serviço assistencial aceitando as condições necessárias, instituída pela instituição, homologadas muitas vezes pelo Estado. A instituição passa a ser uma “patrulha ideológica” da vida pessoal e social dos sujeitos. Este controle se realiza por meio de entrevistas, visitas, fichários, documentos, interrogatórios. “tudo é vasculhado, despossuindo indivíduos e grupos de si mesmos, colocando-os à mercê de quem controla a informação sobre eles e influencia preponderantemente suas decisões” (FALEIROS, 1985, p. 33).

A partir da Constituição de 1988, com a incorporação do Estado Democrático, o Controle social passa a ter uma nova face. Mais popularmente assim denominado, esta ação no final da década de 1980, pressupõe igualmente, que haja descentralização do Estado em direção à sociedade, ou seja, a participação da população na gestão pública e a possibilidade do cidadão em controlar instituições e organizações governamentais com vistas a acompanhar e participar das decisões tomadas em seu nome (Disponível em <http://www.advogado.adv.br>. Acessado em 14/11/2010).

Uma das diretrizes da organização da Assistência Social é a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e no controle dos serviços socioassistenciais em todos os níveis do governo. A participação popular configurada como controle social possui como objetivo acompanhar, contribuir e fiscalizar a ação do agente público, visando à maior efetividade dos

direitos fundamentais (NOB/SUAS, 2006). Os espaços privilegiados onde se efetivará a participação, são os Conselhos e as Conferências, mas não são os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Borja, doravante denominado de CMAS, instituído pela Lei Municipal nº 3445 de 03 de maio de 2005 e apoiado na Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/93, é um órgão normativo, deliberativo, controlador, fiscalizador e colegiado, de caráter permanente e de acordo com o sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social. Tem por finalidade estabelecer diretrizes e definir a política municipal de assistência social nas áreas de prevenção, promoção, amparo, habilitação e reabilitação da criança, do adolescente, do adulto, do idoso, do portador de deficiência e do superdotado (CMAS, 2005). O CMAS de São Borja é composto por 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, paritariamente, entre governo e sociedade civil (CMAS, 2005).

São representantes governamentais: 06 (seis) representantes indicados, sendo um de cada Secretaria Municipal, que desenvolvem programas e atividades nas áreas de: Direitos humanos, Cidadania e Assistência Social; Saúde e Bem Estar Social; Educação; Qualidade Ambiental; Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Finanças. São representantes da Sociedade Civil: 04 (quatro) representantes de entidades prestadoras de serviços na área de Assistência Social, com atuação municipal, junto aos segmentos: crianças e adolescentes, e famílias; idosos e pessoas portadoras de deficiência; 01 (um) representante de entidades de organização e/ou representações de usuários com atuação municipal (Associações, Sindicatos e Cooperativas de Trabalhadores) e 01 (um) representante das categorias de profissionais que atuam na área de Assistência Social (Psicologia) (CMAS, 2005).

Todas as instituições sociais participantes da pesquisa possuem assento no conselho. Estando aptas a participação da Assembleia Geral que tem por atribuições:

Propor chapas para composição da Diretoria Executiva; Eleger a Diretoria Executiva; Baixar normas de sua competência, necessárias para a regulamentação e implantação da Política Municipal de Assistência Social; Convocar Fóruns e Conferências; Sistematizar as prioridades levantadas nos Fóruns e Conferências; Deliberar, normatizar e controlar as ações em

todos os níveis; Realizar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social; Acompanhar a execução orçamentária e a sistemática de aprovação, análise e auditoria da prestação de contas; Apreciar projetos para fins de acordos, contratos, convênios referentes às ações de Assistência Social do Município, com emissão de parecer; Estabelecer critérios ou meios de exercer a fiscalização dos programas, projetos e ações de Assistência Social no Município; Autorizar a implantação de programas, projetos e/ou ações de caráter compensatório; Estudar e aprovar pedidos de inscrição de ONG's que prestam atendimento de Assistência Social; Suprir a vacância dos cargos da Diretoria, com os Conselheiros presentes em Plenária, mediante eleição; Excluir membros e/ou instituições quando incorrerem em ações ou omissões reguladas pelo artigo 50. (das penalidades) e Criar Comissões de Trabalho e Câmara de Apoio em número necessário conforme a demanda (CMAS, 2005, p 02).

Além de participar e ter quórum nas assembleias gerais do Conselho, as instituições ainda recebem verbas para realização de projetos sociais. Afirmando haver comunicação boa entre conselho e instituição, de maneira eficaz e satisfatória, onde sempre que necessitam, são atendidas pela atual gestão do Conselho. Já o Conselho declara que é com dificuldade que se consegue quórum para as reuniões, que faltam comprometimento e responsabilidade dos participantes. Ainda torna-se relevância salientar que no município existem outras organizações e instituições sociais sem fins lucrativos, bem estruturadas, com propósitos sociais sérios e com visibilidade dos seus serviços na comunidade, bem como uma boa aceitação perante esta, que ofertam serviços assistenciais, realizam projetos sociais com vistas a minimização das expressões da questão social do município, porém não possuem assento no Conselho Municipal.

Esta falta de participação implica desconhecimento e opinião quanto as deliberações da Assistência Social municipal. O fato das instituições não estarem inscritas no conselho reduz sua possibilidade de recebimento de recursos, pois a visibilidade legal dos projetos que vem realizando fica prejudicada. A baixa divulgação quanto às finalidades e público-alvo da instituição pode vir a prejudicar a qualidade dos seus serviços prestados e dificultar a captação de recursos perante os governos da União e de programas privados bem como restringe a participação dos usuários. Como proposição visualiza-se a possibilidade de um projeto por parte do CMAS frente a estas instituições, com vistas a apresentar o Conselho, suas funções e estrutura, refletindo junto com a instituição os benefícios de participar e os entraves que pode vir a acarretar à instituição pela não participação.

Salienta-se que conforme NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005), os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004 (Plano Nacional de Assistência Social), na forma do SUAS. Os Conselhos possuem caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculados ao Poder executivo e a sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, que lhes dá apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Referente as atribuições dos Conselhos Municipais, elas estão definidas na LOAS e complementadas por legislação específica. Mas o foco da discussão neste item diz respeito no cumprimento da seguinte normativa: “I) Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de âmbito municipal” (NOB/SUAS, 2005, p. 51). Neste sentido propõe-se que os CMAS sejam muito mais que meio de acesso a regularização das organizações do Terceiro Setor e/ou fiscalizador, mas sim zelar pela efetivação do SUAS.

Acompanhar o Terceiro Setor independentemente de possuir assento no CMAS ou não, na efetivação dos seus projetos e na prestação dos serviços assistenciais junto ao seu público-alvo verificando o alcance destas ações junto a minimização das expressões da questão social torna-se fundamental. Neste caso o Conselho estaria efetivando o disposto no item: “j) acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social” (NOB/SUAS, 2005, p. 51). Para Raichelis (2008), um grande desafio dos Conselhos na atualidade é vencer o fenômeno que ela denomina de *cartorialidade*, uma vez que está sob sua responsabilidade a tramitação dos processos de registro e concessão de certificado de filantropia às entidades que buscam subvenções, isenções de taxas e impostos que a legislação lhes faculta.

Neste sentido as ações dos Conselhos devem estar pautadas além da *cartorialidade* e direcionar-se na busca pela comunicação com entidades pouco habituadas a espaços coletivos e democráticos de decisão; visualizar mecanismos que possibilitariam de forma mais direta, o atendimento à demandas específicas; equacionamento de pendências com órgãos governamentais; efetivando autonomia; construindo propostas que definam novos mecanismos mais transparentes e

controlados socialmente, de acesso ao fundo público, articulando parcerias com associações e sindicatos (RAICHELIS, 2008).

Por fim, busca-se legitimar a Assistência Social como Política Social em âmbito nacional, neste sentido o Estado cumpriria com seu papel de minimizar as expressões da questão social da população, com fins à efetivação de um bem estar social, onde todos tenham o mesmo direito de acesso à vida digna e justa. Neste ínterim viria o Conselho ser mais que fiscalizador, mas um mediador das relações sociais da atual sociedade contemporânea, mas mediadora por meio de diálogos e reflexões a favor da cidadania.

4.1.3 Desafios e impactos dos serviços prestados no município

Desde as suas fundações, as cinco instituições sempre tiveram como comprometimento o acesso aos direitos dos seus usuários, principalmente daqueles em vulnerabilidade social. No entanto as instituições passam a observar que apenas ações caritativas não bastavam, era necessário encontrar novas formas de luta e resistência, pois o índice de desemprego, baixa renda e precarização da qualidade de vida aumentou no município nas últimas décadas¹³. As instituições participantes se veem desafiadas a abolir ações e serviços assistenciais apenas de forma caritativa e benevolente, para se posicionarem como mediadoras e executoras de políticas sociais, viabilizando o acesso e a garantia dos direitos aos seus usuários, cientes que tal compromisso e responsabilidade é do Estado e devem sempre dialogar com esse poder para a efetivação dessas políticas.

A forma encontrada pelas instituições para minimizar as vulnerabilidades sociais dos seus usuários, foram por meio de ações: a) acompanhamento social que se dá com a visita domiciliar, entrevistas, plantão social, encaminhamento e orientação social; estudo de caso e parecer social; b) grupos de apoio; c) geração de trabalho e renda na perspectiva da sustentabilidade. Estas ações contribuem no sentido de fortalecer e dar autonomia ao sujeito.

¹³ Ver dados da Pesquisa Mapa Social de São Borja na página 66.

Sobre geração de trabalho e renda na perspectiva da sustentabilidade, diz-se dos cursos ofertados aos sujeitos, às famílias e a comunidade que irão além de capacitar e ofertar a volta ao mercado de trabalho, que além de oferecer novos aprendizados, irão contribuir na renda familiar. Já os cursos oferecidos na perspectiva sustentabilidade, visam a utilização dos recursos naturais que não prejudicarão a natureza, não ofertando limites a outras gerações. Quanto a participação da comunidade nas instituições, as instituições tiveram três ressalvas, ao se tratar de angariar fundos para a compra de recursos materiais, execução de algum evento, máquinas ou equipamentos, transporte dos usuários para passeio, a comunidade corresponde ao “chamado” das instituições. Nas deliberações das instituições apenas uma instituição faz o momento de escuta a comunidade, que diz ser satisfatória a participação.

Importante dizer que ao desejar-se uma sociedade democrática é necessário sim dar “voz” à população, convidar o usuário, a sua família e a comunidade em geral para participar das deliberações da instituição e visualizar assim sua organização, funcionamento, a prestação de serviços, a busca de recursos e a elaboração de projetos. Assim caracteriza-se e faz-se necessário em uma instituição que visa o bem estar coletivo a participação de todos desde o planejamento de seus objetivos e metas às atividades do cotidiano.

Destaca-se nesse processo o que relata Gandin (1994) como sendo *planejamento participativo*. Esta parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que isso se deve à falta de participação de todos em níveis e aspectos da atividade humana. Nesse sentido a construção de uma nova sociedade, superando essa disseminação de “crises” em todos os setores, é “a instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder” (GANDIN, 1994, p. 28). Porém esta participação não significa apenas contribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas representa a construção conjunta, que sinaliza a participação no poder, no domínio de recursos, nas questões de qualidade, na missão, abrindo espaço para a questão política (GANDIN, 1994). Sinaliza-se ainda que:

O estabelecimento das demandas ou definição das necessidades da população, a partir das quais o campo de proposições irá se erigir, requer que seja construído com a interlocução valiosa e imprescindível dos

protagonistas deste processo – os usuários – mesmos da política social em questão. Devem, assim, partir deles a eleição das prioridades, os critérios de atendimento, a dinâmica do serviço, até a gestão e a administração dos programas, de forma a que se imprima uma direção social e política de novo tipo e qualidade no espaço concreto da apropriação da cidadania (PAIVA, 2003, p. 85).

Se o objetivo é a construção de uma sociedade democrática, nada mais justo que trazer o usuário (público-alvo) da instituição para fomentar deliberações que vão contribuir no seu modo de vida, que irá refletir na comunidade, em direção à sociedade. Paiva (2003) ainda afirma que o sucesso de um trabalho neste campo está diretamente vinculado à capacidade da equipe técnica de fomentar e se submeter às propostas democraticamente formuladas pelos usuários, sabendo defendê-los e até mesmo subsidiá-las de conteúdos e justificativas políticas e técnicas, e se for necessário, também burocráticas. Ressalta-se que:

A definição de prioridades e a tomada de decisões sofrem um alargamento considerável neste novo cenário das políticas sociais. Impõe uma inovadora mesa de negociações e o estabelecimento de consensos, em torno dos quais as tensões decorrentes da socialização do poder (que pode ser insuportável para os setores que não admitem dividi-los) encontram termo com a substituição dos autoritarismos pela custosa, porém necessária prática do diálogo transparente e respeitoso, muitas vezes entrecortado de contatos conflituosos e disputas acirradas (PAIVA, 2003, p. 88).

Nessa configuração a instituição passa a adotar uma forma de gestão, denominada *pública*, ainda não alcançadas por todas as instituições que fazem parte do terceiro setor, inclusive as participantes deste estudo. Paiva (2003) considera este tipo de gestão benéfica para o terceiro setor no sentido que possui os seguintes atributos: caráter público (no sentido universal, que contenha os interesses de todos, transparente nas decisões, no oferecimento das informações, na alocação de recursos, que possibilite controle social sob formas efetivas por parte de todos os segmentos da sociedade); caráter democrático (abertura de meios e instrumentos para que haja acesso às informações, fortalecimento das organizações e representação popular, participação adequada nas decisões e no poder em todas as instâncias e níveis); caráter ético (estimulo de “laços fortes” entre administração e

seu público, que estimule os valores democráticos, que assegure responsabilidades, que estabeleça regras para o comprometimento individual, que oriente a gestão pela relevância social e pelos critérios de equidade); caráter eficiência (assegura a realização e a valorização dos concursos, que garanta a competência com avaliações periódicas, que estimule um novo relacionamento entre políticos e técnicos) e o compromisso com o desenvolvimento econômico, político e cultural.

Nas instituições pesquisadas as deliberações burocráticas são definidas pelas diretorias, a participação popular dos usuários em sua maioria acontece nas ações cotidianas da entidade, havendo uma aproximação destes, onde se torna possível maior visualização das necessidades desta classe, que oportuniza reflexão do que é melhor para ambos e encontrar formas em conjunto para alcançar metas tanto do sujeito, como da instituição. Estas promovem projetos sociais e cursos de geração de trabalho e renda, porém ao se tratar da assiduidade nos projetos e cursos, a maioria indica “um certo” desinteresse por parte dos familiares e da comunidade, tal acontecimento se dá ora pelos familiares terem empregos (formais e informais), ora por terem compromissos domésticos e ainda apontam falta de interesse no curso ofertado por se tratarem em sua maioria de cursos de artesanato, o que acarretaria no usuário possuir capital para iniciar produção pessoal e serem produtos característicos de produtos de baixa saída no mercado.

Neste sentido uma possibilidade de ampliação da participação da comunidade nos cursos ofertados, seria a instituição possibilitar uma enquete por meio de formulários, votação popular quanto metas e prioridades, referindo-se a que curso seria de interesse para a população usuária, ou proporcionar uma pesquisa de campo, observando o mercado de trabalho local, qual a carência de mão de obra nas empresas e oportunizar este espaço para a capacitação e profissionalização, assim o sujeito passa a visualizar possibilidades de interação e socialização com a sociedade. Esse processo de inclusão do sujeito, não é no sentido de adequá-lo à sociedade contemporânea, mas no sentido de ofertá-lo autonomia e fortalecimento. Esse fortalecimento conforme Faleiros (1996) implica não apenas ao conhecimento e a observação da realidade e das desigualdades, mas dar liberdade de questionamento e de decisão do que está em sua volta, o porquê da distribuição desigual da renda e do poder e poder articular as mediações das redes de solidariedade e dos movimentos sociais.

A autonomia significa, ao mesmo tempo, a capacidade de re-produzir-se na complexidade da historicidade e da cotidianidade das mediações de poder e das energias e recursos próprios e de re-presentar-se criticamente, combinando o reforço do eu com a aprendizagem da dúvida, na recusa da alienação, da tutela, do controle. Essa perspectiva se refere, tanto aos coletivos, como aos indivíduos (FALEIROS, 1996, p. 28).

A autonomia e o fortalecimento do sujeito consistem na conscientização da expressão da questão social vivenciada por este e a partir daí por meio de reflexão e debates encontrar formas de resistência e rebeldia, construindo estratégias para a mudança. Conforme conclui Faleiros (1996) o desenvolvimento da autonomia do sujeito implica a apropriação, pela consciência, da necessidade de que está inscrita na história e pelo descobrimento e uso da própria força no contexto em que as necessidades e as possibilidades se inscrevem. O desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção de decisões sobre seu próprio destino. O fortalecimento da autonomia implica o poder viver no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências (FALEIROS, 1996).

Referente ao trabalho em rede pode-se dizer que “o ser humano é um ser social por natureza, e assim se constitui a partir do conjunto de relações que estabelece, desde o nascimento [...] a própria consciência de si e do mundo é resultado do estabelecimento de relações” (KERN, 2006, p.62). As instituições foram positivas quanto ao trabalho em rede, no momento que os seus usuários acessam outros serviços assistenciais em outras instituições, programas ou projetos, realizando assim um acompanhamento deste e de sua família. Porém a característica predominante sobre essa ação, é aquela que diz respeito a encaminhamentos para outras instituições, serviços e programas das comunidades, por exemplo para os ESFs – Estratégias da Saúde da Família; Hospital; CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Conselho Tutelar, Associação de Defesa aos Direitos da Mulher e do Consumidor de São Borja (Associação que efetiva a Lei Maria da Penha – Lei nº11.340/2006); Escolas municipais e estaduais, entre outras.

Uma instituição, porém, efetiva um trabalho em rede diferenciado, considerando que seus técnicos, efetivos do seu quadro de funcionários, elaboram

oficinas não apenas com o público-alvo da instituição, mas também em outras instituições e organizações alcançando outros públicos compostos por familiares e a comunidade em geral. Seria importantíssimo que outras instituições também possibilitassem a realização de oficinas em outras instituições. Assim dando visibilidade aos seus serviços bem como capacitando outros atores sociais, pressupondo um trabalho em rede com qualidade, no momento que se realiza ações planejadas e articuladas entre instituições e organizações.

4.2 O Serviço Social no Terceiro Setor no município de São Borja

Neste espaço de discussão trase-se a práxis e a instrumentalidade adotada pelo Serviço Social no Terceiro Setor do município. Apontando e debatendo referente às possibilidades de ações a serem desenvolvidas por este profissional nesse espaço de trabalho, além de nortear os desafios e entraves desvelados durante a pesquisa para que haja efetivação de um exercício com mais qualidade e comprometimento na garantia da cidadania.

4.2.1. A instrumentalidade, desafios e possibilidades do Serviço Social no Terceiro Setor

Neste subitem o debate terá como norte o trabalho das profissionais de Serviço Social inseridas nas instituições aqui referidas, visualizando a práxis destes profissionais, as atividades diárias institucionais e as realizadas junto ao público-alvo institucional. A partir desses pressupostos reflete-se sobre os desafios e possibilidades de intervenção profissional.

A efetivação dos três eixos de competência do profissional do Serviço Social – o teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo – a necessidade que a instrumentalidade dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e se reporta pela dinâmica da realidade, tanto vincule a profissão a outros ramos de atividade quanto atribuía à profissão um status peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado

socialmente. Porém, pela sua natureza contraditória, a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera. Esta dimensão expressa uma racionalidade, produzida pelas regularidades presentes, tanto nas ações quanto nas representações dos assistentes sociais. Refere-se que:

[...] determinações sócio-históricas externas à sua constituição, engendradas pela dinâmica do processo histórico que, em última instância, independem da opção teórico-ideológica do assistente social, mas somente em última instância, já que as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais compõem o projeto profissional. Este coloca-se, inicialmente, a partir de necessidades a serem satisfeitas para as quais os agentes estabelecem finalidades, definem os meios mais adequados, determinam o modo de operar. A energia dos agentes potencializada no instrumental permite a operacionalização do projeto. Deste modo, os agentes profissionais, enquanto desenvolvem uma atividade, não são apenas técnicos como também críticos, já que o domínio do instrumental requisita-lhe um conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las, e estas não se encerram na razão de ser do Serviço Social (GUERRA, 1995, p. 169).

O Serviço Social é um trabalho, num processo, no momento em que acompanha os momentos sócio-históricos e as relações sociais de uma sociedade, atualizando suas formas de intervenção, qualificando e atualizando os seus instrumentais em cada novo contexto social. Do universo de cinco instituições participantes desta pesquisa, três possuem assistentes sociais no seu quadro de funcionários, por meio de contratos. Entre as principais atividades deste profissional estão: entrevistas, visitas domiciliares, análise socioeconômico, atendimento individual, regularização de documentos dos usuários, encaminhamentos de BPC – benefícios prestação continuada e/ou aposentadorias, preenchimento de formulários, elaboração e realização de projetos sociais, captação de recursos, supervisão de estágios, estudos de casos, grupos de apoio, trabalho em rede, encaminhamentos, palestras, atendimento e orientação social.

Uma instituição apontou como nova práxis até mesmo desafiadora no Terceiro Setor para o assistente social, ações relacionadas à gestão social e planejamento, bem como coordenações de reuniões de equipe técnica. Uma profissional relacionando seu espaço de trabalho com a política nacional de saúde,

percebe-se com competências para intervir junto aos fenômenos socioculturais e econômicos em nível de promoção, proteção e ou recuperação, sendo que a prática do profissional torna-se necessária para a atenção à saúde dos idosos institucionalizados.

Frente às ações relacionadas à práxis¹⁴ profissional do Serviço Social no Terceiro Setor do município, entende-se como grande desafio a atuação do Assistente Social junto a gestão destas instituições (sem fins lucrativos). Segundo Komeyama (2000) é fundamental um profissional qualificado e atualizado, ou seja capacitado para após o diagnóstico das demandas (processo sempre em contínua transformação) da instituição, esteja apto para a implantação e/ou implementação de projetos sociais garantindo a cidadania dos usuários. Ressalta-se que o trabalho do Assistente Social constitui processo contínuo de mudanças, no momento que tem como perfil uma profissão que acompanha as transformações na sociedade, que por sua vez também está em constante modificação.

Assim os novos desafios do Serviço Social no Terceiro Setor são as expressões da questão social que chegam ao século XXI com uma nova “roupagem”. Para Lamamoto (2001) a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. Ressalta-se que a:

[...] questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as

¹⁴ A práxis se efetiva no terreno das relações e situações sociais, isto é não pode prescindir da atividade dos homens. Ligada ao profissional do Serviço Social, inseridos nas contradições e tensões do cotidiano, mas vinculados e içados pelo projeto ético-político profissional – uma vez assimilados com consciência as suas exigências – a riqueza e desafios das situações radicalmente humanas posta pelo exercício profissional instam aqueles a se orientar e conduzir sua vida pela eticidade, posicionando-se diante das alternativas e a realizar escolhas, postas na esfera do cotidiano. A práxis decorre de uma construção coletiva expressa na direção social do projeto ético-político do Serviço Social e que ganha tessitura e substância por meio da adesão consciente e crítica aos princípios e valores presentes no Código de Ética dos Assistentes Sociais; e também por meio do somatório práticas e projetos profissionais individuais e coletivos desenvolvidos (BRITTES; SALES, 2007).

desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Além das formas de desigualdades sociais, os movimentos de rebeldia e resistência dos sujeitos pela reivindicação de efetivação dos seus direitos também constitui enfrentamento a questão social. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos envolvidos (IAMAMOTO, 2001). Para Yazbek (2001) os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre os sujeitos, principalmente aqueles em vulnerabilidade social, amplificando as expressões da questão social, como por exemplo: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade.

Afirmam ainda Netto; Iamamoto; Yazbek (2001), que a questão social expressa às velhas mazelas do sistema capitalista, porém o que ocorre é que se apresentam atualmente revestidas, ou seja, na contemporaneidade estão com *novas roupagens*, “agudizando-se e complexificando-se, em função do desenvolvimento das forças produtivas e da intensificação da exploração, próprios do sistema de acumulação capitalista” (BEZERRA; ARAÚJO, 2009, p.1). Frente a esta complexidade das novas roupagens das expressões da questão social, instiga-se ao profissional do Serviço Social o desafio de desenvolver suas potencialidades (NETTO, 2001) no sentido de uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático, requerendo ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, extrapolando os espaços oficiais (inclusive dos Conselhos) e reassumir o trabalho de base, da educação, mobilização e organização popular.

Admitindo o seu compromisso como profissional do Serviço Social, entre os deveres deste com o usuário, cita-se as relacionadas com a última discussão: contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários; democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional; contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados e esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional (CFESS, 1993).

Todos os profissionais do Serviço Social presentes nas instituições sociais participantes demonstraram ser profissionais comprometidas com os seus usuários, respeitando o que está estabelecido no código, mas “mais que isso”, no sentido de ver o sujeito como ator de mudanças, cidadão de direitos, optando por ser o mediador para pleno acesso a estes, garantia e efetivação. Esta ação do profissional tem por finalidade a “mediação” que consiste para Faleiros (1985), na análise complexa de situações concretas, não uma simples interpretação abstrata e isolada. Com isto a ação transformadora é um processo permanente de mediações, de estabelecimento de estratégias e práticas de lutas para avançar e de capacidade de recuar, e não um processo linear de avanços sem recuo (FALEIROS, 1985).

Segundo Martinelli (1993) mediações são categorias instrumentais, por meio das quais se operacionaliza a ação profissional, ganhando concretude, pois são instâncias de passagem, vias de penetração no real, expressas por instrumentos, recursos, técnicas e estratégias. Como categoria reflexiva e ontológica do Método Dialético, se consolida em operações intelectuais e valorativas, apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilitando intervenção da consciência (MARTINELLI, 1993). Somando aos autores citados, Iamamoto (1996) relata que as mediações do Serviço Social são os pressupostos da ação profissional, tanto em nível individualizado, como no coletivo, ou seja, estão implicadas nas questões que se apresentam como “problemas” individuais ou coletivos que tensionam e preocupam ambos. O trabalho sobre as mediações nas suas interconexões torna-se um processo fundamental para superar a representação fenomênica parcial, colocando de forma crítica, articulando-a a uma ação estratégica. Destaca-se que:

Esse trabalho implica tanto a compreensão das questões em jogo, na perspectiva dos sujeitos envolvidos, como sua explicação pelo contexto geral que se inscrevem, buscando-se entender as mediações particulares e gerais em que se desenvolvem. É nesse processo que os profissionais precisam elaborar instrumentos dinâmicos de documentação para captar as relações em jogo com o uso de observações, diários, programas de informática, grafos, genogramas, sociogramas, destacando-se a percepção dos usuários em contraposição àquelas das instituições e dos próprios técnicos (IAMAMOTO, 1996, p. 25).

A mediação vem ao encontro das profissionais inseridas no terceiro setor, no sentido de oportunizar reflexão aos usuários sobre a expressão da questão social por ele vivenciada, mas não a reflexão moralista ou culpabilizante, mas a consciência do contexto atual frente o sistema econômico vigente e as consequências e as desigualdades que se proliferaram, para a partir dessa busca, fortalecer e incentivá-lo a encontrar formas de transformar a sua realidade, conseqüentemente refletindo no seu modo de vida, no da sua família e na comunidade em geral. As assistentes sociais inseridas nas instituições sociais selecionadas visualizam como possibilidades de atuação do Serviço Social no terceiro setor do município: ampliação de atendimento por meio de políticas públicas; oportunidade de executar projetos do governo do estado e do município, desenvolver a economia solidária no município, além da possibilidade de concretizar-se profissional que luta pela defesa de direitos e garantia da cidadania .

Os direitos e a defesa de efetivação destes são metas essenciais para a própria existência do Terceiro Setor, pois sem eles não se sustenta a autonomia das organizações não-governamentais: “a linguagem dos direitos é parte do acervo de valores que fazem o Terceiro Setor concebível, possível e desejável” (FERNANDES, 1994,p.141). Cidadania se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente, mediante leis, normas, costumes, convenções, que fazem com que os indivíduos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade, podendo exigir dela os seus direitos, ao mesmo tempo em que ela lhe exige determinados deveres comuns, sendo deveres do Estado, direitos do cidadão (IAMAMOTO, 1996).

Referente a Economia Solidária, esta ação nasceu pouco depois da Revolução Industrial, como reação ao espantoso empobrecimento e miséria das

classes subalternas provocada pela difusão das máquinas e da organização e efetivação das fábricas de produção (SINGER, 2002). É um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (Gadotti, 2003)

Neste formato uma das entrevistadas, propõe ações como feiras solidárias como incentivo a geração de trabalho e renda na perspectiva da sustentabilidade, viabilizando a produção com recursos e cultura local. Bem como a proposição de transformar a economia solidária em política social, onde o governo teria atuação primeira na viabilização do empreendimento a toda população, trazendo desenvolvimento econômico e oportunizando fortalecimento do sujeito oportunizando seu crescimento como trabalhador e produtor autônomo. Porém vale salientar que este tópico deve ser mais refletido e discutido referente a sua execução, pois os princípios da economia solidária não estão abertos a todas formas de mobilização, evitando-se nesse sentido a padronização de ações, ressaltando o respeito a liberdade de opinião e escolha para quem não optasse por essa atividade.

Por meio da observação participante, referente aos principais desafios encontrados pelas profissionais do Serviço Social inseridas nas instituições pesquisadas e que possuem assistentes sociais, os pontos foram diferentes. Relatou-se como desafio criar e possibilitar no município um *Fórum dos Conselhos*, um espaço para debates, reflexões e decisões entre todos os Conselhos municipais, aberto também as entidades e representantes da sociedade civil inscritos nestes, bem como a todos interessados pela temática.

Conforme Raichelis (2008) é imprescindível a abertura dos Conselhos (em especial os ligados à Assistência Social) à uma intervenção política ativada pela mobilização de forças sociais e políticas da sociedade civil, construindo novas alianças e ampliando as bases de apoio que possam respaldar os avanços a serem conquistados. Tomando o Fórum dos Conselhos como exemplo, a autora se refere que essa participação envolve a criação de novos mecanismos de articulação social com os grupos interessados na definição de uma política de direitos e também um investimento na formação de uma opinião pública crítica, capaz de gerar certos

consensos em termos das pautas sociais prioritárias para o enfrentamento da pobreza em nosso país.

Ativar um trabalho em rede, entre o terceiro setor e os demais setores do município também é um desafio para as profissionais, ou seja, instituições públicas e privadas que têm a visão de construir um a sociedade mais cidadã, justa e igualitária, onde nenhum sujeito tenha mais negligenciado os seus direitos, sendo que esta aponta que as instituições contam hoje com *parcerias*, ou seja, quando a instituição precisa de um recurso financeiro para a efetivação de um projeto ou acessar um recurso material ou serviço assistencial para os usuários, busca-se auxílio nas empresas e na sociedade civil e se consegue, e muitas vezes são serviços assistenciais que poderiam ser acessados em outras instituições ou no poder público.

Promover uma campanha de “trabalho em rede”, ativando o poder público em primeira instância, onde haja uma conscientização entre instituições governamentais, Terceiro Setor em geral e empresas privadas, para um comprometimento da garantia de igualdade e justiça a todos e principalmente aos excluídos da sociedade, que mais veem seus direitos violados. Ofertando prestação de serviços com qualidade. Ainda pontua-se a partir das falas como desafios após observações e análises no seu cotidiano profissional a necessidade de ampliação de trabalhos a família do seu usuário, aproximando o profissional por meio de projetos sociais voltadas a este grupo e encontrar formas de fortalecimento destes sujeitos para enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas. A observação participante revelou desejos ainda não realizados pela falta de recursos. Enfatiza-se que os recursos que as instituições utilizam praticamente é para a manutenção dos serviços já prestados pela instituição. Há dificuldade para captação de recursos junto a patrocinadores de projetos, sendo assim as instituições sobrevivem apenas com as verbas públicas, porém o que vem destas origens dá apenas para a continuidade dos serviços prestados, não há recursos para estabelecimento ou ampliação de metas, como projetos de trabalho geração e renda ou projetos voltados a saúde e educação das famílias dos usuários.

Engajar mais a instituição no cotidiano da sociedade, aproveitando os meios de comunicação locais, os eventos das outras instituições para um maior conhecimento à sociedade dos serviços que oferta, o público que alcança, as ações que promove, a equipe de trabalho, os meios para aquisição dos recursos, bem

como abrir a instituição em um evento, onde a comunidade possa ir até esta e participar do seu cotidiano, e assim perceber a seriedade do seu trabalho, a necessidade de continuidade dos seus serviços prestados e ainda exercer o controle social.

Outro desafio do Terceiro Setor no município é a superação de práticas assistencialistas, vindo a sistematizar o Serviço Social institucional com vistas a prestação de serviços com qualidade e garantia dos direitos dos seu público-alvo, bem como aponta como outro desafio modificar a visão de que a instituição ao qual faz parte é um “depósito humano”, busca então a participação da sociedade no cotidiano da instituição por meio de programas, projetos, parcerias, etc. direcionado para o bem coletivo e valorização do idoso.

Nas instituições que não possuem profissional do Serviço Social, há em uma destas, um movimento interno para a contratação do profissional do Serviço Social, sendo que existe na sede estadual o profissional, porém o mesmo não consegue acompanhar as atividades locais e a realidade socioeconômica dos usuários das regionais. Acredita-se ser essencial esse profissional nas secretarias regionais desta organização estadual, devido a entidade acreditar na relevância deste profissional na sociedade atual para a defesa e acesso aos direitos da população, garantindo a cidadania, bem como encontrar formas destes delimitar formas de resistência e rebeldia às vulnerabilidades sociais vivenciadas.

Por fim o terceiro setor são-borjense ao mesmo tempo que é uma possibilidade de atuação é um desafio onde os assistentes sociais poderão ampliar este espaço, na medida que se capacitarem para ocupá-los por meio de assessorias na formulação, coordenação e gestão dos projetos de ação comunitária, de inserção em equipes multiprofissionais, particularmente nos projetos de preservação do meio ambiente, determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas, na divisão sociotécnica do trabalho, que demanda uma requalificação principalmente no aspecto intelectual (KOMEYAMA, 2000).

Desafiando os Assistentes Sociais na busca pela concretização do Projeto Profissional nos espaços do cotidiano, pois exige uma análise crítica e rigorosa da realidade na qual se insere e captar o que está por detrás das demandas trazidas pelos usuários (AMADOR, 2009). Neste sentido busca-se um rompimento com práticas burocráticas que veem empobrecer a práxis do Serviço Social, que tem tanto a contribuir à realidade da vida do usuário. Sem dúvidas, o profissional que tem

como objeto de trabalho a “questão social” ainda tem muito a fazer na atual sociedade, se tornando indispensável a sua atuação para mediar as ações do capital e seus reflexos na sociedade.

[...] Serviço Social: sua “raison d’être” tem sido a “questão social” – sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. O objeto histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto (NETTO, 2001, p.49).

Conforme Iamamoto (2007, p. 128) o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”. Somando-se a ideia dos dois autores (NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2007), há uma fusão de pensamentos que o objeto de trabalho do Serviço Social: a questão social, que com o passar dos anos e os processos de transformação que as civilizações tomaram, as expressões da questão social se revestiram de novas formas: as classes sociais se distanciam, o preconceito se estende às raças, aos gêneros, aos idosos, aos deficientes, às religiões; as formas de trabalho formal ficam escassas; a violência se prolifera, não apenas físicas, mas emocionais em todos os setores, desde a familiar aos de trabalho; generaliza-se o stress e a depressão entre os profissionais (principalmente os de atendimento ao público), entre outras faces da “nova roupagem” da questão social.

O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. A atual inserção do País na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita “emergente” em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2007, p. 128).

Como já citado neste trabalho, no primeiro capítulo, a sociedade pagou um “alto preço” pela inserção do país nas ideologias mercantis, principalmente a classe

menos favorecida, onde se iniciou um processo de pauperização versus a aceleração e acúmulo de capital pelas classes dominantes, além da abertura do governo das políticas sociais ao mercado (principalmente saúde e educação), amenizando com programas emergenciais as necessidades da população em vulnerabilidade social, permitindo à sociedade civil sua organização para responsabilizar-se da assistência social. Como afirma:

[...] a função social – a resposta às sequelas da “questão social” – ao sair paulatinamente da responsabilidade estatal e da ética do direito universal, passa para a cotidianidade individual dos sujeitos na esfera da sociedade civil (MONTAÑO, 2008, p. 260).

Nesse sentido o projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, alienada, reificada, seja a da “preocupação” e “ocupação”, não a do trabalho e lutas sociais, o ideal é a sociedade envolvida em atividades não criadoras, nem transformadoras, mas voltadas para a “auto-respostas” imediatas às necessidades localizadas (MONTAÑO, 2008). Defende-se então uma sociedade denominada pelo autor como uma “arena de lutas”, que para ser portadora de um projeto realmente emancipador, deve superar o imediatismo e a alienação, articular-se às lutas, centradas na contradições de classes, no seio das outras esferas sociais, procurando em todas estas frentes a defesa e ampliação dos direitos e conquistas sociais.

Para Montañó (2008) pensar numa sociedade desarticulada, apática e desmobilizada é deixar este espaço para o controle hegemônico dos setores sociais que exercem a direção hegemônica na sociedade como um todo, desde o Estado ao mercado. O Terceiro Setor nesse contexto vem conceber as atividades “sociais” desenvolvidas pela sociedade civil como um todo orgânico, relativamente homogêneo, dirigido ao mesmo fim: o bem comum e a participação cidadã, acabando por ignorar, minimizar ou diretamente excluir o Estado, o mercado e a produção. Desta forma, as lutas desenvolvidas na sociedade civil, são absolutamente necessárias num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana. Molda-se nesse contexto a mobilização, como lutas sociais por direitos sociais, não apenas na gestão de recursos e execução dos serviços

sociais, mas orientadas fundamentalmente pelas contradições de classes. Lutas sociais que pressionam e obrigam o Estado e o capital a absorver certas demandas e a incorporá-las como função/dever do Estado (MONTAÑO, 2008). Ressalta-se que:

As lutas desencadeadas na sociedade civil não devem ser, portanto, para desenvolver, procurando substituir ou compensar, o que o Estado no contexto neoliberal vai abandonando. Antes devem ser lutas, em primeira instância, também por preservar e ampliar as conquistas históricas dos trabalhadores, garantidas no âmbito do Estado. Devem ser por seu turno, lutas que, na sociedade civil e na vida cotidiana, visam à totalidade social, como se desenvolvendo a partir e no interior de projetos societários mais amplos e mais ou menos claros, que sem se esgotar nas questões de classe, estão orientados fundamentalmente pelas contradições entre capital e trabalho [...] as lutas na sociedade civil devem ter como horizonte a articulação das demais esferas da sociedade, conectando, assim, os projetos societários em pugna, tanto no Estado, no mercado, na esfera da produção, na sociedade civil (MONTAÑO, 2008, p. 278).

A mobilização popular vem de encontro de todas as esferas governamentais e do mercado, com vistas ao bem-estar social, garantindo e oportunizando um modo de vida justo e com igualdade, cientes que esta luta inicia agora é os seus frutos são a médio e longo prazo. Para alcançar tal meta, a mediação sobrecarrega principalmente aos trabalhadores sociais em especial ao assistente social, neste caso esta ação (de mediar) conforme Montaño (2008, p. 269) “constitui assim uma necessidade imperiosa para superar a imediatividade alienante”. Salienta-se o Terceiro Setor como um campo de atuação do Serviço Social em expansão no Brasil, o que não difere do município de São Borja, onde o contexto social reflete o que ocorre em âmbito nacional, desenvolve-se o setor econômico, porém o bem-estar social é almejado apenas com programas emergenciais de serviços assistenciais. O que leva a organização também neste município da sociedade em busca da prestação de serviços assistenciais sistematizados na política de assistência social, respeitando o usuário como sujeito portador de direitos, buscando-se assegurar o seu acesso a estes, efetivando e concretizando o que está garantido na Constituição Brasileira de 1988: todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Inserido neste campo de atuação (e independente do campo), o assistente social efetiva a sua práxis norteado pelos princípios da profissão: reconhecimento da liberdade; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação, consolidação e defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social; erradicar todas as formas de preconceito; garantir o pluralismo; articular com outras categorias profissionais, comprometimento com a qualidade de serviços, exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física e optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993). Além de respeitar o usuário em toda sua singularidade e subjetividade, o profissional se mostra comprometido com a sua função e com a classe trabalhadora, no âmbito de transformá-la em um local ideal para se viver.

Na contemporaneidade o trabalho profissional requisita, segundo Iamamoto (1996) um perfil profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pela realidade do mundo contemporâneo capaz de formular, avaliar e recriar propostas no nível das políticas sociais e a organização das forças vivas da sociedade civil. Para isto é necessário estar informado, ser crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais, nos rumos da democratização progressiva das relações (o incentivo da participação popular) no âmbito da política, da economia e da cultura. Outro fator apontado pela autora é o conhecimento da realidade do seu usuário no campo de atuação onde o assistente social está inserido, o que se pode ressaltar ação fundamental nas instituições sociais que possuem no quadro geral vários sujeitos da sociedade com demandas diversificadas, como por exemplo: criança e adolescente autor de ato infracional, situações de violência contra a mulher, contra a criança e adolescentes, e o idoso, drogadição, alcoolismo, o abandono dos sujeitos por familiares, à luta pela terra e pela moradia entre outros. “o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 62).

Como ressalta Iamamoto (2008, p.65): “Não é por acaso que se faz a escolha por essa profissão: ninguém a procura para ter mais dinheiro, para ter mais status, para ter mais prestígio”. Com essa frase compreende-se que os sujeitos inseridos no

Serviço Social, veem nessa profissão a mediação para contribuir na transformação da sociedade, são pessoas engajadas no bem-estar coletivo. Por fim, observa-se hoje o Terceiro Setor independente de sua forma de recursos, um campo de atuação aberto e em expansão para esse profissional que se identifica com projetos de mudança, e tenha somado ao seu instrumental a seriedade ética e a competência de criticar, mas também propor, ciente do trabalho coletivo, preocupado com a qualidade dos serviços, comprometido com a construção de uma sociedade com princípios de igualdade e justiça, onde seja efetivada a cidadania plena à todos os sujeitos.

. Considerações finais

O trabalho de final de graduação aqui apresentado teve por princípio analisar como está estruturado o terceiro setor no município de São Borja verificando as possibilidades e desafios do Serviço Social nesse âmbito. Observou-se que o terceiro setor é indispensável na cidade são-borjense para enfrentamento das expressões da questão social.

Pode-se afirmar que as instituições sem fins lucrativos participantes desta pesquisa que resultou neste trabalho final de graduação, ofertam com qualidade os serviços assistenciais e realizam projetos sociais para enfrentamento das expressões da questão social vivenciadas por seus usuários e familiares. As instituições são cientes da importância dos trabalhos frente ao segmentos em vulnerabilidade social, conforme avaliação e monitoramento que fazem anualmente, bem como as análises institucionais realizadas pelas estagiárias inseridas nestas, que identifica dados socioeconômicos do público-alvo que comparados às estatísticas de desenvolvimento social do município se torna visível o aumento da pauperização da população nos últimos anos.

Conforme observação participante uma das assistentes sociais afirmou que a pauperização da população em vulnerabilidade social ocorre por fatores econômicos, e complementa dizendo que o município no setor econômico sobrevive principalmente da agricultura, sendo esta comercializada por um monopólio concentrado de empresas. Estas empresas são proprietárias dos maiores latifúndios da região fronteira-oeste, porém quando há estiagem (períodos de secas), a agricultura sofre quedas nas vendas o que acaba afetando grande parte da população, aumentando o desemprego e diminuindo o crescimento econômico do município.

Os usuários das instituições em sua maioria provêm de famílias em vulnerabilidade social, que possuem renda de trabalhos informais. As instituições por meio de projetos sociais ligadas a geração de trabalho e renda procura ofertar cursos que estas famílias possam melhorar a sua renda, não no sentido de sanar as dificuldades, mas sim amenizá-las. Uma instituição ainda oferece a formação de cooperativas de trabalhadoras (costureiras) ofertando o instrumental e a matéria

prima, gerando renda para si e para a instituição e ainda disponibiliza suporte técnico, acompanhamento e orientação social.

Como no Brasil, as instituições de Terceiro Setor do município também recebem em sua maioria recursos do Estado, o que caracteriza parceria deste com a sociedade civil organizada em prol de sanar as necessidades básicas da população. Tal procedimento reflete na instituição social ser o principal meio de execução de políticas sociais, principalmente de serviços assistenciais, porém cabe salientar que o financiamento do Estado é mínimo, e que muitas vezes a instituição precisa recorrer a organizações com fins lucrativos ou recursos da sociedade civil.

Nesse íterim observa-se o Terceiro Setor do município responsabilizando-se por ações do Estado. O setor passa a ofertar serviços assistenciais, planeja e desenvolve projetos sociais, encontra formas de resistência e rebeldia com seus usuários, descobrindo maneiras de ofertar-lhe autonomia e identidade na busca de uma vida digna.

Importante salientar que o município de São Borja conta com várias instituições sociais e movimentos organizados da sociedade civil que protagonizam vários projetos e programas sociais, porém estas instituições e movimentos não buscam participação no Conselho Municipal de Assistência Social. Por vez não participam dos debates proporcionados neste espaço e as decisões tomadas, bem como perdem a oportunidade de receber recursos das esferas governamentais e recursos internacionais de empresas ou entidades interessadas em viabilizar ações sociais. Ponto que caracteriza o Terceiro Setor pouco mobilizado à participação popular e controle social.

Em qualquer campo de trabalho nos dias atuais, com um sistema capitalista regendo as ações da sociedade, os profissionais das áreas sociais são provocados a resistir na luta a favor dos direitos e da transformação de uma sociedade. Para o Serviço Social não é diferente, hastear e segurar firme a bandeira da resistência é uma tarefa árdua que caracteriza um grande desafio para este profissional.

Inserido no Terceiro Setor o profissional do Serviço Social, visualiza um campo de possibilidades de atuações onde destaca-se: o fortalecimento dos sujeitos; oferta de serviços assistenciais com qualidade; oportunidades de atendimento, acompanhamento e orientação social a estes e sua família; gestão de recursos da instituição para execução de projetos, podendo viabilizar o que é primordial para o usuário naquele momento e em fim, um leque de oportunidades

para efetivação da práxis profissional e assim valorizar perante a sociedade, a sua importância, ficando como desafio sempre a qualificação/capacitação continuada.

A formação continuada se torna imprescindível para este profissional no sentido que é uma profissão que tem como objeto de trabalho, as expressões da questão social. Resultados do contexto histórico, que por sua vez, dialeticamente assinalando está sempre em transformação.

O terceiro setor expandido para a minimização destas expressões é um espaço, que por sua vez, também vai sempre exigir qualificação deste profissional. O profissional do Serviço Social hoje já está sendo convidado a gestar recursos, logo ocupará a gestão da instituição, como já acontece em outros municípios do país e não tardará realizar-se no município de São Borja. A inserção desta profissional participante da pesquisa na gestão da instituição ocorre, além de mérito próprio mas também pelo comprometimento desta profissão, na atuação e engajamento ao trabalho social e a “vontade de fazer muito mais” pelo seu usuário e para a sociedade em geral. Tal característica por sua vez é visível em todas profissionais participantes deste estudo, pois além de engajadas, buscam formação continuada por meio de especializações e cursos.

Outro ponto para debate é a o trabalho coletivo do Assistente Social no âmbito do Terceiro Setor são-borjense. As profissionais relataram trabalhar em equipe com outros profissionais inseridos na instituição. Oportunizando a estes profissionais a visualização da práxis do Serviço Social, ou seja, a ação cotidiana do profissional embasada com o seu Projeto-Ético Político, bem como as demandas correspondentes ao Serviço Social e o instrumental utilizado, além de delimitar as suas funções privativas.

Inserido no Terceiro Setor, o profissional do Serviço Social é mediador das relações sociais. Media o diálogo da instituição com os usuários e vice versa, possibilitando espaço para propostas, pedidos, críticas e metas, bem como permeia o diálogo da instituição com o governo municipal, com o estado, e com as autoridades federais. Esse incentivo é primordial para a concretização e solidificação de uma sociedade democrática onde se permite a vez e voz a todos, com a finalidade deste coletivo encontrar a melhor proposta que vá trazer benefícios à todos.

A pesquisa se tornou desafiante à pesquisadora, no momento que se descortinava uma realidade até então desconhecida em âmbito municipal, que

oportunizou momentos de aprendizagem. Trazendo para conhecimento um cenário até então hipotético de caridade e filantropia, onde foi possível visualizar o processo de expansão do Terceiro Setor, bem como o contexto histórico brasileiro dos governos referente à área social.

Possibilitou debater e refletir sobre a retirada da responsabilidade estatal, referente à elaboração e efetivação de políticas sociais públicas, preferindo o desenvolvimento econômico e abrindo oportunidades para o mercado privatizar serviços como saúde, educação, e previdência, direitos estes assegurados em lei como dever do Estado.

Ainda sendo possível à pesquisadora compreender o porquê da organização da sociedade civil frente à refilantropização, ou seja, a instrumentalização técnica da caridade e da filantropia como meios de assegurar a assistência social a quem dela necessitar. Observou-se também a proliferação da responsabilidade social que além de prestar serviços sociais à população, sendo essa ação o mínimo que pode fazer por esta sociedade que o sistema mesmo explora, é ainda um meio de marketing social da empresa, revestindo-a de empresa cidadã.

Observa-se que o Terceiro Setor de São Borja é um espaço em expansão, no entanto há instituições e movimentos organizados no município que ainda não possuem a intervenção do profissional do Serviço Social. Acredita-se que “um olhar” do assistente social com sua formação voltada aos três eixos de competência da profissão (teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político) faria diferença na sistematização dessa assistência social como política social com vistas a firmar comprometimento e responsabilidade para com a mudança na vida do usuário.

Por fim torna-se importante ressaltar que a pesquisa aqui exposta, somente foi concretizada com todo aparato teórico-metodológico proporcionado pela Unipampa durante todo Curso de graduação, desde a excelente qualidade dos professores, o suporte técnico ao arsenal bibliotecário, elementos imprescindíveis para viabilizar um estudo de campo com vistas a formatar um trabalho de finalização de graduação com vistas a colaborar com a comunidade acadêmica e de quem dela se interessar na sociedade em geral, instigando a complementaridade.

Oportunizando continuidade ao processo dialético de “ir e vir” do conhecimento, almejando a transformação e evolução da sociedade em um mundo de bem-estar social, só possível por meio do trabalho coletivo dos homens. Realidade ou utopia? Deixa-se aqui uma contribuição, sementes para os que virão.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, Josy Ramos de Oliveira. A prática do Serviço Social no plantão: limites e desafios para a efetivação de direitos. **Serviço Social & Sociedade**.- São Paulo: Cortez, 2009.
- ARAUJO, Jairo Melo. **Voluntariado**: na contramão dos direitos sociais. – São Paulo: Cortez, 2008.
- ASILO SÃO VICENTE DE PAULA. **Estatuto social**. São Borja, 2008.
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. **Estatuto social**. São Borja, 2009.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. – São Paulo: Veras, 2000.
- BERNARDI, Therezinha. **PPS – Projeto Pedagógico Social 2007 – 2010**. Porto Alegre, 2006. Porto Alegre, 2006.
- BEZERRA, Suely de Oliveira; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. A Inserção do Assistente Social no Complexo Hospitalar e de Atenção à Saúde da UFRN no Contexto da Agudização da Questão Social. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/c>. Acessado em Outubro de 2010.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BÖER, Alexandre. **Como organizar uma ONG**: ou como fazer do sonho de uns a realidade de muitos. Porto Alegre, Brasul, 2001.
- BRASIL. **Código De Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993.
- BRASIL. **Constituição (1988)**: República Federativa do Brasil.- Brasília: Senado federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Guia do Trabalhador Rural**. Ministério da Previdência Social – MPS. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**: legislação suplementar / Ministério da Assistência Social; - 3. Ed. – Brasília: MAS, 2003, 72 p.

BRASIL. **PNAS – Plano Nacional de Assistência Social** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

BRASIL. **PPD – Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora De Deficiência** – Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: /Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/SUAS**. Brasília: /Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinario. **Ética e Práxis Profissional**. Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores.- 4. ed. rev. atual. Brasília: CFESS, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Karine Lucero . **Projeto de Intervenção Renovar**: O plantão social na perspectiva dialético-crítica. Unipampa/Curso de Serviço Social. - São Borja, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **COLETÂNEA DE LEIS**. Porto Alegre: CRESS 10ª região, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?.** - 2. ed.- São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Regimento interno.** São Borja, 2005.

CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI. (Disponível em <http://www.verzeri.org.br>. Acessado em 18/10/2010).

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

CLUBEINVEST. **Fundo Monetário Internacional.** Disponível em: <<http://www.clubeinvest.com.br>> Acesso em 07 nov. 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** – São Paulo: Cortez, 2000.

DENIS, Léon. **Socialismo e Espiritismo.** Tradução Renato Zanola e Denise Villas Boas. – 2. ed. – Rio de Janeiro: CELD, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. O Projeto de Pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília (org.). 25. ed. rev. ampl.- Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

DROPA, Romualdo Flavio. **Controle Social.** Disponível em <http://www.advogado.adv.br/romualdoflaviodropa/controlesocial>. Acessado em 14/11/2010.

EMATER/RS - ASCAR. **Prestação de contas anual: serviços desenvolvidos e demonstrativos contábeis.** Porto Alegre, 2005

EMATER/RS – ASCAR. **Relações de Ações Sociais 2007.** Porto Alegre, 2008.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social.** – São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Saber profissional e poder institucional** – São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **O Saber profissional e poder institucional** – 5. ed.- São Paulo: Cortez, 1997.

_____. O paradigmas de correlação de forças e estratégias de ação em Serviço Social. - **Cadernos SESI** - São Paulo: Editora Sesi, 1996.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**.-São Paulo: Cortez, 1983.

GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia una metodologia de sistematizacion de La practica**. Buenos Aires: Humanitas, 1987.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.- São Paulo: Atlas, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no Brasil na era da participação: 1978 - 1989. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo, Loyola, 1997.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. – 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2003.

_____.O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social & Sociedade**. – nº 58 – Ano XIX - São Paulo: Cortez, 1998.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** – 9. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** – São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade.** Ano XX – nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. **Rede Social e suas contradições: espaço de disputa ideo-política.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional.- **Cadernos SESI** - São Paulo: Editora Sesi, 1996.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis.** Ano. 2, n. 3 (jan/julho 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro e questão social.** – São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico.** – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

KERN, Francisco Arseli. A rede como estratégia metodológica de operacionalização do SUAS. **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

KOMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais.**- Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

KOSIK, Carel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro.-São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** – 6. Ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, Marilene. **Práxis da gestão social nas organizações sociais: uma mediação para a cidadania.** Dissertação de Doutorado. – Porto Alegre:FSS/PUCRS, 2005.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. O projeto de pesquisa em Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 05: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. – Brasília – UnB Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância, 2001.

MARTINELLI, Maria L. Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade.** n. 43. São Paulo: Cortez, 1993.

_____; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Saúde.** - Ano XV. nº 45 – São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O Serviço social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade.** Ano XIX – nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** – 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília (org.). 25. ed. rev. ampl.- Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social:** Crítica ao padrão emergente de intervenção social. - 5. Ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

MOSQUERA, Roberto Quiroga; SOUZA, Flavia Regina. O Terceiro Setor e o direito. **Terceiro Setor: planejamento e gestão.** Ricardo Voltolini (org.). – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Ano. 2, n. 3 (jan/julho 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. Transformações societárias e serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Saúde**.- Ano XVII nº 50 – São Paulo: Cortez, 1996.

LOPES, José Rogério. Mínimos Sociais, cidadania e assistência social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. – Ano XIX- nº 58 – São Paulo: Cortez, novembro 1998.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**. - Ano XXVI nº 84 – São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. **Gnosiologia**. Disponível em: <<http://WWW.ibmcomunidade.com.br>> Acesso em: 23 nov. 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Reflexões sobre pesquisa e processo de formulação e gestão. In: **Capacitação em serviço social e política social**: Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000, p. 79-94.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Estatuto institucional**. Disponível em <http://www.pastoraldacrianca.com.br>. Acessado em 20/10/2010.

PEDREBON, Eduardo A. SOUSA, Paulo Daniel Batista de. As organizações, o indivíduo e a gestão participativa. Disponível em <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel>> Acesso em 12 nov. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. **Revista Serviço Social & Sociedade**. – n.73 – Ano XXIV – São Paulo: Cortez, março 2003.

_____. Questão Social, Serviço Social E Direito Da Cidadania. **Temporalis**. Ano. 2, n. 3 (jan/julho 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. – 5. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

PESSÔA, Elisângela Maia. **Políticas Sociais alternativas à institucionalização de idosos em municípios da região das Missões no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2007.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Estatuto Social.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>> Acesso em: 22 out. 2010.

PRATES, Jane. Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político. **Dissertação de mestrado.** PUC/RS – FSS, Porto Alegre, 1995.

_____; REIS, Carlos Nelson; ABREU, Paulo Belmonte de. Metodologia de Pesquisa para população de rua: alternativas de enfrentamento pelo Poder Local. **Serviço Social & Saúde.** Ano XXI. – nº 64 – São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Possibilidades de Mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Trabalho de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, FSS, 2003.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. – 5. ed.- São Paulo, Cortez, 2008.

ROBALO, Diego. Implantação das Ongs no Brasil e a Atuação do Serviço Social no Terceiro Setor. **A Diversidade De Atuação do Serviço Social.** OLIVEIRA, Simone B. de; CUNHA, Liziane G. H. da, LERSCH, Cíntia S. (Org.). Porto Alegre: Faith, 2010.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Serviço Social & Sociedade.** – Ano XIX nº 58 – São Paulo: Cortez, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). Pesquisa Social: métodos e técnicas. – 3. ed.- 9. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

SALVATORE, Vilu. A racionalidade do Terceiro Setor. **Terceiro Setor: planejamento e gestão.** Ricardo Voltolini (org.) – 3. ed.- São Paulo: Senac, 2009.

SERVA, Maurício. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **RAP- Revista de Administração Pública** - v. 31, n. 6, p. 41-54, nov.-dez.1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. - 22. ed. rev. e ampl. De acordo com a ABNT – São Paulo: Cortez, 2002.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. -3. ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: Entre a política pública e o mercado**. – São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. A influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social. **Trilhas** - v.2, n.1- Belém: julho, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. – 2.ed.rev. e atual.- São Paulo: Cortez: 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (et. al). **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. - 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUCUPIRA, João. A responsabilidade social das empresas: conceito, história e sua relação com a noção de sustentabilidade. **Responsabilidade social** – Brasília: SESI/DN, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. – 1. ed. – 14 reimp.- São Paulo: Atlas, 2006.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos**. Petrópolis. 2. ed. – Petrópolis: Vozes 1985.

UNIDERP. **Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal**. Disponível em: <<http://www.uniderp.br>> Acesso em 20 nov. 2010.

VELOSO, Laís Helena Pinto. Processo de trabalho do Serviço Social (do despreparo teórico às transgressões ofício). **Em Pauta**. Rio de Janeiro:UERJ, 1995. Disponível em: <http://repensandooserviçosocial.blogspot.com>. Acessado em Nov 2010.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social & Saúde**. Ano XXI. – nº 64 – São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria**. – 5ª ed. - -- AGIR, 1989.

VOLTOLINI, Ricardo (org.). **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. - 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

_____.Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**. Ano. 2, n. 3 (jan/julho 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

APÊNDICE A: Roteiro Norteador da pesquisa documental:

Dados de Identificação:

Nome da Instituição: _____

Data da coleta de dados: _____

Questões:

- a) Quais os documentos disponibilizados pela instituição?
- b) Quando se deu a fundação da Instituição?
- c) Como se dá a estrutura da diretoria ou coordenadores?
- d) Qual o período da atual gestão?
- e) Como se dá as decisões da instituição?
- f) De onde provém os recursos para a instituição?
- g) A instituição realiza projetos sociais?
- h) A instituição disponibiliza serviços assistenciais?
- i) A equipe de trabalho recebe abono salarial?
- j) A instituição possui no seu quadro profissional, o assistente social?
- k) Qual o público alvo?
- l) A instituição está cadastrada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social? Há participação nas reuniões?
- m) Existe uma comunicação entre a instituição e o CMAS?
- n) Há na instituição o profissional Assistente Social?

APÊNDICE B: Roteiro norteador para observação participante:

- 1) Como se analisa a necessidade da prestação dos serviços assistenciais oferecidos pela instituição ao município?
- 2) Como se mede a minimização das vulnerabilidades sociais que a instituição se propôs a enfrentar?
- 3) Há interesse de participação da comunidade na instituição? (há participação nas reuniões da entidade para apontar melhorias e sugestões, ou quando solicitada para angariar fundos à instituição)
- 4) A instituição efetiva um trabalho em rede com outras entidades sociais? Aponte os pontos positivos destas parcerias. Em caso de resposta negativa: Quais os principais entraves para efetivação de um trabalho em rede?
- 5) Referente ao quadro de trabalhadores, como se dá a contratação?
- 6) Quando há AS como se analisa a práxis deste profissional?
- 7) Quais as possibilidades, e os desafios deste profissional no terceiro setor na instituição?

ANEXO A : Regimento do Conselho Municipal de Assistência Social de São Borja



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SÃO BORJA/RS**

REGIMENTO INTERNO*

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

ART.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social de São Borja, doravante denominado de CMAS, instituído pela Lei Municipal nº 3445 de 03 de maio de 2005 e apoiado na Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/93, é um órgão normativo, deliberativo, controlador, fiscalizador e colegiado, de caráter permanente e de acordo com o sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social.

Art.2º - O CMAS tem por finalidade estabelecer diretrizes e definir a política municipal de assistência social nas áreas de prevenção, promoção, amparo, habilitação e reabilitação da criança, do adolescente, do adulto, do idoso, do portador de deficiência e do superdotado. (LOAS – artº.2º)

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art.3º - O CMAS é composto por 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, paritariamente, entre governo e sociedade civil.

Parágrafo 1º - São representantes governamentais:

- 06 (seis) representantes indicados, sendo um de cada Secretaria Municipal, que desenvolvem programas e atividades nas áreas de:

- Direitos humanos, Cidadania e Assistência Social
- Saúde e Bem Estar Social

- Educação
- Qualidade Ambiental
- Planejamento e Desenvolvimento Urbano
- Finanças

Parágrafo 2º - São representantes da Sociedade Civil:

- 04 (quatro) representantes de entidades prestadoras de serviços na área de Assistência Social, com atuação municipal, junto aos segmentos:

- crianças e adolescentes, e famílias;
- idosos;
- pessoas portadoras de deficiência;

- 01 (um) representante de entidades de organização e/ou representações de usuários com atuação municipal (Associações, Sindicatos e Cooperativas de Trabalhadores)

- 01 (um) representante das categorias de profissionais que atuam na área de Assistência Social.

Art.4º - São proibidas manifestações ou posições político-partidárias ou religiosas no Conselho.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

Art.5º - Este Conselho poderá prever outras estruturas de funcionamento.

Art.6º - O CMAS terá órgãos permanentes e transitórios.

Parágrafo 1º - São órgãos permanentes:

- Assembléia Geral;
- Diretoria Executiva;
- Comissões de Trabalho.

Parágrafo 2º - São órgãos transitórios:

- Fóruns;
- Conferências;
- Câmaras de Apoio.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.7º - A Assembléia Geral será constituída por todos os conselheiros, reunindo-se ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, em horário e local, previamente, fixados.

Parágrafo 1º - A convocação será feita pelo Presidente, ou ainda por 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros, em casos especiais.

Parágrafo 2º - A Assembléia será considerada, legalmente constituída, se contar com 2/3 (dois terços) em primeira chamada e em segunda chamada, 15 (quinze) minutos após, com maioria simples dos conselheiros titulares.

Art.8º - As Assembléias Ordinárias constarão de duas partes: Expediente e Ordem do dia.

Parágrafo 1º - O expediente abrangerá:

- a) Leitura, discussão e votação da ata da assembléia anterior;
- b) Avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse da Assembléia;
- c) Outros assuntos de caráter geral, de interesse do Conselho.

Parágrafo 2º - A Ordem do Dia abrangerá a discussão e votação da matéria, conforme pauta de convocação.

Art.9º - As deliberações de qualquer natureza serão tomadas por maioria simples dos conselheiros.

Art.10º - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Propor chapas para composição da Diretoria Executiva.
- b) Eleger a Diretoria Executiva.,
- c) Baixar normas de sua competência, necessárias para a regulamentação e implantação da Política Municipal de Assistência Social.
- d) Convocar Fóruns e Conferências.
- e) Sistematizar as prioridades levantadas nos Fóruns e Conferências.
- f) Deliberar, normatizar e controlar as ações em todos os níveis.
- g) Realizar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.
- h) Acompanhar a execução orçamentária e a sistemática de aprovação, análise e auditoria da prestação de contas.
- i) Apreciar projetos para fins de acordos, contratos, convênios referentes às ações de Assistência Social do Município, com emissão de parecer.
- j) Estabelecer critérios ou meios de exercer a fiscalização dos programas, projetos e ações de Assistência Social no Município.
- k) Autorizar a implantação de programas, projetos e/ou ações de caráter compensatório.
- l) Estudar e aprovar pedidos de inscrição de ONG's que prestam atendimento de Assistência Social.
- m) Suprir a vacância dos cargos da Diretoria, com os Conselheiros presentes em Plenária, mediante eleição.
- n) Excluir membros e/ou instituições quando incorrerem em ações ou omissões reguladas pelo artigo 50. (das penalidades)
- o) Criar Comissões de Trabalho e Câmara de Apoio em número necessário conforme a demanda.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.11º - A diretoria Executiva será composta de 04 (quatro) membros: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Parágrafo Único – A Diretoria contará com uma infra-estrutura adequada (sede, material de expediente e linha telefônica) ao seu funcionamento e terá um funcionário administrativo, que será um servidor público municipal à sua disposição.

Art.12º - A composição da Diretoria deverá ser paritária.

Art.13º - São atribuições da Diretoria Executiva:

- a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral;
- b) Propor os membros componentes das Comissões de Trabalho e Câmara de Apoio;
- c) Solicitar às Câmaras de Apoio trabalhos referentes a assuntos específicos;
- d) Solicitar o reexame, por parte da Assembléia Geral, de qualquer resolução normativa que apresentar inadequação técnica de qualquer natureza;
- e) Articular, coordenar, acompanhar e fiscalizar os Fóruns Setorizados de Eleição dos Conselheiros, previstos no artigo 40 deste Regimento;
- f) Propor alterações no Regimento Interno e medidas que possam contribuir para o funcionamento do Conselho.

Art.14º - É atribuição do Presidente:

- a) Convocar e presidir as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, bem como as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) Coordenar a execução de todas as atividades deste Conselho;
- c) Submeter os assuntos do Conselho à apreciação da Assembléia;
- d) Resolver os assuntos emergenciais do Conselho, comunicando-os na primeira reunião subsequente ao período da resolução.
- e) Representar o Conselho em juízo ou fora dele ou delegar representação;
- f) Assinar todos os documentos emitidos pelo Conselho, juntamente com o Secretário ou com o Gestor da Política de Assistência Social, conforme a natureza do documento.
- g) Solicitar as providências e os recursos necessários ao pleno funcionamento do Conselho;
- h) Submeter a apreciação da Plenária a planilha físico-financeira mensal dos recursos a pagar para posterior rubrica do Presidente;
- i) Convocar as Câmaras de Apoio Técnico e/ou de Fiscalização, quantas vezes forem necessárias, para a efetiva suplementação do Conselho, ouvida a Assembléia;
- j) Facultar aos Suplentes a participação nas Assembléias, se , conjuntamente, com seus titulares, sem direito a voto;
- k) Acolher cidadãos, nas Assembléias, independente as serem membros do Conselho permitindo-lhes, apenas, o direito de serem ouvidos;
- l) Divulgar todas as ações do Conselho, com apoio do Secretario.
- m) Solicitar a colaboração de Técnicos e especialistas para participar na elaboração de estudos, no esclarecimento de dúvidas e para proferir palestras, cursos, assessorias e atividades afins.

Art.15º - São atribuições do Vice-Presidente:

Substituir o Presidente, eventualmente, em seu impedimento ou ausência, e auxiliar na administração deste Conselho.

Art.16º - Em caso de vacância definitiva do cargo de Presidente, o Vice assumirá a titularidade e convocará Assembléia para a eleição de seu Vice. No prazo de, no máximo de 30 (trinta) dias da sua posse, dar-se-á a eleição para esta vaga com a finalidade de cumprir a gestão em curso.

Art.17º - São atribuições do Primeiro Secretário:

- a) Redigir a correspondência, documentos e relatórios do Conselho;
- b) Supervisionar arquivos, pastas e fichários de toda a documentação;
- c) Lavrar as atas de todas as reuniões da Diretoria Executiva e das Assembléias;
- d) Manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos da Secretaria;
- e) Auxiliar na administração do Conselho;
- f) Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pela Assembléia;
- g) Assinar juntamente com o Presidente, todos os documentos do Conselho referentes a sua pasta.

Art.18º - São atribuições do Segundo Secretário:

Substituir o Primeiro Secretário em seu impedimento ou vacância e assessorá-lo sempre que necessário.

Art.19º - São atribuições do Funcionário Administrativo:

- a) Organizar e manter em dia, arquivos, pastas e fichários de toda a documentação do Conselho Municipal de Assistência Social, bem como, de toda a correspondência recebida e expedida.
- b) Repassar, com brevidade, a documentação, correspondência recebida e assuntos urgentes a quem de direito;
- c) Aceitar avisos, orientações e acatar decisões;
- d) Dar conhecimento ao Secretário e/ou Presidente, quando ocorrer algo que impeça o bom desenvolvimento de seus serviços;
- e) Digitar trabalhos e correspondências necessários às atividades do Conselho Municipal de Assistência Social, enviando-os ao destino;
- f) Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente e/ou pelo Secretário.

DAS COMISSÕES DE TRABALHO ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

Art.20º - Para qualificar e agilizar o desempenho deste Conselho, serão criadas 03 (três) Comissões de Trabalho, de caráter permanente, com a seguinte denominação:

- a) Comissão de Políticas Públicas;
- b) Comissão de Normas;
- c) Comissão de Orçamento e Finanças.

Art.21º - Cada Comissão será constituída de no mínimo 03 (três) Conselheiros, que funcionará de acordo com o volume de demandas de sua responsabilidade.

Parágrafo Único – É facultado a participação de técnicos do Gestor ou não, a título de assessor, quando for necessário.

Art.22º - A cada Comissão de Trabalho são atribuídas competências específicas com vistas a definir a área de atuação.

Art.23º - À Comissão de Políticas Públicas compete:

- a) Propor as prioridades da Política de Assistência Social;
- b) Elencar as diretrizes a serem respeitadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- c) Estudar e apresentar considerações sobre o Plano Municipal de Assistência Social;
- d) Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços assistenciais prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;
- e) Sugerir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social, Públicos e Privados no âmbito municipal;
- f) Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios aprovados;
- g) Fiscalizar o funcionamento das entidades e organizações de Assistência Social, governamental e não governamental;
- h) Examinar denúncias relativas à área de Assistência Social e sugerir o seu encaminhamento ao Ministério Público, quando necessário;
- i) Apresentar proposta de cancelamento de inscrição das entidades assistenciais que incorrem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhe forem passados pelos Poderes Públicos e não obedecerem aos princípios e diretrizes da Lei Federal nº 8.742/93;
- j) Apreciar os programas de Assistência Social das organizações não governamentais e órgãos governamentais;
- k) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada de Assistência Social.

Art.24º - À Comissão de Normas Compete:

- a) Propor critérios para a elaboração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência Social no âmbito municipal;
- b) Apreciar, previamente, os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- c) Elaborar, propor alterações no Regimento interno deste Conselho;
- d) Propor critérios para efetuar a inscrição das entidades não governamentais e dos programas governamentais;
- e) Propor cancelamento da inscrição das entidades assistenciais que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhe forem repassados pelos Poderes Públicos e não obedecerem aos princípios e diretrizes da Lei Federal nº 8.742/93;

- f) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada da política de Assistência Social.

Art.25º - À Comissão de Orçamento Compete:

- a) Propor diretrizes e critérios para o repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social / FMAS às entidades e organizações de Assistência Social governamentais e não governamentais;
- b) Apreciar previamente os repasses referidos no inciso anterior;
- c) Sugerir proposta orçamentária para compor o orçamento municipal;
- d) Propor critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais;
- e) Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios aprovados;
- f) Propor cancelamento da inscrição das entidades assistenciais que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhe forem repassados pelos Poderes Públicos e não obedecerem aos princípios e diretrizes da Lei Federal nº 8.742/93.

DOS ÓRGÃOS TRANSITÓRIOS DOS FÓRUNS

Art.26º - São características dos Fóruns:

- a) Serão compostos por Entidades, Instituições e Conselhos Municipais envolvidos direta e/ou indiretamente com o social;
- b) Serão convocados, ordinariamente no “terceiro” trimestre de cada ano ou extraordinariamente, quando necessário;
- c) O temário a ser decidido pela Assembléia Geral, obedecerá, no mínimo os seguintes critérios;
 - Os Fóruns ordinários necessariamente, deverão tratar do Orçamento Anual do Fundo Municipal de Assistência Social.
 - Serão facultados, nestes Fóruns Ordinários, avaliar a atuação do Conselho, bem como propor novas diretrizes para seu aperfeiçoamento.
- d) Serão de caráter opinativo;
- e) Serão sempre de âmbito municipal;
- f) Cada Fórum será organizado por uma Comissão constituída para tal fim, com a presença, no mínimo, de dois terços dos Conselheiros, podendo contar com o apoio de representantes da comunidade.

DAS CONFERÊNCIAS

Art.27º - São características das Conferências:

- a) Poderão ser Municipais ou Regionais, compostas por todas as instituições e/ou Entidades Públicas e/ou Governamentais, Conselhos oficialmente constituídos, direta e/ou indiretamente envolvidos com Assistência Social e a população em geral;
- b) Serão convocadas ordinariamente, a cada 04 (quatro) anos, pelo Presidente e, extraordinariamente, sempre que necessário;

- c) Terão a finalidade precípua de debater sobre a Política de Assistência Social vigente, avaliando-a e sugerindo-lhe alterações;
- d) A temática segue orientação do Conselho Nacional de Assistência Social, ficando as especificidades a cargo deste Conselho.

Art.28º - São atribuições básicas das Conferências:

- a) Avaliar a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) Propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento;
- c) Confrontar a Política Social do Município com as demais Políticas do Estado e Federação, buscando o seu maior engajamento;
- d) Eleger delegados para representar o Município na Conferência Estadual.

DAS CÂMARAS DE APOIO

Art.29º - Poderão ser constituídas Câmaras de Apoio, para dar suporte às ações deste Conselho com a finalidade de emitir parecer técnico sobre matéria de especial interesse.

Parágrafo Único – As Câmaras poderão ser denominadas de Câmara Técnica e Câmara de Fiscalização.

Art.30º - As câmaras de Apoio serão compostas por, no mínimo três componentes, sendo dois técnicos especializados com competência para fornecer subsídios em questões controvertidas e à convite da Diretoria Executiva.

Art. 31º - As Câmaras de Apoio serão constituídas também por integrantes da comunidade, cedidos por seus órgãos de origem e sem ônus para o Conselho.

Parágrafo Único – Este Conselho assumirá apenas as custas com material de expediente, transporte e alimentação, quando necessário.

Art.32º - As Câmaras terão caráter opinativo, submetendo o parecer à decisão da assembléia deste Conselho.

Art.33º - As Câmaras serão convocadas, pela Diretoria Executiva, mediante situação de necessidade e/ou emergência para atuar sobre determinado fim.

Parágrafo Único – Terão prazo inicial de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, se necessário.

Art.34º - Terão ampla liberdade de investigação, opinião e prova.

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES E INDICAÇÕES

Art.35º - Para o desenvolvimento do processo eleitoral dos Conselheiros, será eleita uma Comissão Eleitoral, composta de no mínimo 03 (três) pessoas eleitas dentre e pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - A Comissão Eleitoral, deverá ser constituída por um Presidente e seu Vice e Secretário.

Parágrafo 2º - Esta Comissão Eleitoral obedecerá, rigorosamente, este Regimento e situações omissas deverão ser resolvidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 3º - Estará subordinada à Diretoria Executiva para todas as ações que envolverem este período.

Art.36º - As eleições e indicações para Conselheiros acontecerão no último ano da gestão, observando o mês da ultima eleição.

Art.37º - O processo eleitoral acontecerá em 02 (dois) momentos distintos; primeiro: da eleição dos Conselheiros da sociedade civil e da indicação dos representantes do Poder Público; e segundo: da eleição da Diretoria Executiva.

Art.38º - A duração do mandato dos Conselheiros e da diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, sendo possível reeleição, desde que seja garantida a permanência de, no mínimo, 1/3 dos atuais conselheiros.

Art.39º - A eleição poderá ser por voto aberto ou secreto, obedecendo à maioria simples, desde que presentes na Assembléia, não sendo permitido voto por procuração.

DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art.40º - A eleição dos representantes da sociedade civil, obedecerá a seguinte orientação:

- a) Cada setor oficialmente Cadastrado no CMAS e com assento previsto, será previamente articulado e convocado pela Comissão Eleitoral. Esta convocação constituirá os Fóruns Setorizados de Eleição.
- b) Estes Fóruns são instâncias de eleição que escolherão 06 (seis) titulares e seus respectivos suplentes para os segmentos, assim, constituídos:
 - 04 (quatro) representantes entre os prestadores de serviços na área de assistência social, que atendam crianças e adolescentes, idosos, famílias e pessoas portadoras de deficiência.
 - 01(um) representante entre os trabalhadores do setor, indicados pelo Conselho da categoria, ou sejam, CRESS, CEPERS ou CRP.
 - 01 (um) representante de usuário, escolhido dentre os Sindicatos de Trabalhadores ou Cooperativa, Associações de Moradores e Clube de Mães.
- c) Cada setor convocado elegerá, dentre suas instituições afins e em seu fórum próprio o seu titular e suplente, podendo ser cada um de instituições diferentes, contemplando uma maior abrangência no Município.
- d) Estes setores deverão apresentar, previamente, à Comissão Eleitoral os nomes para a indicação de seus representantes.

Art.41º - É vedada a candidatura dos membros da Comissão Eleitoral, como também a participação em qualquer tipo de campanha.

DA INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Art.42º - A indicação dos representantes governamentais ficará a cargo de cada órgão municipal ou Prefeito Municipal, através de documentos à Comissão Eleitoral.

Art.43º - A Comissão Eleitoral, juntamente com o Presidente do Conselho e de posse dos resultados, encaminhará a nominata dos Conselheiros ao Executivo Municipal.

Art. 44º - Caberá ao Prefeito Municipal homologar os novos integrantes do Conselho e dar posse imediatamente, em solenidade agendada previamente, de preferência no Salão Nobre.

DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.45º - A eleição da Diretoria Executiva dar-se-á na Assembléia subsequente ao mês da posse do Conselho.

Parágrafo Único – A Comissão Eleitoral convocará a Assembléia Geral para a Eleição da Diretoria, por Edital, expedido e protocolado aos Conselheiros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, comunicando dia, hora e local da primeira e segunda convocação, bem como a agenda dos trabalhos.

Art.46º - As eleições serão precedidas por chapas identificadas pelo número recebido ao serem inscritas na secretaria da Comissão Eleitoral, observada a ordem cronológica de entrada, até 07 (sete) dias antes da data marcada para a eleição.

Parágrafo 1º - A composição da chapas deverá contemplar o critério da paridade.

Parágrafo 2º - A eleição e posse da Diretoria far-se-á na mesma plenária da eleição.

CAPITULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.47º - O Fundo municipal de Assistência Social ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania, depositado em conta especial e sua destinação será conforme o artigo 16 da Lei Municipal n.º 3.445/05, ou seja, em projetos ou atividades aprovadas por este Conselho.

Art.48º - O Gestor deste Fundo será o Secretário Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania.

Art.49º - São funções do gestor:

- a) Movimentar as contas especiais do Fundo Municipal.
- b) Cumprir com as demais atribuições previstas na lei de criação do Fundo.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art.50º - A perda do mandato ocorrerá:

- a) Por renúncia voluntária do Conselheiro ou;
- b) Pela destituição, por parte do Conselho, em caso de falta grave, obedecendo aos seguintes critérios.
 - Falta à 03 (três) assembleias consecutivas, sem justificativas formal à Diretoria Executiva;
 - Desrespeitar este Regimento, ou ainda,
 - Descumprir as determinações da Assembleia.

Parágrafo Único – Caberá a Assembleia decidir, por maioria simples de seus membros, sobre a perda do mandato.

CAPÍTULO VII DAS PROPOSIÇÕES

Art.51º - As proposições emanadas deste Conselho constituirão em:

- a) Resoluções;
- b) Indicações;
- c) Moções;
- d) Requerimentos.

Parágrafo Único – As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos.

Art.52º - As resoluções destinam-se a regular matérias de caráter político ou administrativo, sobre as quais deva o Conselho pronunciar-se.

Parágrafo 1º - São requisitos do projeto de resolução:

- a) Ementa;
- b) Divisão em artigos numerados;
- c) Assinatura do autor ou autores;
- d) Justificativa.

Parágrafo 2º - As resoluções, após aprovadas e assinadas, serão publicadas no órgão oficial de comunicação do município.

Art.53º - Indicação é a proposição em que são sugeridas medidas de interesse público ao órgão público competente para efetivá-las.

Art.54º - Moção é a propositura através da qual este Conselho aplaude, protesta ou repudia uma medida tomada por órgão público ou não.

Art.55º - Requerimento é a propositura de autoria de qualquer conselheiro dirigido à Presidência sobre matéria de sua competência legal ou regimental.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.56º - A “questão de ordem” é a dúvida levantada sobre a interpretação deste Regimento.

Parágrafo 1º - Caberá à Presidência resolver, de pleno, as questões de ordem.

Parágrafo 2º - A presidência interromperá o depoimento que, iniciado como questão de ordem, não se enquadrar como tal.

Parágrafo 3º - Da decisão ou omissão da Presidência em questão de ordem de qualquer conselheiro cabe recurso a plenária, a ser interposto no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, contados da data e ciência da decisão recorrida.

Art.57º - Este Regimento somente poderá ser alterado reformado ou substituído, desde que aprovado pela assembléia, através de Resolução.

Parágrafo Único – o projeto de Resolução que visa alterar, reformar ou substituir este Regimento deverá ser proposto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos membros deste Conselho, aprovado em Assembléia Geral, especialmente, convocada para este fim.

Art.58º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art.59º - Este Regimento revoga o anterior, entrando em vigor na data de sua aprovação, conforme Resolução n.º 05/2005, sendo publicado nos meios de comunicação local e mural da Prefeitura Municipal.

São Borja/RS, 10 de Junho de 2005.

